



FUNDAÇÃO
Ricardo
do Espírito
Santo Silva

RESIDÊNCIAS PARA JOVENS EM INÍCIO DE CARREIRA

Reabilitação da Baixa Pombalina:
Uma sugestão para uma nova vivência da cidade.

Cláudia Cristina da Cruz Pancadares
Mestrado em Design de Interiores | 2015

FRESS / ESAD - Escola Superior de Artes Decorativas
[Orientador] Prof. Arquitecto Hélder Carita | [Coorientador] Arquitecto Pedro Rodrigues

FICHA TÉCNICA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM **DESIGN DE INTERIORES**

TÍTULO: RESIDÊNCIAS PARA JOVENS EM ÍNICIO DE CARREIRA

SUBTÍTULO: REABILITAÇÃO DA BAIXA POMBALINA – UMA SUGESTÃO PARA UMA NOVA VIVÊNCIA DA CIDADE

ORIENTADOR: PROF. ARQUITETCO HÉLDER CARITA

COORIENTADOR: ARQUITECTO PEDRO RODRIGUES

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos aos arquitectos Hélder Carita e Pedro Rodrigues pela orientação, apoio, objectividade e, particularmente, pela motivação que me deram para a concretização deste trabalho.

A todos os que, directa ou indirectamente, me auxiliaram na pesquisa e fornecimento de informação.

Aos meus colegas e amigos que em todos os momentos me apoiaram e me motivaram a traçar este caminho, ajudando-me a ultrapassar os momentos de fraqueza e incerteza.

Por último, há minha família pelo apoio constante e por me concederem a oportunidade de concluir este mestrado

RESUMO

Este trabalho trata-se do estudo de uma solução plausível para a reabilitação do edificado da Baixa pombalina, em Lisboa, mantendo todas as suas características e procurando adaptá-las às necessidades da sociedade de hoje em dia.

Com efeito, procurar-se-á estudar e aprofundar a essência da cidade baixa de Lisboa, em particular, o modo como o Plano proporcionou novas vivências, quer na rua, quer no próprio edificado. Para tal, foi efectuado um estudo baseado na comparação de vários casos de edificados, de forma a percebermos os seus interiores e espacialidades.

Desta forma, com este estudo pretende-se contribuir para a compreensão das potencialidades que estes edificados têm ao nível do conceito de habitação e dos interiores. Para tal, propõe-se um projecto de arquitectura de interiores que, embora seja realizado no edifício da rua dos Fanqueiros, pode ser adaptado para todos os outros edificados, adaptando-o às particularidades que possam surgir. Trata-se de uma proposta-modelo onde procuramos cruzar as características do edifício pombalino com as necessidades dos jovens da sociedade actual, com o objectivo de sensibilizar a sociedade para a importância da preservação destes edifícios e da própria baixa, por se tratar de um rico património histórico e cultural da nossa cidade.

ABSTRACT

This work deals with the study of a plausible solution for the rehabilitation of buildings located in Baixa Pombalina, Lisbon, keeping all its features and trying to adapt them to the needs of modern day society.

Efforts will be made to study and deepen the essence of downtown Lisbon, particularly how the Plan provided new experiences, whether on the street or in the building itself. For this purpose, a study was carried out based on the comparison of several buildings in order to realize their inner and spatialities.

This study will contribute to understand the potential these buildings have in terms of housing and interior concept. We propose a project of interior architecture held in a building of the Fanqueiros Street, which can be adapted to all other built and to the peculiarities that arise.

It's a model proposal in which we try to cross the Pombal building features with the contemporary needs, in order to create awareness about the importance of preserving these buildings and downtown itself, a rich historical and cultural heritage of our city.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	vi
ÍNDICE DE TABELAS	ix
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	x
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	3
1.2 OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO	4
1.3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	5
2 BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA	6
2.1 BREVE PANORÂMICA SOBRE A CIDADE APÓS O TERRAMOTO DE 1755.....	9
Os impactos e as medidas tomadas.....	9
2.2 O SIGNIFICADO DA RECONSTRUÇÃO	15
O Programa de Manuel da Maia – As «Dissertações».....	15
2.3 AS PLANTAS PARA A BAIXA.....	23
As perspectivas e soluções dos engenheiros portugueses	23
3 A HABITAÇÃO NO SÉCULO XVIII	33
3.1 ERGUER A NOVA CIDADE	35
Um novo modelo para uma cidade antiga	35
3.2 HABITAR A NOVA CIDADE: O PRÉDIO DE RENDIMENTO.....	55
Estudo de Casos: Características e Especificidades.....	55
4.1 MEMÓRIA DESCRITIVA	83
O Conceito	83
A Problemática	85

Localização	87
4.2 O EDÍFICIO	89
Levantamento	89
4.3 O PROJECTO	107
O Modelo.....	107
Estudo dos Pisos	109
Proposta de Interiores	122
Estudo dos Espaços	124
Estudo do mobiliário.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
5.1 CONCLUSÃO	151
5.2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 Vorstellung von Lisabon vor und in dem erbenden des 1 Novembris 1755. (Detalhe Inferior da Gravura Bipartida).	9
Ilustração 2 À esquerda: Estampa nº.1 – Torre de S. Roque chamada vulgarmente Torre do Patriarca; Estampa nº.3 – Basílica de Sta Marta (La Catedrale); Estampa nº. 5 – Igreja de S. Nicolau;	10
Ilustração 3 Retrato de Marquês de Pombal, Louis Michel Van Loo, 1766 (Detalhe).	12
Ilustração 4 Retratos de Manuel da Maia (à esquerda), Eugénio dos Santos (ao centro) e Carlos Mardel (à direita).....	15
Ilustração 5 Planta da parte baixa de Lisboa antes da reconstrução, 1718. Fonte: Catálogo 1758, Lisboa o plano da baixa hoje, imagem 90.	16
Ilustração 6 Marquês de Pombal e a reconstrução de Lisboa depois do Terramoto de 1755, Aguarela de Roque Gameiro.	24
Ilustração 7 Planta nº 1 da autoria de tenente Gualter da Fonseca com a ajuda de Francisco Pinheiro da Cunha, XVIII (2ª metade).....	25
Ilustração 8 Planta nº 2 da autoria de Elias Sebastião Poppe e José Domingos Poppe, XVIII (2ª metade).....	26
Ilustração 9 Planta nº 3 da autoria de Eugénio dos Santos Carvalho e António Calos Andreias, XVIII (2ª metade).	27
Ilustração 10 Planta nº 4 da autoria de Gualter da Fonseca, XVIII (2ª metade).	28
Ilustração 11 Planta nº 6 da autoria de Elias Sebastião Poppe	29
Ilustração 12 Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel, 1947	30
Ilustração 13 Esboços de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.	31
Ilustração 14 Plano de remodelação da baixa, Estúdio Mário Novais [195-].....	38
Ilustração 15 Fotografia aérea do Terreiro do Paço e da Baixa, Serôdio Armado, 1965	39
Ilustração 16 Inventário do Património Arquitectónico: conjunto urbano Baixa Pombalina – hierarquia viária	40
Ilustração 17 Rua Nova dos Ferros no séc. XVI, Aguarela de Roque Gameiro; Vista 3D da Rua dos Ferros em 1755	42
Ilustração 18 Projecto nº1, 6ª configuração para os edifícios da Baixa	46
Ilustração 19 Cartulário de Plantas e Edifícios da Nova Cidade depois do Terramoto de 1755. Alçado do primeiro quarteirão da rua Nova da Princesa.....	46

Ilustração 20 Fachada para as ruas principais de Eugénio dos Santos	47
Ilustração 21 Fotografia <i>Rua Áurea</i> , [19-], Paulo Guedes	50
Ilustração 22 Fotografia <i>Rua Áurea</i> , [1963], Armando Serôdio	50
Ilustração 23 Fotografia <i>Rua dos Fanqueiros</i> , [1963], Armando Serôdio.....	50
Ilustração 24 Fotografia <i>Rua dos Fanqueiros</i> , [1963], Artur Pastor.....	50
Ilustração 25 Fotografia <i>Rua dos Douradores</i> , [1963], Armando Serôdio	50
Ilustração 26 <i>Panorâmica tirada do topo do elevador de Santa Justa sobre a Baixa Pombalina e a colina do Castelo</i> , [2002], Andres Lejona	50
Ilustração 27 <i>Praça do Comércio da parte do Arsenal - projecto que figurou na exposição realizada no Palácio Galveias, comemorativa da reconstrução de Lisboa, depois do terramoto de 1755</i>	51
Ilustração 28 Fotografia <i>Praça Dom Pedro IV e encosta do Castelo depois das transformações de 1925, [1947?]</i>	52
Ilustração 29 Fotografia <i>Quiosque dos Libertários do Rossio</i> , [1911], Joshua Benoliel.....	52
Ilustração 30 <i>Panorama Praça do Rossio</i> , [Julho de 2010], Enrico Bocconi Azadinho.....	52
Ilustração 31 <i>Panorama Praça do Comércio</i> , [Agosto de 2010], Enrico Bocconi Azadinho.....	52
Ilustração 32 Fotografia <i>Candeeiros de Lisboa</i> , [1944], Eduardo Portugal	52
Ilustração 33 Fotografia <i>Praça do Comércio</i> , Alexandre Cunha.....	52
Ilustração 34 Fotografia <i>Salão Diniz</i> , [191-], Rua Augusta, Joshua Benoliel.....	59
Ilustração 35 Fotografia <i>Rua da Prata, 171 – Quiosque Tivoli</i>	59
Ilustração 36 Fotografia <i>Affonso de Pinho & Coelho da Silva, casa de novidades</i> , [191-], Rua Áurea, Joshua Benoliel	59
Ilustração 37 Fotografia <i>Rua dos Sapateiros, 68, Sapateiro</i>	59
Ilustração 38 Fotografia <i>Ourivesaria e relojoaria, filial da Casa Mergulhão</i> , [191-], Joshua Benoliel	59
Ilustração 39 Fotografia <i>Rua de Santa Justa</i> , [1973], Artur Pastor	59
Ilustração 40 Sistema construtivo pombalino, Appleton, 2008	64
Ilustração 41 Pormenor de uma parede frontal, Appleton, 2008	64
Ilustração 42 Corte perspectivado pelo interior de parede exterior.	64
Ilustração 43 Perspectiva interior de estrutura de madeira interior.	64
Ilustração 44 Sistema de suporte com pilares e abóbadas de tijolo a cutelo, Rua Ivens.	64
Ilustração 45 Exemplo de construção em gaiola	64
Ilustração 46 Perspectiva do interior do edifício da Rua de S. Paulo	66

Ilustração 47 Pormenor do rodapé com tratamento esponjado	66
Ilustração 48 Pormenor do interior do edifício da Rua de S. Paulo	66
Ilustração 49 Pormenor da chaminé.....	66
Ilustração 50 Vista do interior do lance de escadas	66
Ilustração 51 Perspectiva do interior de uma sala	66
Ilustração 52 Fotografia <i>Interior de quarteirão (Rua Ivens, Rua Capelo, Rua Anchieta e Rua Garrett)</i>	68
Ilustração 53 Fotografia <i>Saguão, zona de S. Paulo</i>	68
Ilustração 54 <i>Perspectiva da 5ª fachada, zona da Rua da Conceição</i>	68
Ilustração 55 Planta de Implantação da Baixa de Lisboa – Vista Geral, Escala 1:1000	68
Ilustração 56 Obra 8498 - Proc 4012-DAG-PG-1962.....	74
Ilustração 57 Estado dos edifícios relativamente à conservação arquitectónica em 2002.....	85
Ilustração 58 Estado dos edifícios relativamente à conservação arquitectónica em 2002.....	86
Ilustração 59 Pormenor das águas-furtadas	91
Ilustração 60 Pormenor da fachada	91
Ilustração 61 Vista da Fachada	91
Ilustração 62 Pormenor dos vãos alterados do piso 1	91
Ilustração 63 Pormenor do conjunto de azulejos da fachada	91
Ilustração 64 Pormenor do guarda-corpos	91
Ilustração 65 Pormenor do tecto da entrada	93
Ilustração 66 Vestíbulo visto do primeiro lance das escadas.....	93
Ilustração 67 Tecto em madeira da caixa de escadas em modelo ‘camisa’	93
Ilustração 68 Primeiro lance das escadas vista do vestíbulo ’	93
Ilustração 69 Modelo do azulejo oculto no lambrim	93
Ilustração 70 Pormenor do corrimão	93
Ilustração 71 Pormenor do lambrim de azulejos revestidos.....	93
Ilustração 72 Pormenor do corrimão	95
Ilustração 73 Janela do saguão.....	95
Ilustração 74 Pormenor da entrada para o 4º piso.....	95
Ilustração 75 Pormenor da entrada do 2º piso	95

Ilustração 76 Pormenor do lambrim de azulejos em mau estado de conservação	95
Ilustração 77 Vista do corredor de entrada	100
Ilustração 78 Pormenor do lambrim do corredor.....	100
Ilustração 79 Pormenor da janela da Sala principal.....	100
Ilustração 80 Pormenor do tecto da Sala principal	100
Ilustração 81 Pormenor do azulejo da Sala principal.....	100
Ilustração 82 Vista da porta da Sala principal de acesso a uma alcova.....	100
Ilustração 83 Vista da porta da Sala principal de acesso a outra sala	100
Ilustração 84 Pormenor das portas de acesso na cozinha ao corredor e à alcova	104
Ilustração 85 Pormenor da junção do armário com o tecto	104
Ilustração 86 Pormenor do tecto	104
Ilustração 87 Pormenor do vão de acesso à <i>marquise</i>	104
Ilustração 88 Vista da chaminé	104
Ilustração 89 Vista do vão de acesso à <i>marquise</i>	104
Ilustração 90 Vista da porta de acesso a um corredor.....	104

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Quadro dos Prédios existentes no ano de 1780 em algumas artérias da baixa segundo os livros de arruamentos (Sentido Sul-Norte).....	41
Tabela 2 Quadro dos Prédios existentes no ano de 1780 em algumas artérias da baixa segundo os livros de arruamento (Sentido Este-Oeste).....	41
Tabela 3 Fonte: Madureira (2004).....	43
Tabela 4 Fonte: Madureira (2004).....	44

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de casas por tipo de proprietário – Freguesia de S. Nicolau (Esquerda)	60
Gráfico 2 Rendas cobradas por tipo de proprietário – Freguesia de S. Nicolau (Direita)	60
Gráfico 3 Número de casas por tipo de proprietário – Freguesia de Santa Isabel (Esquerda)	60
Gráfico 4 Número de casas por tipo de proprietário – Freguesia de S. Sebastião (Direita)	60
Gráfico 5 Esquema Organizacional patente na Baixa de Lisboa	62



Panorâmica da Praça do Comércio [194-]
Documento do Arquivo Fotográfica de Lisboa

INTRODUÇÃO

CONSIDERAÇÕES GERAIS E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA | 1.1

OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO | 1.2

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO | 1.3

1.1 | CONSIDERAÇÕES GERAIS E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha do tema resulta da necessidade de desenvolver um projecto de arquitectura de interiores da qual optou-se pelo estudo da baixa pombalina, pelo facto de se encontrar cada vez mais descaracterizada, em que os edifícios são transformados em hotéis, promovendo a sazonal e a rápida estadia. Vemos cada vez mais um incentivo ao turismo, onde o residente local vai desaparecendo, levando a que grande parte dos lotes estejam ao abandono, o que leva à sua rápida degradação.

Tratando-se de um centro histórico percebemos como a sua reabilitação é um factor positivo com um enorme potencial na economia e no bem-estar urbano. Desta forma, torna-se essencial responder à fraca fixação populacional neste local. A valorização do património arquitectónico destes centros urbanos é a chave para a manutenção da cultura e identidade das cidades, que permite, fazer a ligação da história do local com as alterações das necessidades futuras.

O facto de o país estar a atravessar uma economia difícil, denota-se a necessidade dos jovens de criarem pequenos negócios, onde apenas precisam de um espaço de trabalho a um custo reduzido. Torna-se, portanto, essencial perceber como estes centros históricos pela sua localização, dinâmica social e multiculturalismos podem criar ambientes propícios para novos projectos.

Tratam-se de edifícios com uma lógica programática bem pensada, onde a residência e o comercial se aliam, e que possibilitam albergar novas lógicas funcionais actuais. Estes espaços semi-privados, como irá ser estudado, têm vivências muito próprias, que estando no centro da cidade, funcionam como polos autónomos, tornando-se espaços singulares, acessíveis, que integram a malha urbana.

Como tal, é justificável a preocupação na divulgação sobre as potencialidades da reabilitação urbana da baixa de Lisboa, tendo em vista a valorização e o respeito pelas particularidades e características dos edificados.

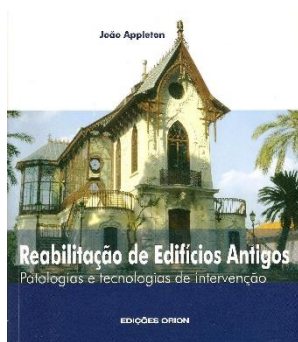
1.2 | OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO

Com esta dissertação procura-se estudar e aprofundar conhecimentos sobre o processo conceptual e construtivo por detrás da Reconstrução da cidade de Lisboa, mais precisamente da Baixa Pombalina, através do cruzamento de dados fornecidos pelas publicações historiográficas importantes sobre o assunto, a destacar José Augusto-França, e outras obras ligadas a palestras e conferências patrocinadas pela Câmara Municipal de Lisboa para um melhor entendimento da questão da reabilitação da baixa.

A partir deste estudo, procurar-se-á fazer um levantamento de três tipologias e as suas principais características de forma a compreender a construção pombalina, destacando a forma como o espaço se desenvolve e cria situações de vivência, perante um modelo pré-fabricado, com base no levantamento e estudo da autoria de Maria Helena Barreiros, na revista Monumentos Nº 21.

Para tal, tentar-se-á elaborar um levantamento das potencialidades do local, através de registos fotográficos e descritivos pessoais em cruzamento com o levantamento estatístico feito pela INE (Instituto Nacional de Estatísticas) sobre o abandono precário local, o tipo de habitação existente, entre outros, de modo a justificar e tornar plausível a solução a que me proponho apresentar para combater a desvitalização dos edifícios pombalinos.

Por conseguinte, em fase de projecto, procuramos desenvolver um projecto-modelo a aplicar nos edifícios pombalinos, de modo a criar uma solução conceptual adequada tendo em conta as limitações dos mesmos, sem alterar o seu traçado, e dar a conhecer as potencialidades que estes edifícios têm.



1.3 | METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Na dissertação desenvolvida, procura-se aprofundar as questões anteriormente referidas através de informação documentada e fidedigna, relativamente ao levantamento histórico, de modo a fundamentar e a dar a entender a importância que a Baixa Pombalina tem sobre a cidade de Lisboa, no que diz respeito ao património urbanístico.

Através do levantamento realizado pela parceria Dr.^a Maria Helena Barreiros e a Arqt.^a Cláudia Morgado para a revista Monumentos N.º. 21, relativamente a três casos de habitação distinta pombalina, procedemos ao estudo dos elementos característicos de cada um, bem como o tipo de vivência que cada edifício propõe na sua génese. Tal justificou-se pelo facto de os três casos se localizarem em zonas distintas na baixa, em ruas não principais, e que, por consequente, menos alteradas e afectadas com as modificações do tempo, apresentando-se mais fidedignamente com o que seriam inicialmente.

Inicialmente foi efectuado um trabalho de pesquisa teórica para uma melhor compreensão do caso pombalino, através de relactos e documentos que descrevessem, de certa forma, o modo como os lisboetas viviam, os seus hábitos e a forma como a cidade, em particular, a Baixa, se organizava, quer ao nível social, quer residencial, visando o entendimento da dinâmica do tecido populacional. Desta forma, facilitaria a compreensão do objecto em estudo, a residência pombalina, para que o projecto se adequasse à génese do edifício.



UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

BREVE PANORÂMICA SOBRE A CIDADE APÓS O TERRAMOTO DE 1755 | 2.1

O SIGNIFICADO DA RECONSTRUÇÃO | 2.2

AS PLANTAS PARA A BAIXA | 2.3

2.1 | BREVE PANORÂMICA SOBRE A CIDADE APÓS O TERRAMOTO DE 1755

Os impactos e as medidas tomadas

A história do país e, nomeadamente, de Lisboa ficou marcada pelo terramoto que se deu na manhã de 1 de Novembro de 1755, dia de Todos-os-Santos, que destruiu quase por completo a velha cidade capital. Sabe-se que Lisboa já havia passado por diversos tremores de terra ao longo dos séculos, destacando os do século XVI – em 1531 e 1597 – que foram particularmente intensos mas que não se comparam, quer ao nível de intensidade e magnitude, ao que viria posteriormente. Muita especulação se teceu em torno desta terrível desgraça que virou os olhos da Europa para a cidade de Lisboa, levando ao aparecimento de diversos testemunhos e descrições, através da poesia, gravuras, entre outros, que ajudaram à compreensão e estudo desta temática.

A cidade, como é referido por José Augusto-França¹, fica parcialmente destruída pelo abalo, sendo em grande parte devastada por incêndios posteriores, o que provocaram a inabitabilidade de pelo menos um terço das ruas, que resultaram na destruição de três mil casas das vinte mil existentes.

De facto, este desastre teve um forte impacto a vários níveis na sociedade da época, que levantou diversas questões filosóficas, políticas e sociais mas, principalmente, do foro económico e urbanístico. Contudo, as maiores consequências foram ao nível populacional, de que se relatam diversas baixas, e perdas materiais.²



Ilustração 1 | Vorstellung von Lisabon vor und in dem erbenden des 1 Novembris 1755. (Detalhe Inferior da Gravura Bipartida).
Fonte: Museu da Cidade

¹ França, José Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1976, p.11

² As áreas mais atingidas da cidade foram as que revelavam maior ocupação, nomeadamente a parte baixa da cidade, entre o Rossio e o Terreiro do Paço, área fundamental que constituía o polo económico e político de Lisboa. Para além do património edificado, pode-se referir também à perda de todo o recheio que lá se encontrava, desde obras de arte, documentação, entre outros – perdas de valor inquestionável.

Relata-se que das quarenta igrejas paroquiais, trinta e cinco desmoronaram, arderam ou ficaram em ruínas; dos conventos, apenas onze dos sessenta e cinco existentes mantiveram-se habitáveis, embora com sequelas; dos seis hospitais que existiam nenhum ficou intacto ou operacional após os incêndios e trinta e três residências das principais famílias da corte ficaram destruídas. Também os edifícios que albergavam os organismos políticos do país – a Casa da Índia, o Palácio Real, o Palácio da Inquisição e outros edifícios eclesiásticos, foram destruídos, levando a imagem de uma Lisboa débil, destruída e incapacitada. A esta imagem, acrescenta-se alguns palácios particulares e uma grande percentagem do edificado do centro da cidade, desde casas, lojas e armazéns. Sabe-se que apenas um terço da rede urbana ficou habitável e que das vinte mil casas existentes, apenas três mil resistiram ao incêndio. Valores que nos lucidam a importância da cidade capital e o fluxo populacional da época antes do terramoto.



Ilustração 2 | À esquerda: Estampa nº.1 – Torre de S. Roque chamada vulgarmente Torre do Patriarca; Estampa nº.3 – Basílica de Sta Marta (La Catedrale); Estampa nº. 5 – Igreja de S. Nicolau; À direita: Estampa nº.2 – Igreja de S. Paulo; Estampa nº. 4 – Casa da Ópera; Estampa nº. 6 – Praça da Patriarcal.

Ainda antes do Terramoto, Portugal vivia uma situação económica frágil, consequência do declínio das riquezas oriundas do Brasil. Lisboa, era um importante centro económico e político do país, que com o abalo vê-se obrigado a interromper as suas actividades comerciais. Antes, uma cidade mercantil, foco dos principais negócios e trocas com a Europa, agora uma cidade disfuncional, em que o Terramoto apenas veio dificultar e despoletar uma crise que já existia. Tendo em conta o registo de desmoronamento das paróquias locais, considera-se que o povo foi de certa forma poupado da desgraça que caíra sobre si, visto que ocorrera por volta das nove e quarenta da manhã, altura em que ainda não se iniciavam as missas do dia de Todos-os-Santos. Diz-se na época que terá sido «*feliz a desgraça*».³

«Com as suas ruas alastradas de mortos, e cobrindo com as suas ruínas a outro maior número de cadáveres, justamente havia de temer que pela corrupção destes se seguisse ao terramoto o flagelo da peste».⁴

Apenas um único ministro foi capaz de tomar rédeas da catástrofe que se abalou na cidade através da implementação de medidas urgentes e indispensáveis para a ordem social, Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que, após a tomada de posse do trono de D. José, em 1756 passaria a tomar conta da pasta do Reino até 1777.

Desde logo o ministro José Carvalho e Melo, 1º marquês de Pombal em 1770 após ter sido conde de Oeiras em 1759, pensava no futuro da cidade já martirizada por catástrofes naturais, seguida de incêndios e avassalada por mortes. Naturalmente, depois do sobressalto era prioritário tomar as providências necessárias para que o pânico não se instasse mais, para além daquele que já existia. Daí a expressão «enterrar os mortos e tratar dos vivos» sempre referida na historiografia.

Destacou a realização de trabalhos como o desentulhamento das ruas, drenagem das águas estagnadas, delimitação das zonas destruídas, acomodação dos destroços para posteriores nivelamentos de zonas e levantamento de todas as áreas destruídas, desde praças, ruas, casas e edifícios públicos com «exacta descrição». Para além destas providências que tiveram lugar nos últimos dois meses do ano, destaca-se o dia 3 de Dezembro de 1755 em que se determinou que nenhuma construção se erguesse para além dos limites antigos da cidade, incluindo zonas rurais.⁵

³ Vários cálculos foram feitos a quantificar as mortes. Alguns mencionam quarenta mil, outros referem setenta ou noventa mil. Já o futuro marquês e actual conde de Oeiras reduz o cálculo a seis a oito mil. Contudo os números mais fidedignos declaram terem perecido doze a quinze mil, que posteriormente especialistas e historiadores consideraram terem sido por volta dos dez mil durante a catástrofe e por sequência da mesma.

⁴ França, José Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1976, op. cit., p.12

⁵ Esta proibição sem apelo, na mesma altura, é agravada com o impedimento de toda ou qualquer construção até que o inventário das propriedades não estivesse sido concluído. Já em Fevereiro do ano seguinte foi promulgado uma lei que obrigasse à destruição dos edificadas, bem como as barracas de grande porte, que entretanto tinham sido erguidas dentro do limite da área proibida para o seu efeito.



Ilustração 3 | Retrato de Marquês de Pombal, Louis Michel Van Loo, 1766 (Detalhe).

Fonte: Museu da Cidade

Perante a destruição de todos os órgãos operacionais da cidade e, conseqüentemente, do país, foi necessário delinear um plano estratégico para a reconstrução e reorganização de todas as estruturas. Dadas essas necessidades, Marquês de Pombal impulsionou uma política ousada, racional, capaz de recuperar um país em desgraça, revitalizando e estimulando os mercados, de modo a criar novas oportunidades e investimentos, nomeadamente no sector da construção.

Havendo, de certa forma, uma clara ideia de reconstruir a cidade de Lisboa segundo novas ideologias urbanísticas, diferentes das da capital medieval, a principal preocupação do marquês era a de impedir a construção de edifícios clandestinos, de rápida solução habitacional, que provocassem a desordem urbana semelhante à antiga cidade.

Na verdade, logo após o flagelo, este fenómeno já havia começado. Tem-se registo de terem sido erguidas nove mil barracas em pouco mais de seis meses, ao ponto de chegar a ser considerado um novo hábito residencial para a época.

A Reconstrução de Lisboa tornou-se possível graças à legislação que Pombal aplicou logo após o terramoto e que permitiu fazer a ligação entre o factor político e urbanístico, numa visão global, onde as perspectivas sociais e económicas se aliam ao aspecto cultural e ecológico. Pombal foi, de certa forma, a chave de todo o processo da reconstrução de Lisboa, visto que, durante o período de pausa entre a apresentação dos planos, em Abril de 1756, e do alvará que inicia os trabalhos, procurou

criar procedimentos, reorganizando a população e a cidade de Lisboa, de forma a dar tempo para que os estudos e projectos fossem concluídos e, posteriormente, executados.⁶

Lisboa até ao programa pombalino nunca teve aplicado um plano conciso de urbanismo ou planimetria dos bairros. Até então a cidade tinha sido germinada em torno de igrejas paroquiais e de palácios da nobreza, em aglomerados populacionais que se iam encadeando, resultando numa malha desordenada.

O que possibilitou a realização de uma reconstrução tão bem sucedida e que ainda hoje é vista como um modelo a citar foi o facto do fenómeno pombalino mostrar uma total clareza do conceito de cidade, enquanto um todo, aliando o passado ao futuro, o tradicional ao moderno, necessários para um discurso ideológico. Aqui, o interesse público ganha grande importância no discurso teórico do Plano, pois não só sublinha a existência de uma nova classe, como de novos valores sociais e novas funções que estão presentes na concepção da Praça do Comércio, quer na sua monumentalidade como no seu nome, enquanto papel importante na cidade pelo seu carácter simbólico e, até certo ponto, místico, dentro de uma sociedade iluminista.

⁶ Pombal recebe a primeira parte de um conjunto teórico, as «Dissertações», a 4 de Dezembro onde são estudadas várias hipóteses para a reconstrução de Lisboa, da autoria do engenheiro-mor, Manuel da Maia. Este documento será a chave fundamental para o consulado de Pombal, onde revela o seu interesse para a questão da reconstrução da cidade, através do estudo de possibilidades, quer técnicas, quer estéticas para o problema que surgira.

2.2 | O SIGNIFICADO DA RECONSTRUÇÃO

O Programa de Manuel da Maia – As «Dissertações»

Nos seus oitenta anos, Manuel da Maia tinha atrás de si uma longa carreira enquanto engenheiro militar, era especialista em fortificações e já tivera servido dois reis anteriores a D. José.⁷ Hoje é referido por muitos estudiosos como a cabeça ideológica por detrás da Reconstrução, embora a Obra seja atribuída aos dois principais arquitectos que colaboraram com o engenheiro-mor no desenho e definição da Baixa, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.

A sua grande contribuição, e que, de certo modo, faz com que hoje seja reconhecido como a base de todo o projecto da Lisboa iluminista, é a sua obra teórica, «Dissertações», composta por uma primeira fase entregue em Dezembro do ano da catástrofe e as duas outras no ano seguinte, em 16 de Fevereiro e 31 de Março, respectivamente, onde propõe estudos urbanísticos, modelos arquitectónicos e avança com observações de teor técnico e prático.



Ilustração 4 | Retratos de Manuel da Maia (à esquerda), Eugénio dos Santos (ao centro) e Carlos Mardel (à direita).
Fonte: Catálogo 1758, Lisboa o plano da baixa hoje, imagens 88, 106 e 107

⁷ Destaca-se os projectos de grande importância, como por exemplo, a direcção do Aqueduto das Águas Livres e o desenho das vias entre Lisboa Ocidental e Oriental a Mafra.

A Primeira Parte do Memorando

Pouco tempo depois do terramoto, aproximadamente um mês, Manuel da Maia entrega ao Duque de Lafões – actual regedor das Justiças – a primeira fase da sua tese teórica, onde apresenta cinco hipóteses possíveis para a reconstrução da cidade. Perante as propostas, e segundo Augusto-França, podemos considerar plausível ordenar as cinco hipóteses em duas ordens, para uma melhor compreensão:

1ª Ordem:

Composto pelas hipóteses nº. 1, 2 e 3, Manuel da Maia propõe reedificar a cidade como era inicialmente, melhorando apenas as edificações e alargando as ruas para melhor serventia e funcionalidade.⁸

2ª Ordem:

Composto pelas hipóteses restantes, nº. 4 e 5, Manuel da Maia apresenta soluções mais radicalistas e que passo a mencionar: arrasar com tudo o que ainda restara da cidade velha, planeando com total liberdade, numa primeira proposta; ou deixar Lisboa antiga ao abandono, dando liberdade aos proprietários de agir à sua vontade, edificando outra cidade completamente nova na zona de Belém que era maioritariamente rural na época.



Ilustração 5 | Planta da parte baixa de Lisboa antes da reconstrução, 1718. Fonte: Catálogo 1758, Lisboa o plano da baixa hoje, imagem 90.

Fonte: Museu da Cidade

⁸ Deste conjunto, o engenheiro faz um estudo dos modelos dos edifícios, como meio de prevenção de possíveis abalos, em que delimita a construção de mais de dois andares sobre as lojas.

Perante o desastre, Manuel da Maia com as suas «Dissertações» apresenta uma forte determinação e vontade de renovar as zonas destruídas, de recuperar uma cidade outrora vivida, mantendo sempre a preocupação com a matriz preexistente. Tinha como objectivo assegurar o traçado do plano, definir metodologias para a concepção e, posteriormente, a execução dos trabalhos envolventes. Com estas cinco hipóteses, Manuel da Maia, para além de procurar a melhor solução para uma reconstrução prevenida de supostas repetições da catástrofe, dedicou-se também a apresentar os inconvenientes de cada solução, tendo sempre presente a constante preocupação com a situação económica do país.

- No caso da primeira solução, embora seja de execução imediata – evitando problemas na repartição das propriedades destruídas e reinserindo-as na malha urbana – Manuel da Maia considera que peca por se voltar a construir em altura, ignorando, de certa forma, o incidente que tanto devastou a cidade. Facto que cabe de igual forma à segunda proposta.
- Na terceira proposta, o anterior facto é excluído, contudo, questiona se seria plausível os proprietários lesados não reclamarem por verem os seus novos edifícios serem reduzidos em altura e área habitacional. Por outro lado, um dos aspectos que não estariam planeados nem contabilizados nos anteriores programas seria a remoção do entulho excedente, fruto do reaproveitamento necessário dos materiais para a reconstrução dos edifícios em menor escala.
- Já o grande problema do quarto programa seria a forma como os proprietários seriam compensados de forma justa na apropriação de novos terrenos.
- É com o último programa, que o engenheiro-mor revê a melhor solução, onde não encontra nenhum dos problemas acima. Neste programa propõe a construção de uma nova cidade, liberta dos constrangimentos da urbanização anterior, que possibilita não só uma construção mais rápida e eficiente, como também o melhor aproveitamento de um local de grande beleza e excelente localização. Contudo, o único problema que se mantém, tal como aconteceu no quarto plano, é a distribuição dos terrenos pelos antigos proprietários e a organização das classes na nova cidade.

Manuel da Maia, parecendo já ter a sua opção feita, deixava, porém, a mesma ser definida pelo rei ou Pombal, mediante o local onde seria construído o novo palácio real. Todo o programa seria determinado pela localização do mesmo, ficasse ele em Belém ou em S. João de Bem-Casados, sitio já antes recomendado pelo engenheiro-mor em 1719.⁹ Isto comprova o facto de já existir um plano para

⁹ Para além das considerações técnicas que o engenheiro submeteu na primeira parte da «dissertação», questiona-se sobretudo sobre a possibilidade de os seus planos seguirem em frente, tendo em conta que em outros tempos acabassem por serem abortados por interesses.

uma nova cidade, ainda antes de o terramoto acontecer, o que nos leva a considerar que as outras quatro vias de reconstrução da cidade que o engenheiro apresenta nas «Dissertações» serviram apenas para justificar oficialmente e metodicamente que a sua opção já assumida era a mais viável. De certa forma, a catástrofe veio a facilitar a sua aprovação.

(...) O decreto de 30 de Dezembro aludia a «planos para cada bairro que já estavam encomendados e que em breve seriam publicados». (Augusto-França, 1976)¹⁰

A Segunda Parte do Memorando

Após dois meses da publicação da *Primeira Parte* das «Dissertações», na altura da entrega da *Segunda Parte*, Manuel da Maia recebe a confirmação de que o Palácio Real se estabelecerá dentro da cidade e que seria a 4ª solução a eleita para a renovação, que, de forma sucinta, correspondia ao programa de reconstrução integral da baixa da cidade. A este programa imponha-se problemas de carácter económico e social, na medida em que se teria que proceder a uma avaliação de terrenos de modo a que possa haver uma adequação de valores dos terrenos perdidos com o novo programa de habitação. Porque, de facto, o que mais o preocupava e que iria influenciar todo o processo construtivo da “nova” Lisboa eram as ações dos proprietários e a determinação da rede viária.

Por um lado, considerava que não se poderia fazer uma atribuição de terrenos por mero meio de avaliação de perda de bens, por outro, preocupava-lhe que os mesmos pudessem antecipar as obras, erguendo por sua própria vontade edifícios a partir do reaproveitamento dos materiais dos destroços que se encontravam no local, em vez de seguirem o plano de obras que propusera, com novos e melhores materiais, novas técnicas e formas.¹¹

Já tendo dedicado, em parte, a estas problemática na primeira parte do memorando onde menciona aspectos e questões técnicas a resolver no que toca à demarcação dos terrenos, o engenheiro-mor, nesta fase das «Dissertações», com a confirmação do plano a seguir, apresenta soluções e pormenores para a reconstrução, em que define uma unidade padrão – vara ou palmo quadrado – para avaliar as áreas de modo a proceder-se à reapropriação dos terrenos consoante o valor respectivo a cada proprietário.

¹⁰ França, José Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1976, op. cit., p.15

¹¹ Segundo o desenho do arquitecto Eugénio dos Santos, que estaria responsável por todas as fases das obras, bem como em estabelecer prazos limites, desde o seu início até à finalização.

Na primeira solução é determinado que cada proprietário receberá uma área de terreno igual à perdida, mas segundo a configuração actual – geométrica; recebendo uma indemnização correspondente à área perdida com os novos arruamento. Cada proprietário teria um prazo de cinco anos para construir após o termo de responsabilidade. Não podendo fazê-lo por motivos variados, o proprietário deveria disponibilizar o terreno recebendo uma indemnização respectiva e a obra ficaria a cargo do rei.

A outra solução que colocou, esta menos viável, seria a de trocar as áreas destruídas por outras equivalentes, reduzindo o espaço público, que na realidade constituem valorização de propriedade. Deste modo, dá-se a oportunidade dos proprietários negociarem, comprando ou vendendo, as partes dos novos edifícios. Em caso de situações de acordo impossível, caberia ao rei construir, indemnizando os lesados. Segundo Manuel da Maia, nesta solução, as situações complicar-se-iam, visto que, o facto de ser aplicado um carácter uniforme aos edifícios, iria certamente implicar permutas por alguns proprietários ficarem a perder com a alteração.

Em relação à questão viária, o engenheiro-mor estabeleceu três possíveis hipóteses para a estruturação das ruas da parte baixa da cidade, pois era evidente para si a urgência de uma nova planta urbanística para esta zona.

- A primeira que, segundo o próprio seria a solução mais conveniente, consistia em arrasar na totalidade as ruas e reconstruí-las segundo um novo desenho – regular e em linha recta. No seu entender, era necessário conceber novas ruas, novos lugares, para novos edifícios. Porém, debatia-se com o dever de conservar a imagem da antiga cidade, questão que foi determinante para a configuração das outras duas soluções, que resultaram na preservação de algumas das ruas principais do traçado da baixa lisboeta.
- O segundo caso consistia em manter as ruas principais mais largas – a Rua dos Ourives, do Ouro, da Prata, Nova dos Ferros e ainda as ruas dos Escudos e Odreiros – alargando as outras, o que obrigaria à transformação dos edifícios.
- O terceiro caso debatia-se em apenas transformar os becos e travessas em ruas largas.

Para Manuel da Maia, embora fosse prioritário conceber uma planta de desenho livre, com um traçado regular, era necessário conservar os edifícios eclesiásticos e os perímetros das freguesias – ajustadas e nas mesmas posições –, dentro do possível, mas sempre tendo como prioridade um traçado planimétrico das ruas, mantendo, de certa forma, o que ainda existia da outrora Lisboa.¹²

¹² Essa preocupação com a reinvenção da malha urbana preexistente surge-nos de uma forma mais clara no estudo das seis soluções de desenho apresentadas a 31 de Março de 1756, das quais a quinta solução posteriormente escolhida para o Plano da Reconstrução da cidade capital.

A 'memória urbana' e urbanística que a 'liberdade competente' dos engenheiros da Casa do Risco das Obras Públicas regrou e integrou no plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado (...) acabou convertida na matriz morfológica com maior capacidade de determinação sobre o futuro e a imagem da cidade. (Rossa, 2004)¹³

(...) a Baixa Pombalina pode também ser entendida como o espelho e a prova de uma inteligência e de uma sensibilidade ao património cultural que, em concreto, é algo inusitada para a época. (Rossa, 2004)

A Terceira Parte do Memorando

Entregue a 31 de Março de 1756, Manuel da Maia nesta fase fundamenta as seis plantas da parte central da cidade propostas para conselho real, onde adianta quatro modelos de fachadas – um deles a aplicar no Terreiro do Paço, que hoje se encontra perdido.¹⁴ Neste texto observamos uma preocupação por parte de Manuel da Maia com os aspectos técnicos, em particular no que diz respeito à Saúde Pública e à comodidade dos habitantes da nova cidade, no qual defendeu duas ideias:

- A primeira consistia em construir valas nas ruas principais, onde seriam depositados os resíduos, solução esta dispendiosa;
- A segunda opção, esta mais tradicional, consistia na recolha dos dejetos lançados pelas janelas todas as manhãs, ou, por outro lado, uma solução que considerava uma «faca de dois gumes», pois poderia ser económica por um lado e dispendiosa por outro, seria a recolha do lixo uma vez por ano das valas abertas de cinco ou seis palmos entre cada rua, o que não só iria manter a problemática da diminuição da via pública, como também iria obrigar a colocação de vidraças nos edifícios, de modo a proteger os residentes dos cheiros.
- Outras das preocupação que o engenheiro Maia considera é a multiplicação de fontes, pois, segundo este, seriam necessários para o melhoramento da qualidade de vida da cidade, pois iriam possibilitar a existência de condutas em cada casa.

A rápida resposta por parte do engenheiro-mor com a entrega das três partes da «Dissertação» são o resultado dos conhecimentos arquitectónicos e das condições tecnológicas então vigentes no

¹³ Monumentos 21, pág. 39

¹⁴ Duas das seis plantas, tal como os desenhos de fachadas, são da autoria de Eugénio dos Santos.

país. Embora muitas vezes desvalorizado, Manuel da Maia no seu plano de 1755-1758 para a cidade de Lisboa refere casos internacionais de obras de urbanismo aquando descreve o processo de apuramento do plano: Londres e Turim.

Não tendo tido a oportunidade de consultar textos específicos sobre as obras realizadas nos casos de referência, não deixava de ter conhecimento sobre os mesmos, tecendo diferenças conjunturais entre essas renovações e o caso de Lisboa. Não é de estranhar a referenciação destes casos no Plano, visto que, Portugal, na época, já estabelecia relações estreitas com ambas as cidades por razões diversas.

Estas serviram de referência para o engenheiro, na medida em que eram mencionadas como forma de acentuar a dificuldade e o ineditismo do projecto que tinha em mãos. Embora quisesse informar-se mais sobre os dois casos, Manuel da Maia tem consciência de que não se tratam de casos iguais à problemática que se deparou em Lisboa, visto que, nem num caso nem no outro, «*se achavam os povos flagelados como os de Portugal*» (Augusto-França, 1976).¹⁵

No caso de Turim, a cidade não foi arrasada como se constata na altura para dar lugar a novas construções. Segundo o engenheiro, os arquitectos nada mais fizeram do que «*acrescentar Turim novo a Turim velho*».¹⁶ Já no caso inglês, Manuel da Maia apenas se interessava pelo mapa proposto por Christopher Wren, onde este propõe uma malha regular para a cidade deflagrada, mas que no fim acaba por não ser executada.

¹⁵ França, José Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1976, op. cit., p.21

¹⁶ IDEM, *Ibidem*, op. cit., p.21

2.3 | AS PLANTAS PARA A BAIXA

As perspectivas e soluções dos engenheiros portugueses

Para proceder à execução do programa, Manuel da Maia opta por admitir Eugénio dos Santos e o tenente-coronel Carlos Mardel. Considerava que *«além de serem engenheiros de profissão, eram também na arquitectura civil os primeiros arquitectos»*.¹⁷ Para além destes, outros cinco engenheiros juntam-se na concepção das plantas propostas para a Baixa, atribuindo a responsabilidade da concepção das seis plantas da seguinte forma:

Planta n.º1 – segundo tenente, Gualter da Fonseca com a ajuda de Francisco Pinheiro da Cunha;

Planta n.º2 – capitão Elias Poppe;

Planta n.º3 – capitão Eugénio dos Santos em parceria com António Carlos Andreas;

Planta n.º4 – Gualter Fonseca;

Planta n.º5 – Eugénio dos Santos;

Planta n.º6 – Elias Sebastião Poppe.

Podemos, de certa forma, agrupar as plantas, considerando que todas apresentam limitações. Manuel da Maia após atribuir as plantas às respectivas equipas estabelece as missões que todos teriam que reger e passo a numerar:

- Na primeira planta limitar-se-iam a corrigir as ruas, estreitando-as e melhorando as largas, tendo sempre em conta a estrutura da antiga cidade;
- Na segunda os arquitectos teriam que propor um novo traçado para a cidade;
- Na terceira planta, comparativamente às anteriores, os arquitectos usufruiriam de uma maior liberdade, apenas respeitando a anterior localização das igrejas paroquiais.¹⁸

¹⁷ França, José Augusto, A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1976, op. cit., p.21

¹⁸ Em todos os casos de estudo, a área a intervir pelos grupos correspondia à zona central da cidade (baixa), mais especificamente, entre o Terreiro do Paço e o Rossio, juntamente com uma zona urbana a poente, entre a colina de S. Francisco e as portas de Sta. Catarina.

Embora haja de certo modo um progresso na ideografia nas primeiras três plantas, observamos igualmente um percurso mental que culmina no entendimento de que a solução para Lisboa devia passar pelo próprio tratamento do Terreiro do Paço, facto que o engenheiro-mor determina para as restantes plantas (n.º 4, 5 e 6) que passa pela regularização e monumentalidade da imagem do mesmo. Determinadas as limitações, torna-se importante, para o nosso entendimento da complexidade da reconstrução da cidade de Lisboa, percebermos qual o processo mental dos arquitectos nas várias propostas.



Ilustração 6 | Marquês de Pombal e a reconstrução de Lisboa depois do Terramoto de 1755, Aguarela de Roque Gameiro.

Fonte: Museu da Cidade

Gualter da Fonseca e Francisco Pinheiro da Cunha procuraram respeitar a antiga planta da cidade, limitando-se a introduzir alguns melhoramentos urbanísticos, tais como o alargamento e regularização das ruas principais e a supressão de becos e ruelas, através de uma composição em «L», composto pela fiada das ruas do Ouro, Douradores e Escudeiros – que cortavam em diagonal a Baixa – com a rua Nova dos Ferros, esta paralela ao Terreiro do Paço, que, anteriormente ao terramoto, era considerada uma via importante da cidade.

A novidade neste projecto está no facto de estabelecerem uma malha urbana em que o Terreiro do Paço e o Rossio mantêm as suas formas irregulares, mas que apenas a primeira praça apresenta algo de novo – a divisão em duas partes pela implantação da Bolsa do Comércio.

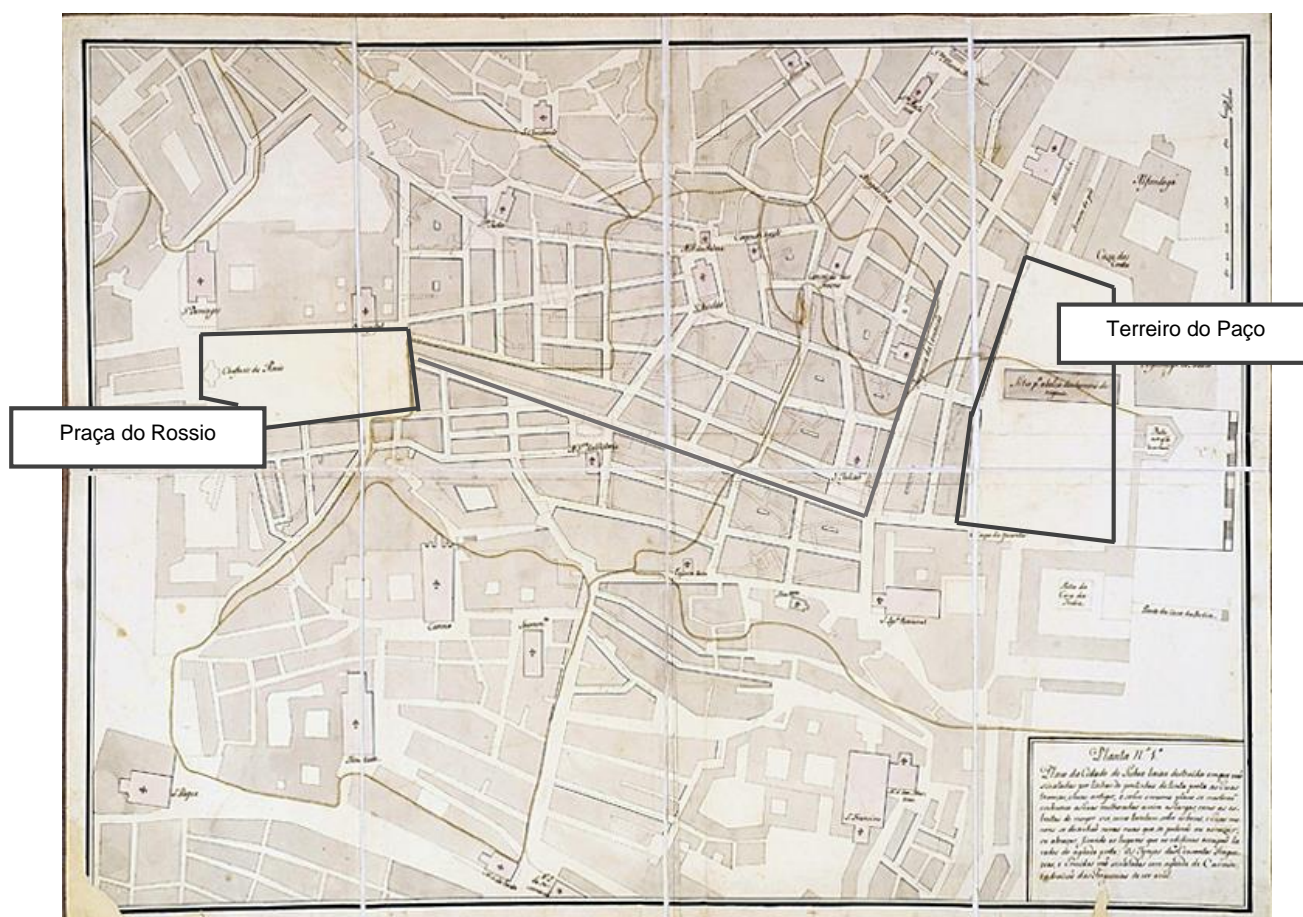


Ilustração 7 | Planta nº 1 da autoria de tenente Gualter da Fonseca com a ajuda de Francisco Pinheiro da Cunha, XVIII (2ª metade).

Fonte: Museu da Cidade

Planta nº. 2

A segunda proposta dirigido por Elias Sebastião Poppe segue uma ideia mais abstracta, apresentando um projecto segundo uma grelha reticulada, de traço livre, onde apenas é respeitado a implantação dos templos. As anteriores ruas largas foram eliminadas e substituídas por uma malha ortogonal propositada de traçados perpendiculares e horizontais ao longo da cidade.¹⁹

As duas grandes praças mantiveram a sua imagem, conservando o seu traçado anterior, onde apenas como novidade aparecem duas pequenas praças implantadas entre ambos que irá aparecer em todos os outros projectos seguintes, acabando, no entanto, por desaparecer na planta escolhida. Em seguimento, podemos referir que a inovação desta proposta apenas se encontra ao nível da malha urbana, onde revela uma ideia moderna e racionalista do ponto de vista do urbanismo português.

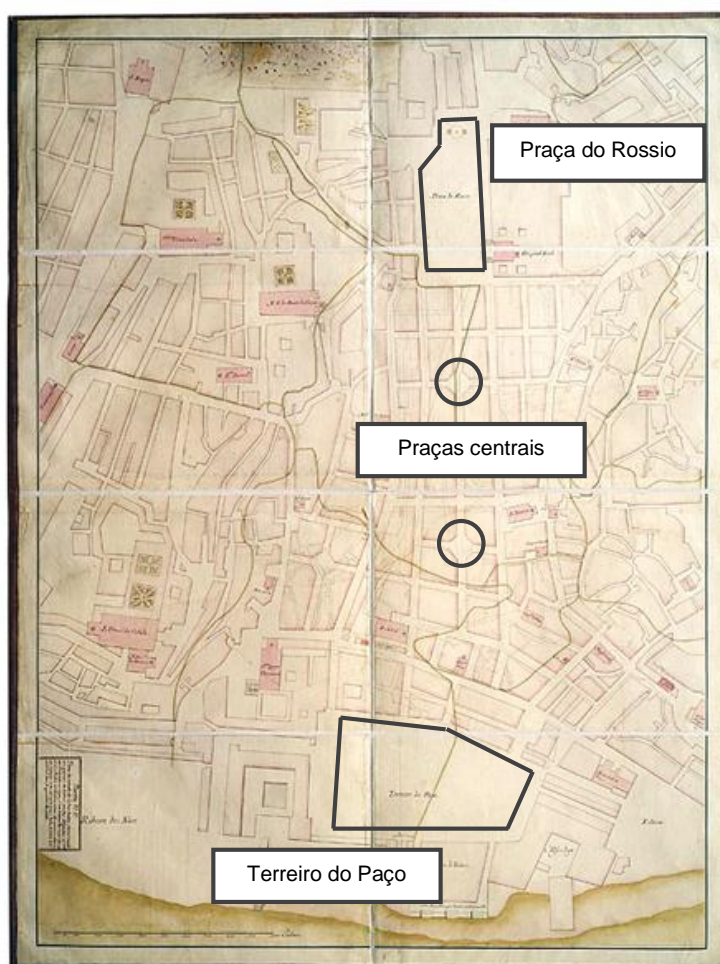


Ilustração 8 | Planta nº 2 da autoria de Elias Sebastião Poppe e José Domingos Poppe, XVIII (2ª metade).
Fonte: Museu da Cidade

¹⁹ Apenas a rua Nova dos Ferros resistiu a esta alteração, não só pela referência tradicional como se justificava manter a sua orientação paralela ao Terreiro do Paço.

Por fim, neste grupo, a terceira proposta regida pela equipa de Eugénio dos Santos, de certa forma, torna-se numa síntese das anteriores propostas ao respeitar os valores da antiga cidade e propondo uma modernização da malha urbana. A grande novidade deste programa deve-se ao tratamento dado à praça que avança sobre o Tejo que ganha maior independência urbana, através da sua forma quadrada que articula com o Rossio a partir de três grandes artérias que definem a linha urbanística de Lisboa.

Este carácter central que Eugénio dos Santos atribui à praça, não só confere importância à mesma no traçado da topologia da cidade, como também aglutina um simbolismo para além da conotação ideológica e política que sempre tivera. Este valor torna-se um dado adquirido para o segundo grupo de propostas, em que a praça real deve seguir uma imagem regular e monumental.

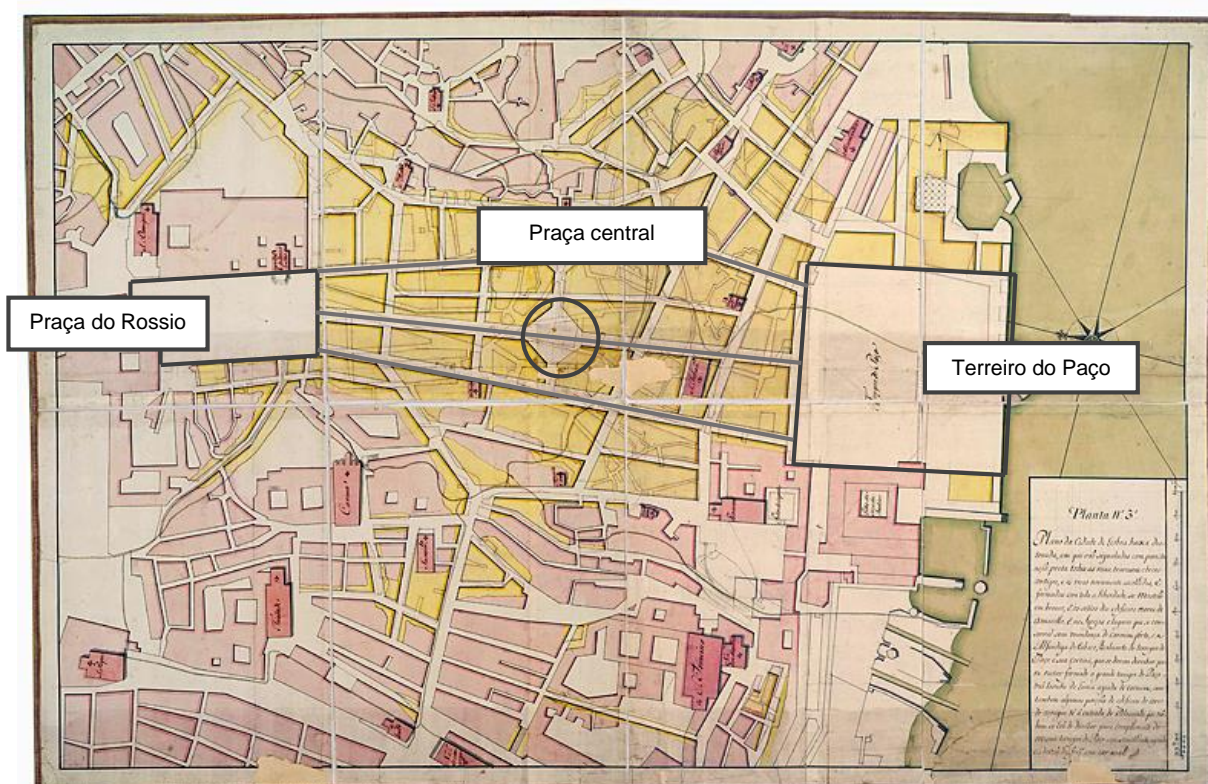


Ilustração 9 | Planta nº 3 da autoria de Eugénio dos Santos Carvalho e António Calos Andreias, XVIII (2ª metade).
Fonte: Museu da Cidade

Planta n.º 4 e 6

Gualter da Fonseca e Elias Sebastião Poppe, responsáveis pelas plantas n.º 4 e 6, respectivamente, ao terem inteira liberdade no traçado levam o carácter regular ortogonal da malha a extremos, sem atenderem à localização dos templos, onde as ruas que ligam as duas praças seguem um sistema de perpendiculares e transversais, excluindo qualquer oblíqua que suscita-se o traçado e estruturas anteriores. No entanto, conservam-nas, numa tentativa de harmonizar ambas as praças ao atribuir-lhes configurações e proporções semelhantes, contudo o terreiro real, peça central, apresenta diferentes soluções.

Enquanto na primeira proposta, Gualter da Fonseca iguala-a com a praça do Rossio, Poppe fecha o terreiro tornando-a numa praça interior separada do Tejo – esquecendo-se do carácter topológico da mesma. Monumentalidade esta mal interpretada, Poppe propõe também a construção de dois grandes edifícios – a sul, a Bolsa do Comércio e o Armazém do Tabaco, e a poente, uma igreja paroquial. Juntamente a este, propõe um plano de reforço das igrejas da Baixa, que devia responder às exigências.

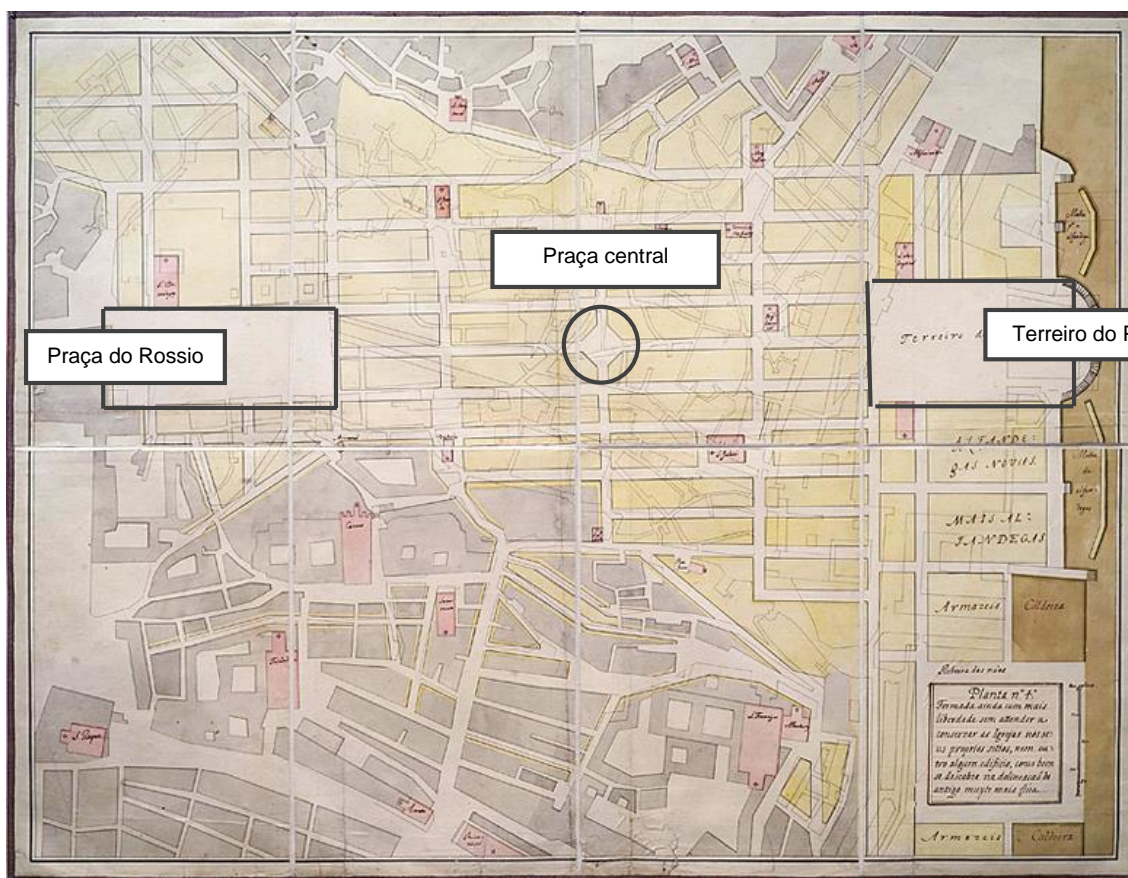


Ilustração 10 | Planta n.º 4 da autoria de Gualter da Fonseca, XVIII (2ª metade).
Fonte: Museu da Cidade



Ilustração 11 | Planta nº 6 da autoria de Elias Sebastião Poppe
Fonte: Monumentos 21

Estas propostas apresentavam problemáticas que, no caso da primeira planta, para além do carácter obsessivo da ortogonalidade, continha erros nas cotas que dificultaram a leitura e suscitavam erros. Na proposta de Poppe, ainda que tenha um plano mais maleável e imaginativo, o seu traçado manteve-se monótono pois propusera nove quarteirões iguais, no sentido N-S, contrariamente a Gualter que na sua malha colocara apenas quatro demasiado longas.

Planta nº. 5

Por último, a planta nº. 5, hoje desaparecida, consiste no projecto de traçado de Eugénio dos Santos, que mais tarde se junta Carlos Mardel, ficando o projecto de reconstrução da «Baixa Pombalina» atribuída aos dois. Tendo sido este o plano aprovado por Pombal, com apenas algumas alterações de pormenor, o papel de Carlos Mardel foi de acompanhar Eugénio dos Santos até ao ano da sua morte, em 1760, substituindo-o e dirigindo as obras posteriormente.

Originalmente, Eugénio dos Santos propõe na sua planta uma malha complexa de ruas que torna o traçado dinâmico, onde as duas praças principais assumem um papel decisivo ao estarem alinhados pelo lado poente, aspecto que nos outros projectos seguia o desalinhamento da lógica antiga. Neste plano, o engenheiro-mor diminui as dimensões do Terreiro do Paço tornando-o numa forma quase quadrada ligado por três ruas «nobres», das quais apenas as duas primeiras do lado poente desembocam no Rossio.

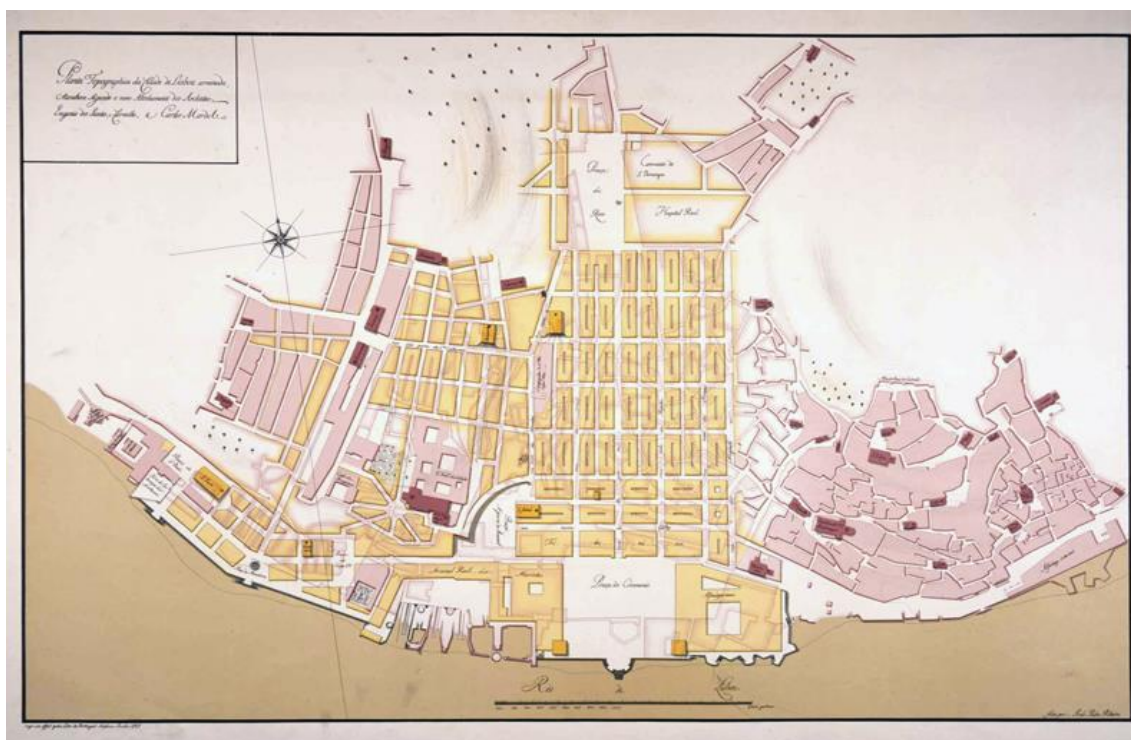


Ilustração 12 | Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel, 1947
Fonte: Museu da Cidade

Manuel da Maia para além da área da baixa promove também o estudo de uma zona-rural considerável. A intenção era a de enobrecer a cidade e ajustar os novos bairros à renovação da zona arruinada de Lisboa, num plano de ruas e fachadas harmoniosas e dinâmicas, destacadas para a habitação palaciana. Este plano de Mardel e do seu grupo de engenheiros, dos quais o engenheiro-mor fez parte, era bastante ambicioso e de uma certa forma abstracto que, terminado em Dezembro de 1756, é abandonado. A este plano surge outro, do qual não se sabe a autoria, que estudava a parte ocidental de Lisboa. Ambos os planos demonstram uma vontade, impossível de abalar, de um pensamento urbanístico na euforia da Reconstrução.



Ilustração 13 | Esboços de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.
Fonte: Catálogo 1758, Lisboa o plano da baixa hoje, Imagem 90

Pormenor da Fachada da Rua dos Fanqueiros
Fotografia de autor



A HABITAÇÃO NO SÉCULO XVIII

ERGUER A NOVA CIDADE | 3.1

HABITAR A NOVA CIDADE: O PRÉDIO DE RENDIMENTO | 3.2

3.1 | ERGUER A NOVA CIDADE

Um novo modelo para uma cidade antiga

Relatos da cidade sobre o olhar de visitantes:

Parecia «que não havia pressa alguma em reconstruir (a cidade)», no centro de Lisboa os bairros «não passavam de enormes montes de escombros de habitações destruídas» onde as ruas pareciam estar «ainda no mesmo estado a que ficaram reduzidas em 1755». (Datado de 1765)²⁰

A cidade era como «ruínas impenetráveis» e «montões medonhos» de onde abriam ruas com «casas isoladas que se erguiam aqui e ali». (Datado de 1766)²¹

Muita especulação e relatos existem em torno do processo e evolução das obras da cidade de Lisboa. Pese embora muitos considerem que as obras de reconstrução foram demoradas, hoje sabemos que o factor que levou aos atrasos citados por muitos deve-se a toda a legislação, fiscalização e preparação necessária das áreas de concepção.

Naturalmente que a evolução dos trabalhos iria ser demorada e irregular, pois surgiram necessidades e circunstâncias diversas ao longo de todo o processo que não estariam consideradas, pela dimensão da intervenção. Daí que, embora o planeamento já estivesse acordado ou em fase de finalização, tivessem sido estipulados, inicialmente, cinco anos para a realização das obras, quando acabaram por ser mais de cinco décadas.

Com o passar dos anos, a par das críticas e da descrença por parte de viajantes, a vontade dos lisboetas em ver a sua cidade erguida não esmorecia. Em 1760 dá-se conta das declarações de um viajante estrangeiro que ouvia por todo o lado que, «a cidade em breve seria reconstruída, absolutamente regular, e bela, tão bela como dantes nunca fora».²² Declarações que o viajante pusera em causa, duvidando das possibilidades do país de voltar a se erguer perante a devastação que se encontrava. Contudo, em 1772 há um testemunho que descreve que «Lisboa se encontra(va) mais ou menos no estado de destruição causado pelo terramoto»²³, mas acrescenta ainda que todos os dias se erguiam novos edifícios. Isto leva-nos a crer que seria um indício de que a reconstrução estava em progresso, pois, como era natural, não passavam de impressões e, como vem relatado num manuscrito lisboeta da época, no começo de 1757 já estariam construídas mais de mil casas novas.²⁴

²⁰ FRANÇA, José Augusto, A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1976, op. cit., p.48.

²¹ IDEM, *Ibidem*, op. cit., p.49.

²² IDEM, *Ibidem*, op. cit., p.48.

²³ IDEM, *Ibidem*, op. cit., p.49.

²⁴ Em 1769 dá-se conta de um aviso de Pombal perante uma queixa por parte dos construtores por se virem concorridos pela profusão de barracas de madeira que, apesar das diversas ordens de proibição e demolição das barracas ilegais, continuavam a ser construídas.

«*Em três ou quatro anos se fizeram mais casas do que havia antes do terramoto e cada vez mais sobejavam*». (Datado de 1760)²⁵

O plano final para a Baixa tomava forma. A partir deste momento, poder-se-ia dar início à reedificação da cidade, segundo instruções estruturantes, desde legislações publicadas, como também com as acções do corpo representativo da obra. Antes de mais, foram necessárias estabelecer condições de trabalho, preparando infra-estruturas – desentulhamento e desobstrução das ruas e terrenos a intervir. Divididos os lotes, seriam procedidas as adjudicações dos terrenos, segundo as normas estabelecidas em Maio de 1758, a cada proprietário encarregue de proceder à construção dos edifícios a partir dos desenhos do Plano. Porém, dá-se conta de que o desenvolvimento dos trabalhos não seguem nenhum método regular como seria de esperar, pelo contrário, denota-se que foi adoptado uma lógica de conveniência ao invés de uma prática coerente.²⁶

Exemplo disso é a publicação de 12 de Junho de 1759, que dá início ao processo de adjudicação a começar pelos terrenos da Rua Augusta, ao quanto que os outros terrenos apenas receberiam a ordem em 28 de Outubro do ano seguinte, altura em que já se teria procedido a uma segunda adjudicação dos terrenos da Rua Augusta que continuavam por edificar.

A evolução das obras, mais propriamente a construção dos edifícios, dependiam das possibilidades económicas dos proprietários. A vontade do Marquês de Pombal era que se construísse o mais brevemente possível de modo a evitar a ocorrência de construções ilegais de barracas, que pudessem fazer com que os proprietários hesitassem e não seguissem com o plano-piloto. Por esta razão, o marquês exerceu sempre bastante pressão em relação aos prazos, mas, que no entanto, acabaram por ser os problemas logísticos quanto à adjudicação dos terrenos ou à possibilidade dos proprietários de mandar edificar, que atrasaram todo o processo.

A ética do ministro era de fazer construir o mais rapidamente possível, pressionando os proprietários dos terrenos que não estavam dispostos a fazê-lo para colocarem os terrenos em hasta pública proporcionando-lhe indemnizações ao cederem os mesmos. Logicamente, os construtores que mais foram atraídos pela operação foram os da classe burguesa enriquecida com privilégios, contratos e monopólios, visto que a nobreza, tendo sido a classe mais prejudicada pela catástrofe, pela proibição de reconstruírem os seus palácios, não tiveram interesse em se lançarem na actividade especulativa da nova cidade.

²⁵ FRANÇA, José Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa 1976, op. cit., p.49.

²⁶ A Casa do Risco teve importante papel na reconstrução da cidade de Lisboa, no que toca ao estabelecimento de processos técnicos das obras e na resolução dos pormenores que iriam surgindo. Localizada junto ao Arsenal, oficina donde saíam os planos para toda Lisboa, a Casa do Risco das Obras Públicas perante os problemas que se impunham, procurou dentro de um espírito prático, eficiente e normalizador, soluções para responder de forma rápida à catástrofe.

Debruçando-nos no objecto de estudo, com o terramoto de 1755 a cidade alterou substancialmente a fisionomia urbana vigente, o que veio a modificar os padrões de comunicação entre os diferentes grupos sociais. O plano de recuperação de Lisboa torna-se, de certa forma, um óptimo exemplo de estudo do aspecto da comunidade e da comunicação entre indivíduos, no sentido em que se coloca em questão o confronto entre um espaço herdado e um espaço projectado.

Tendo sido a zona central da cidade e algumas zonas ribeirinhas devastadas e reduzidas a escombros, pôs-se a problemática fundamental do projecto de Lisboa – que regras e projectos arquitectónicos seriam os mais adequados para reedificar a cidade perdida?

Perante esta questão, torna-se necessário definir o conceito de «cidade». De forma abrangente, a cidade é um composto de ruas de onde compreende uma vida social e económica. Perante a função que a cidade tem sobre a vivência da sociedade, denota-se o seu carácter fundamental quando tentamos perceber e entender como a sua configuração pode, de certa forma, determinar o modo como os indivíduos se relacionam.

“cidade” – Dicionário Priberam de Língua Portuguesa [2008-2013]

Povoação que corresponde a uma categoria administrativa, geralmente caracterizada por um número elevado de habitantes, por elevada densidade populacional e por determinadas infra-estruturas, cuja maioria da população trabalha na indústria ou nos serviços.

Através do estudo já feito sobre o Plano de Reconstrução de Lisboa nos capítulos anteriores, percebemos como este veio a alterar por completo o quotidiano dos seus residentes. Para além de ser uma obra importantíssima ao nível urbanístico e arquitectónico, enquanto modelo inovador, é também um modelo social igualmente novo.²⁷

²⁷ O terramoto e a conjuntura comercial e industrial da capital alteraram a morfologia urbana da cidade, impossibilitando o enquadramento total da antiga cidade. Neste princípio, o plano de Manuel da Maia torna-se o mais eficaz, mas que ao nível dos aspectos sociais e urbanísticos traz alterações completamente novas.



Ilustração 14 | Plano de remodelação da baixa, Estúdio Mário Novais [195-]
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

Por um lado, observamos que a alteração planimétrica que o pombalino propõe, onde as ruas são encurtadas e alargadas para uma maior circulação de ar e entrada de luz, proporciona uma melhor qualidade ao nível da saúde pública, contrariamente ao que acontecia no período medieval, onde as ruas eram extensas, pouco largas, em que a altura das edificações não permitia a entrada de luz nem de circulação de ar.

Com a alteração da urbanística da cidade, a forma como os indivíduos socializam vai se modificar por completo, não só pela nova organização das ruas como, conseqüentemente, pela edificação adjacente.

Por outro lado, a utilização de praças como solução para o encurtamento dessas ruas, para além do carácter comercial, da sua génese, cria e delimita um perímetro de socialização, do qual ainda hoje vemos a sua função, tornando-se pontos de encontro sociais entre indivíduos. As ruas foram estrategicamente planeadas, onde se teve em conta a densidade, distribuição e articulação das diversas ocupações, que, de certa forma, foi a chave para a caracterização social dos espaços da cidade de Lisboa.

Tanto a rua, os edifícios, quer os quarteirões, têm um valor enquanto unidades territoriais, que integram um pólo de actividade económica, em que «as próprias formas de divisão social são influenciadas pelo facto de se distribuírem no espaço».²⁸

Em 1780 quem percorre-se a artéria principal entre o Rossio e a Praça do Comércio – Rua Augusta – deparar-se-ia com, do seu lado direito, 20 edifícios e do esquerdo 27. Podemos imaginar como seria intenso o movimento, quer ao nível de viaturas, quer ao nível de pessoas, numa das ruas com maior comércio, onde conta-se que estariam abertas até então 123 lojas, vinte e cinco anos após o terramoto. Sem dúvida que aquela artéria da cidade retomava rapidamente o seu lugar no comércio retalhista de Lisboa.



Ilustração 15 | Fotografia aérea do Terreiro do Paço e da Baixa, Seródio Armado, 1965
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

²⁸ **Madureira**, Nuno Luís, *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, p.27.



NOME DA RUA	LARGURA	
	METROS	PALMOS (aprox.)
R. Augusta	12,48	56
R. do Ouro	12,35	56
R. da Prata	12,91	58
R. do Comércio	14,38	65
R. dos Fanqueiros	10,04	45
R. da Santa Justa	9,56	43
R. da Assunção	9,89	44
R. da Vitória	10,07	45
R. de São Nicolau	9,39	42
R. da Conceição	9,06	41
R. de São Julião	10,31	46
R. dos Sapateiros	8,17	37
R. dos Correeiros	7,11	32
R. dos Douradores	7,50	34
R. do Crucifixo	8,10	37

- EIXO FUNDAMENTAL
ESPAÇO FUNDAMENTAL
- EIXO SECUNDÁRIO
ESPAÇO SECUNDÁRIO
- EIXO COMPLEMENTAR
ESPAÇO COMPLEMENTAR
- NÚCLEO HISTÓRICO DA BAIXA

Ilustração 16 | Inventário do Património Arquitectónico: conjunto urbano Baixa Pombalina – hierarquia viária
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

A impressão que esta rua transmitia não era de todo o que perpetuava nas outras áreas da baixa. Na zona onde se encontra a Rua Augusta dava a ilusão de ordem num panorama de caos, contrariamente às artérias paralelas, em que sobressaltava o provisório, como se dá o caso de, ao lado dos edifícios, se criarem clareiras temporárias onde se amontoavam escombros e lixos juntamente com os vestígios de obras em circulação.²⁹

Para melhor compreendermos a importância que cada rua representava no plano, torna-se necessário fazer uma pequena análise sobre como estariam a decorrer as reconstruções em cada um dos casos. Para tal, como podemos observar nas tabelas seguintes, estão representadas os levantamentos das edificações durante o ano de 1780, através do estudo dos livros de arrumamentos publicado por Nuno Madureira, na obra *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, 2004.

²⁹ É dessa realidade que falam viajantes estrangeiros, tais como Richard Twiss, em 1772, ou William Darymple, em 1774, que dão conta da «finest street» da Rua Augusta, que se tornava um eixo de referência e percepção do espaço, pois a partir dela poderíamos avistar de um lado o Castelo e do outro o Bairro Alto.

Tabela 1 | Quadro dos Prédios existentes no ano de 1780 em algumas artérias da baixa segundo os livros de arruamentos (Sentido Sul-Norte)

Ruas Freguesia	Bela da Rainha	Nova da Princesa	Augusta	Áurea	Nova do Almada
S. Nicolau	6	3	47	5	5
Conceição	11	10	-	-	-
Stª. Justa	5	5	-	-	-
Madalena	3	5	-	-	-
S. Julião	2	-	21	15	9
TOTAL prédios	27	23	68	20	14

Tabela 2 | Quadro dos Prédios existentes no ano de 1780 em algumas artérias da baixa segundo os livros de arruamento (Sentido Este-Oeste)

Ruas Freguesia	S. Julião	S. Nicolau	Conceição	Áurea	Nova de El-Rei
Conceição	3	-	1	5	2
Madalena	-	-	-	-	12
S. Julião	11	3	29	15	15
TOTAL prédios	14	3	10	20	29

A partir destas tabelas, podemos verificar como naquele ano a discrepância de edificações construídas nas principais ruas é tão significativa, em que numa das ruas apresentadas se iguala ao número de prédios já existentes na Rua Augusta no ano em estudo, o que evidencia o carácter fundamental que esta rua teria, quer ao nível da organização urbanística, de que vamos nos debruçar mais a seguir, quer ao nível económico, que ainda hoje tem.



Ilustração 17 | Rua Nova dos Ferros no séc. XVI, Aguarela de Roque Gameiro; Vista 3D da Rua dos Ferros em 1755
Fonte:

Toda a baixa concentrava diversos ramos de comércio e de negócio, organizados e dispostos por ruas específicas.³⁰ No período anterior ao terramoto, damos conta da Rua Nova dos Ferros como a rua onde se destacavam os melhores e mais rentáveis ramos do comércio, seguido da Rua do Ouro. Eram consideradas as ruas principais da baixa, não só por se ter que passar por estas artérias para se ir do Rossio ao Terreiro do Paço, e visse versa, como também pela dimensão da via pública, contando 40,5 palmos de largo (8,91 cm), na primeira, o que a torna dissonante no traçado da baixa, como o traçado irregular de 56 e 37 palmos (12,32 e 8,14 cm) na seguinte rua, que se estreita consoante as áreas.

Há uma clara preocupação por colocar os ofícios ditos mais «limpos e lustrosos» nas áreas mais distintas, com melhor circulação e arejamento, como forma de «enobrecimento da cidade e interesse do povo nela». Destacam-se os artesãos que trabalham com matérias nobres, como é o caso dos mercadores de lã e seda e os ourives do ouro, destinados aos eixos principais de ligação das duas praças lisboetas – a Rua Augusta e a Rua Áurea. Era estabelecido uma organização por classes de Mercadores, desde a mais nobre à mais comum, ordenada da seguinte forma:

- A primeira como sendo os Mercadores subordinados à Mesa do Bem Comum, os artesãos da lã e seda, que tinha como competência a venda de gamas de fazendas de grande consumo e alto valor unitário, com consideráveis margens de lucro.

³⁰ A 12 de Junho de 1758 é publicado um decreto que classificava as «ruas principais» e atribuía-lhes características específicas, dos quais a largura máxima de sessenta palmos (13,20 cm), com dez para os passeios e cloacas (2,20 cm). No caso das ruas secundárias, os passeios seriam de quarenta palmos para uma maior circulação de ar e de luz – elementos estes bastante importantes na concepção da nova cidade, pois sublinhava a existência de uma nova consciência urbanística e sanitária. Também neste decreto foram instruídas regulamentos para as habitações, dos quais considerava-se que as casas não podiam exceder determinadas alturas, devendo seguir o modelo dos edifícios do Terreiro do Paço.

- Numa vertente mais modesta estariam colocados os comerciantes nas lojas de *Capela*, de adereços de vestuário, de *Misericórdia*, com quinquilharia e adereços, de *Retroz*, com sedas de menor qualidade, panos de linho e algodão ou *Lençaria*.

Após a ideia da construção do Palácio Real ter sido abandonada, duas ideias foram estabelecidas para a concepção social do espaço da cidade. A primeira, patente na obra teórica de Manuel da Maia, consiste na ideia de que a zona da baixa seria um local privilegiado para os homens de negócio fixarem as suas residências. O facto de estar próximo dos polos económicos do país – Alfândega e a Bolsa do Comércio – tornam-se espaços localizados estrategicamente. Contudo, já a segunda ideia, ressalta os direitos e as tradições dos mercadores e artesãos em permanecerem no centro. Deste modo, por alvará de 5 de Novembro de 1760, o Marquês de Pombal atribui a cada corporação uma rua ou travessa principal, reestabelecendo o antigo sistema de arruamentos na geometria organizada e limpa do plano pombalino, tal como demonstra o seguinte esquema:

Tabela 3 | Fonte: Madureira (2004)
Arrumamento da Baixa (Sentido Sul Norte)

Rua Nova de El-Rei <i>actualmente Rua do Comércio</i>	– Mercadores da Classe de Capela – Mercadores de louça da Índia, Chá e outras fazendas desta área
Rua Augusta	– Mercadores de lã e seda
Rua Áurea	– Ourives de ouro – Relojoeiros e volanteiros
Rua Bela da Rainha <i>actualmente Rua da Prata</i>	– Ourives de prata
Rua Nova da Princesa <i>actualmente Rua dos Fanqueiros</i>	– Mercadores de lençaria ou fancaria – Livreiros
Rua dos Douradores	– Douradores, bate-folhas, latoeiros – Tendas e tabernas
Rua dos Correeiros	– Correeiros, seleiros e torneiros
Rua dos Sapateiros	– Sapateiros

Tabela 4 | Fonte: Madureira (2004)
Arrumamento da Baixa (Sentido Sul Norte)

Rua S. Julião	– Algibes
Rua Augusta	– Mercadores de retroz
Rua de S. Nicolau	– Lojas de quinquilharia
Rua da Vitória	– Lojas de quinquilharia
Rua da Assunção	– Serigueiros de chapéus e da agulha
Rua de Santa Justa	– Mercadores de lã e seda (sobras da Rua Augusta)

Este modelo de organização de matriz medieval vem reforçar o carácter corporativo e particularismo da baixa, proporcionando uma fluidez social e um universalismo comercial. O facto de haver um plano de organização das ruas e travessas antecipou a livre ramificação do comércio pelas artérias da cidade. Contudo, esta rigidez perversa vai ter efeitos negativos, pois todo o comércio estaria saturado na zona central, desprovendo as margens da cidade, o que de certa forma foi solucionado com um novo costume por parte dos mercadores em distribuir mercadorias porta a porta.³¹

Com esta nova organização estariam implícitas problemáticas do foro político, das quais a sociedade iluminista dependeria como forma de manter a estabilidade dos seus segmentos. Acima de tudo, a grande questão seria se se garantiria a ordem e se as corporações seriam capazes de sobreviver num sistema tão liberal.

Era claro que esta organização dos arruamentos apresentavam nítidas vantagens quer ao nível do controlo de qualidade das mercadorias, ao garantir o cumprimento dos regulamentos corporativos e fiscais, de forma a preservar os lugares e hierarquias. Contudo, do papel para a realidade, nem sempre a lei era linear. O Estado aos poucos vai cedendo a rigidez a que se propôs inicialmente.³²

Exemplo disso é a Rua Augusta que tendo como tom dominante os mercadores de lã e seda, com 45 lojas, não monopolizavam na totalidade o arruamento. Conta-se 14 latoeiros, 8 picheiros, 1 dourador e fundidor, para além de outros, nesta mesma rua quando, segundo o princípios, estes ofícios estariam localizados na Rua dos Douradores. Mas o problema também se colocava ao

³¹ Os mercados Lisboaetas vieram reforçar esta problemática, ao separar mercadorias pelos vários espaços: frutas, hortaliças e outras mercadorias na Praça da Figueira, o peixe na Ribeira Velha, acrescidos dos mercados volantes de fruta e queijo no Terreiro do Paço, de pão no Largo de S. Paulo e leite no Largo de Santa Justa.

³² Já se calculava que o tradicional direito à propriedade não coincidia com a nova ordenação pombalina – propunha-se aqui um modelo de bairro organizado que serviria de exemplo para toda a cidade. A partir daqui todos os privilégios antigos desapareceriam, como forma de preservar o interesse geral, de que são exemplo as leis «zenonianas», que asseguravam o desafogo de vistas e que neste novo programa já não faria sentido, pois todos os edifícios seguiriam uma mesma métrica e altura.

contrário, ao observarmos mercadores de lã e seda a abrirem as suas lojas na Rua dos Sapateiros.

Na prática, tornou-se impossível reger cegamente a esta política de arruamentos corporativos numa altura em que a reconstrução estava em fase de desenvolvimento, pois não há uma afluência instantânea como se esperaria por parte dos mercadores logo após o decreto de 1760.³³ A instalação dos empresários necessitava uma adaptação à nova oferta de habitabilidade que o pombalino veio propor e ao contexto previsto para a disposição comercial pretendida nas ruas. Foram necessárias impor medidas de transição, análises de situações específicas, estabelecimento de prazos e compromissos, que nos leva a crer que houvesse uma certa flexibilidade na política de arruamento. Após alguns anos, o Estado dá conta de que a proporção entre o espaço útil das artérias e o número de artesãos dos diversos ofícios, nem sempre era linear e simétrico como se calculara inicialmente.

Por Edital de 5 de Maio de 1774 as Ruas Áurea (ourives do ouro), Bela da Rainha (ourives da prata) e Nova da Princesa (mercadores de lençaria ou fãncaria) começam a abrigar comércios e mestres não arruados.³⁴

O Modelo de edificação Pombalina

Já como se percebia na leitura feita das seis plantas propostas do memorando de Manuel da Maia, encontramos implícito muitos dos princípios que iriam fazer parte do programa e da própria estética adoptada para a reconstrução, dos quais, alguns deles inovadores – desde praças, equipamentos públicos, funções, abastecimento de água, métricas, entre outros. Assim se compreende como para os arquitectos da Reconstrução, em destaque o engenheiro-mor, era importante tirar partido da oportunidade que o terramoto trouxe à cidade de Lisboa, de renovar a planimetria e as infra-estruturas.

«Ali se vislumbra, os desígnios de uma utopia não só urbana e territorial, mas também ideológica, que não pode ter surgido de um vazio cultural, disciplinar ou poético».³⁵

³³ A 5 de Outubro de 1760, Pombal por decreto atribui as várias ruas a diferentes mestres, das quais hoje conhecemos como rua dos Sapateiros, Correeiros, Douradores, Retroseiros, Capelitas e Fanqueiros, que assinalam de uma forma simbólica o final do processo da nova Baixa.

³⁴ **Madureira**, Nuno Luís, *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, p.35.

³⁵ Monumentos 21, Rossa, 2004, p. 30.

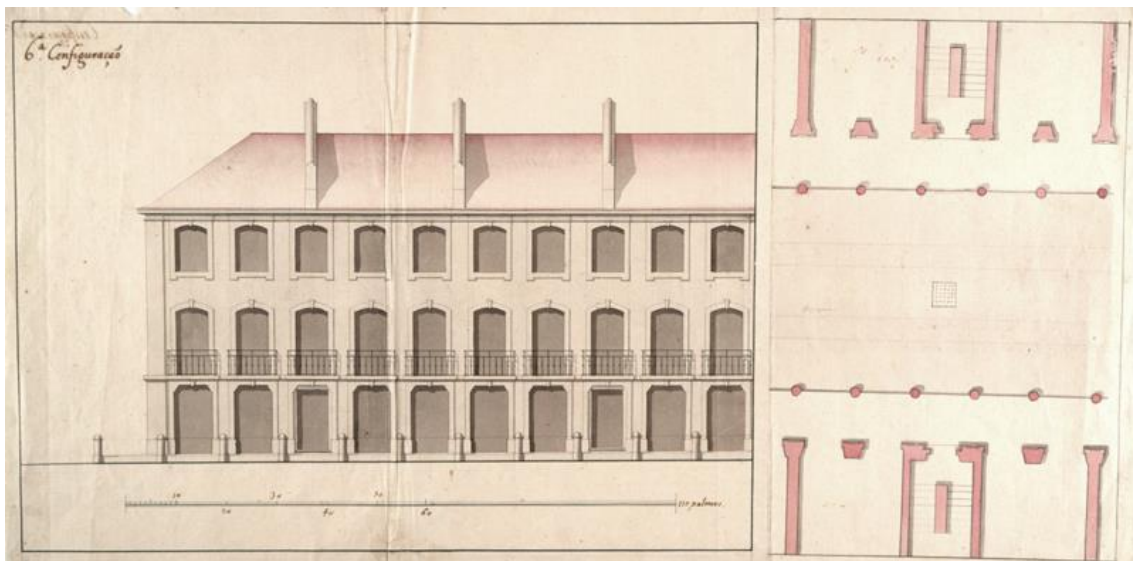


Ilustração 18 | Projecto nº1, 6ª configuração para os edifícios da Baixa
Fonte: Museu da Cidade

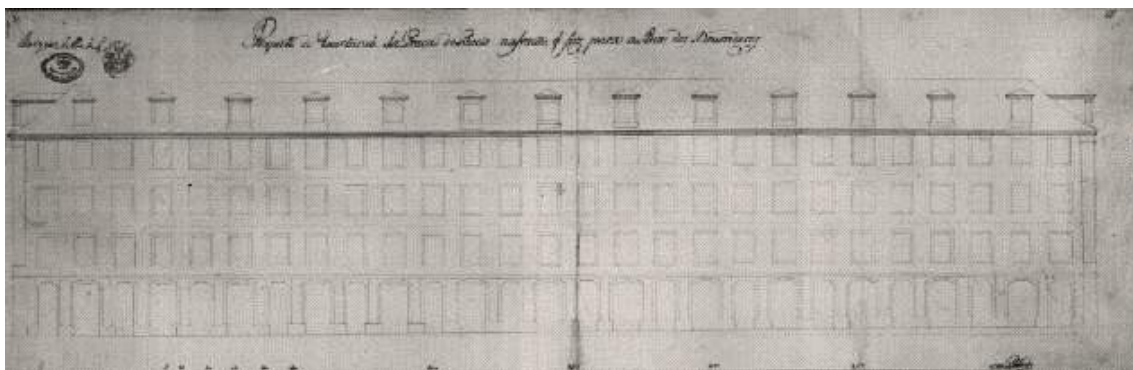


Ilustração 19 | Cartulário de Plantas e Edifícios da Nova Cidade depois do Terramoto de 1755. Alçado do primeiro quarteirão da rua Nova da Princesa
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

É com a terceira parte do memorando que Manuel da Maia propõe três sugestões diferentes para os prédios da nova Baixa, segundo o princípio dos dois andares que o engenheiro-mor insistia já em 1756, de que são exemplo as figura acima, que já haviam sido considerados no seu estudo ante-plano para a Baixa.

Analisando a imagem exemplificativa do alçado-tipo (Ilustração 18), observamos um edifício de três andares, onde as cantarias das portas e janelas seguem um desenho idêntico. Denota-se, entre os telhados dos edifícios, a utilização de paredes cegas com a função de impedir a propagação de incêndios. À direita do alçado observamos como seria projectado uma rua, onde podemos visualizar a proporção entre passeio e estrada. Pombal na altura de avançar com a construção da cidade põe de parte estes desenhos levando à necessidade de apresentar um novo modelo.

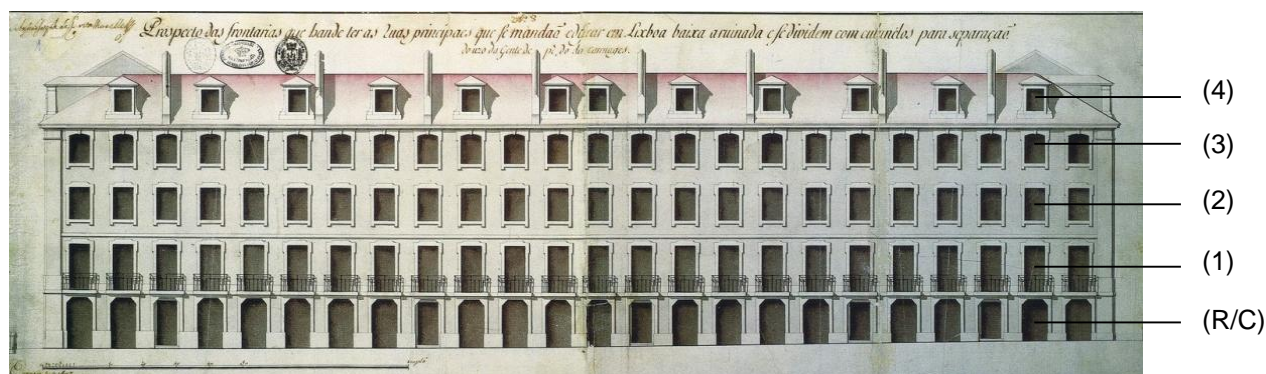


Ilustração 20 | Fachada para as ruas principais de Eugénio dos Santos
Fonte: Catálogo 1758, Lisboa o plano da baixa hoje, imagem 143

Tendo sido o modelo proposto por Eugénio dos Santos o escolhido por Pombal, não é de estranhar as semelhanças que este tem com a proposta do engenheiro Maia. Neste modelo Eugénio dos Santos acrescenta mais um piso aos três do plano de Manuel da Maia, para além da mansarda, mantendo a métrica já existente. Desta forma, o edifício apresenta-se no primeiro piso com janelas de sacada, o segundo e terceiro com janelas de peitoril, o quarto de águas furçadas e o rés-do-chão com lojas que acompanham o mesmo ritmo dos vãos. A uniformidade arquitectónica proposta pelo plano-tipo não foi de todo levado ao extremo como muitos consideravam.

Estruturalmente estas fachadas seguem um esquema de composição idêntico, com algumas variações ao nível do detalhe, que, porém, nunca puseram em causa a ordem global, pelo contrário, traduziram-se numa hierarquização das ruas.

Esta geometria propositada presente nos edifícios pombalinos, imposta para cada quarteirão, leva-nos a crer que, já no modelo de Manuel da Maia e, posteriormente, no modelo de Eugénio dos Santos, o edifício era pensado, não como elemento individual do arruamento, mas como uma parcela de um todo tipificado, independentemente da diversidade que hoje esses edifícios apresentam.

Este modelo estava destinado às ruas principais da nova baixa lisboeta, o que nos permite, hoje em dia, identificar e classificar as várias fachadas dentro de uma tipologia, de onde se destacam três, quer pelas características dos modelos como do local onde se erguiam.

A destruição das instalações palacianas foi destino comum de todos os nobres que viram dificultado a reconstrução de palacetes nos seus terrenos. Manuel da Maia na reconstrução de Lisboa aconselhava a ornamentação dos portais de certos prédios, sem que isso prejudicasse as contas e o orçamento, de forma a dar notoriedade aos mesmos.³⁶ O que não acontece ao nível

³⁶ Estava fora de questão erguer palácios dos vários fidalgos residentes da zona avassalada pela destruição, pelo menos dentro do período da reconstrução. Alguns casos raros de construção deste tipo de edificações só se denotaram tardiamente, de que é exemplo o caso do conde de Valadares que só construiu o seu palácio em meados de 1785 e segundo a lógica da «casa nobre» pombalina. A maior parte dos fidalgos, nomeadamente negociantes estrangeiros instalados em Lisboa, viram as suas residências palacianas serem construídas fora da zona central de Lisboa. Deste modo, pode-se até mesmo dizer que pouco ou nada a construção das ditas «casas nobres» contribuíram para a imagem da nova cidade no período mais significativo da edificação de Lisboa.

das igrejas de paróquias que, respeitando ou não os seus antigos locais, intervieram de forma considerável no planeamento da nova cidade.³⁷

Num estudo feito por Augusto-França, poderíamos considerar a existência de três tipologias de fachada, do qual enumeramos A, B e C:

- O **modelo A**, ou tipologia-padrão da autoria de Eugénio dos Santos, demarca-se pela composição das vergas de cantaria das janelas recortadas, que no último andar se destacam com a apresentação de uma cornija, junto à cimalha; nos segundos e terceiros pisos o uso de peças laterais que simulam consolas; as sacadas ligadas por um rodapé, tal como as portas, que dispõem de bandeiras, enquanto nas águas-furtadas as janelas são ornamentadas por aletas.³⁸
- A Rua Nova da Princesa (actual Rua dos Fanqueiros) e a Rua de S. Julião foram privilegiado por um **modelo de tipo B**, semelhante ao anterior mas mais empobrecido. Com efeito, as fachadas eram compostas por vergas retilíneas, embora as peças laterais tenham mantido o seu prolongamento em falsa consola; o rodapé que ligava as janelas de sacada perdeu-se, bem como as bandeiras das portas, mas manteve-se o desenho da fachada das lojas, tal como as janelas do terceiro andar que manteve a cornija.
- As ruas paralelas às ruas nobres, conhecidas como secundárias, por serem mais pequenas e estreitas, de que é exemplo a Rua dos Douradores, apresenta o **modelo tipo C**, que apresenta uma fachada mais simplificada, onde as janelas já não são rasgadas no primeiro piso, com cantarias retilíneas, e os alizares das lojas apresentam-se igualmente simplificados.

Por todas as ruas apresentam-se edifícios severamente traçados, de fachadas modelo que se repetem de forma monótona, de cor ocre, mas sem que o seu sentido rítmico se perca.³⁹ Ao nível dos interiores, estes são igualmente programados, sem existência de um pátio, com um pequeno átrio e escadas estreitas, em que os apartamentos se apresentam desprovidos de ornamento, sem chaminés (salvo o da cozinha) e corredores. Independentemente das críticas é necessário entender que o edifício

³⁷ Nem sempre podendo manter estes elementos arquitectónicos qualificados no seu local de origem, a solução passa por aplicá-los em locais diversos à sua génese, integrando-os no novo plano de arruamentos, tornando-os parte da imagem da Lisboa pombalina. É exemplo o caso da Igreja da Misericórdia/Conceição Velha e Patriacal/São Domingos, onde foram reaproveitados os portais e integrados numa nova estrutura. Isto leva-nos a entender a Baixa Pombalina como o paradigma da preservação do património cultural que, na época, era algo inusitado.

³⁸ Esta tipologia é evidente nas três «ruas principais» ou nobres que sobem a Praça do Comércio até ao Rossio (de Nascente para Poente), nominadas por Rua da Bela Rainha (hoje conhecida por Rua da Prata), Augusta e Áurea. Também a Rua Nova d'El-Rei e a Rua de S. Paulo privilegiaram deste modelo.

³⁹ Nas ruas transversais da Baixa encontramos edifícios com uma justaposição dos tipos B e C num modelo de tipo A, mas sem sacadas, que se encontram visíveis na rua da Conceição ou de Santa Justa.

pombalino é uma abstração, um conceito, em que a ideia de prédio deve ceder à ideia de uma unidade programada. Havia que criar um novo sistema de produção em série que respondesse ao programa de construção onde o carácter económico e rápido estava latente.



Página anterior

Acima:

Ilustração 21 | Fotografia *Rua Áurea*, [19-], Paulo Guedes
Ilustração 22 | Fotografia *Rua Áurea*, [1963], Armando Serôdio

Ao centro:

Ilustração 23 | Fotografia *Rua dos Fanqueiros*, [1963], Armando Serôdio
Ilustração 24 | Fotografia *Rua dos Fanqueiros*, [1963], Artur Pastor

Em baixo:

Ilustração 25 | Fotografia *Rua dos Douradores*, [1963], Armando Serôdio
Ilustração 26 | *Panorâmica tirada do topo do elevador de Santa Justa sobre a Baixa Pombalina e a colina do Castelo*, [2002], Andres Lejona

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

No caso do Terreiro do Paço, hoje conhecida como a Praça do Comércio, foi desde logo objecto principal para o estudo de Manuel da Maia surgindo na primeira parte da sua «dissertação» como praça principal da cidade e numa terceira parte do memorial acompanhada por um alçado-tipo desenhado por Eugénio dos Santos, hoje perdido, e que representava:

(...) uma forma de edifício mais nobre (...) com seus pórticos com «mezaninos» contra as inclemências do tempo, dois pavimentos de janelas rasgadas, dos quais um se poderia abater parecendo grande a altura, e outro pavimento de «mezaninos» junto dos telhados.⁴⁰

Esta praça, anteriormente o terreiro do paço real, agora desaparecido, reergue-se como uma «praça real», segundo uma tradição europeia, em que o monumento do rei segue o nome da função que se compromete, tornando-se num local fundamental para a “sociedade pombalina” – o comércio. A figura do rei torna-se cada vez mais uma referência ideológica de poder, distante do quotidiano da população, o que leva a que o projecto de um novo paço na capital acabasse por morrer pelas mesmas razões que levaram a ser proposto no início do programa. De certa forma, a instalação provisória da corte em Belém/Ajuda tornou-se definitiva. O palácio do rei foi-se tornando, com o passar do tempo, um elemento menos importante do eixo da reconstrução da baixa da cidade, onde Sebastião Carvalho e Melo destaca a concepção do sector da cidade como factor essencial.

⁴⁰ França, José Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa 1976, op. cit., p.32.

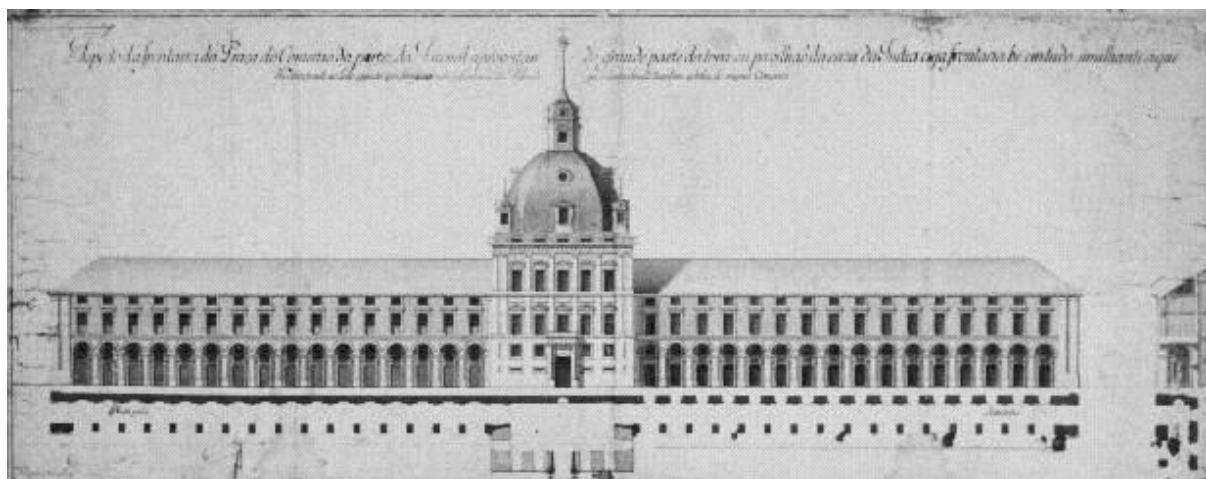


Ilustração 27 | Praça do Comércio da parte do Arsenal - projecto que figurou na exposição realizada no Palácio Galveias, comemorativa da reconstrução de Lisboa, depois do terramoto de 1755
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

A monumentalidade deste conjunto deve-se pelo seu programa de grande qualidade rítmica, onde os elementos celulares em arco se repetem nas três frentes de edifícios com galerias profundas (mais na face norte que nascente ou poente) e que são enobrecidos pelos dois pavilhões terminais, de influência clara do palácio de Mafra, adornados por cúpulas, e pelo central Arco do Triunfo de onde se estende a nobre Rua Augusta.

Novo centro oficial da capital e do governo do País, «grande teatro do comércio de Portugal», a Praça do Comércio constitui a expressão mais original do magno empreendimento da Reconstrução: nela o espírito pombalino tem a tradução simbólica que lhe convém, digna e prática, e justificada pelo próprio nome que necessariamente lhe foi atribuído.⁴¹

Houve uma clara preocupação em assegurar a monumentalidade do paço, quer através do arco do triunfo, a meio da face norte, quer por meio da implantação da estátua equestre no centro da praça que contribuíram para a notabilidade do conjunto. Neste local apenas poderiam edificar uma bolsa os comerciantes da capital, autorizados pelo decreto de 16 de Janeiro de 1758, que outrora se reuniam nas arcadas da Rua Nova dos Ferros.⁴²

Alguns consideram que sendo a Praça do Comércio o objecto centralizador da reconstrução de Lisboa pombalina, da vida social e política do país, a Praça do Rossio, por consequente, perderia o seu

⁴¹ França, José Augusto, A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa 1976, op. cit., p.41.

⁴² Para além da difusão de novas práticas sociais e do aumento do consumo, durante este período observamos que as inovações setecentistas passam essencialmente pela reflexão e determinação de regras e sistemas de organização e utilização, quer ao nível privado como público.

papel social que outrora na época medieval tivera.⁴³ Porém, hoje percebemos que a Praça do Comércio nunca conseguiu alcançar esse carácter centralizador da vida social lisboeta a que se propusera, e que ainda hoje se procura solucionar esse problema.

Ao visitarmos a Baixa de Lisboa podemos observar como a Praça do Rossio continua a ser um ponto de encontro entre indivíduos, mais do que a Praça do Comércio até então fora. Denota-se uma clara intenção em inserirem no paço novas logicas de vivência social, através da implantação de espaços de estar, como cafés e restaurantes, em substituição dos órgãos políticos e ministérios até então presentes.

Página seguinte

Acima:

Ilustração 28 | Fotografia *Praça Dom Pedro IV e encosta do Castelo depois das transformações de 1925*, [1947?]

Ilustração 29 | Fotografia *Quiosque dos Libertários do Rossio*, [1911], Joshua Benoliel

Ao centro:

Ilustração 30 | *Panorama Praça do Rossio*, [Julho de 2010], Enrico Bocconi Azadinho

Ilustração 31 | *Panorama Praça do Comércio*, [Agosto de 2010], Enrico Bocconi Azadinho

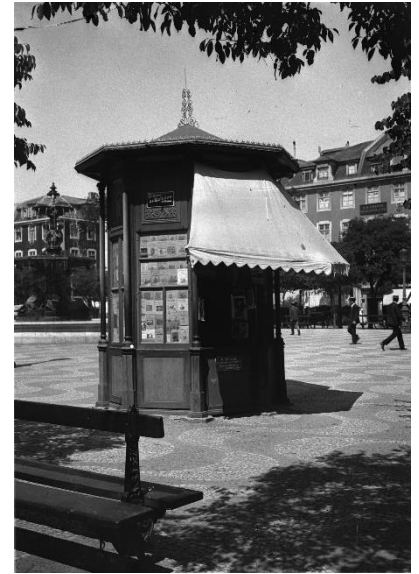
Em baixo:

Ilustração 32 | Fotografia *Candeeiros de Lisboa*, [1944], Eduardo Portugal

Ilustração 33 | Fotografia *Praça do Comércio*, Alexandre Cunha

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

⁴³ O Rossio foi sucessivamente enriquecendo com o palácio da Inquisição, o Convento dos Dominicanos e o Hospital de Todos os Santos que, com a reconstrução pós-terramoto, fora regularizado a metade da Praça do Comércio de forma a reger aos parâmetros geométricos da malha pombalina.



3.2 | HABITAR A NOVA CIDADE: O PRÉDIO DE RENDIMENTO

Estudo de Casos: Características e Especificidades

O século XVIII abarca um período fundamental para o entendimento do conceito de residência – o período da reconstrução da baixa pombalina – nomeadamente com o estudo dos prédios de rendimento e de como a ideia de espaço privado mantém afinidades com a vivência actual. As transformações que decorrem neste período em estudo orientam-se em particular para a cultura do móvel, no sentido em que presenciamos, numa sociedade de conforto, uma cultura de bem-estar que se infiltra em corpos da sociedade cada vez mais vastos, deixando de ser apenas um privilégio das camadas de corte e de fidalguia.

Pela primeira vez, o conforto é reconhecido como um valor social, que vai implicar inovações ao nível dos materiais e, por consequente, do mobiliário e dos espaços, fazendo parte da vida quotidiana dos indivíduos.⁴⁴ A habitação, ou de uma forma relutante, o espaço doméstico, torna-se um local independente da vida agitada da rua, do espaço público, tornando-se num espaço condicionado onde a regra e a norma substituem as tarefas, resultando em novos princípios de estruturação do espaço que alteram os princípios e relações tradicionais entre as diversas partes da casa.

Hoje em dia, numa era em que as tecnologias de comunicação estão sempre presentes no hemisfério do quotidiano, observamos que os obstáculos físicos à comunicação tornam-se relativos. O facto de tudo ser acessível torna a relação espaço-tempo algo instantâneo, levando a que as relações inter-individuais sejam dominadas pela omissão física dos interlocutores, levando a uma descontextualização do espaço presencial, quando até há pouco tempo as relações entre pessoas eram feitas pela interação co-presencial dos participantes. O contacto estava em função do movimento, da deslocação.

Neste contexto, a arquitectura integrada de espaços e economias de lugares acabou por, de certa forma, influenciar o tipo de relações entre indivíduos e dos mesmos em relação ao mundo e a si próprios. Mesmo em Lisboa, no século XVIII, existindo um tráfego intenso e constante de inter-relações, quer seja por via de ligações náuticas, de reportórios e de respondências comerciais, a interação social entre indivíduos estava inevitavelmente dependente da utilização do espaço. Neste sentido, para compreendermos o espaço urbano é necessário termos a noção da sua circulação, hierarquização e especialização, pois todas contribuem para a dinâmica social e cultural da cidade.

⁴⁴ Vemos os conceitos de «bem-estar» e de «conforto» a tomarem diferentes apropriações ideológicas que vão resultar em diferentes soluções, mas que fundamentalmente vão ser o ponto de partida de vários projectos e a causa motivadora de objectivos de natureza colectiva.

Nas sociedades antigas, os aspectos sociais do espaço influenciam inevitavelmente as possibilidades de comunicação, o que contribui para a criação de padrões analógicos referenciais para a identidade dos indivíduos. Assim, o tecido urbano não só impõe constrangimentos aos seus agentes, como também liberta oportunidades de acção diferenciadas entre estes.

O Conceito

Desde logo percebemos que o prédio pombalino veio responder a uma necessidade da época – criar um polo comercial regular, hierárquico e organizado, ao qual está subjugado a habitação. Com o estudo da urbanística da Baixa de Lisboa, percebemos como os teóricos e técnicos da reconstrução procuraram criar um núcleo social onde a habitação e o trabalho se complementam.

A cidade baixa de Lisboa foi, de certa forma, uma proposta inovadora para o país, e até mesmo para a Europa, pois impõe, no sentido das inter-relacionais e até mesmo na perspectiva económica e financeira, um sistema flexível, onde as várias classes vivem em comunidade, para um bem comum. O que o Plano Pombalino propõe é a criação de um polo diversificado de múltiplas relações que se aplica na organização da cidade no seu todo, desde a rua, o edifício e o piso. Neste sentido, tal como podemos verificar no esquema seguinte, o Plano é antes de mais um projecto conceptual, que alude a uma vivência ordenada, onde tudo o que é proposto é fruto de uma mentalidade racionalista. Todos os elementos que a compõem têm presentes estes três pontos – organização urbanística, social e financeira –, quer do ponto de vista da cidade, como de tudo que a define.



O “prédio pombalino”, mais conhecido por edifício de rendimento, apesar de ter sido pensado por Manuel da Maia para albergar gente endinheirada segundo um modelo de comércio de loja no piso térreo e habitação nos pisos superiores, vai ter outra realidade. Os novos edifícios vão se tornar polos económicos que agregam actividades que complementam o sistema de arruamento. Das lojas, aos andares e até mesmo às águas-furtadas, anexam-se núcleos de actividades, desde alfaiates, serigueiros, bordadores, luveiros, fabricantes de tecidos, que procuram instalar-se perto das lojas de mercadores de lã e seda, em comunhão com a residência.

Neste sentido, podemos encontrar a aplicação de dois tipos de sistemas para a atribuição dos preços nos edifícios.

1. **Edifícios que se localizem na Rua Augusta** - os andares têm uma renda proporcional inversa à sua altura, ou seja, quanto mais subirmos, menor a renda. Isto leva a que os lojistas sejam os que paguem a maior fatia na totalidade do edifício. Em média, o custo de uma loja nesta localização equivale ao arrendamento de três águas-furtadas (o andar mais barato) e ainda com uma poupança ou dois terceiros andares.
2. **Edifícios localizados nas ruas Áurea, Bela da Rainha (actual Prata), Douradores, Sapateiros, Nova da Princesa e na Calçada do Carmo** - têm como estipulado o primeiro andar mais caro, seguindo dos segundos e terceiros pisos. As águas-furtadas e os espaços de loja constituem os pisos mais acessíveis e de menor valor.⁴⁵

A casa passa a desprover das áreas de trabalho, de albergar mercadorias e matérias-primas, tornando-se num espaço de intimidade. O indivíduo, ao residir fora da loja apropria-se de um espaço privado, que pode ser ocupado de bens pessoais e peças decorativas. Ainda que comece a se tornar numa realidade, ainda em pleno terceiro quartel do século XVIII, grande parte dos artificies desconhece esse luxo. Quando falamos no grupo simples – taberneiros, merceiros e lojistas – é comercializar paredes a meias com o habitar. Já quando passamos para a fatia mais rica no comércio retalhista e grossista, observamos como tudo se altera. Para este grupo, observamos como a loja é loja, o andar o andar.⁴⁶

⁴⁵ As habitações que estão sob o telhado são manifestamente as com piores condições vivenciais, visto terem uma maior discrepância ao nível das temperaturas – quentes no verão e frias no inverno – pouca luz, paredes irregulares e vários lanços de escada para subir. Contudo, consistem num importante andar para o sector económico ao alargar a associatividade profissional da baixa, podendo ser uma alternativa para a instalação de artificies, viúvas, desempregados ou, até mesmo, de funcionários precários, que de outra forma teriam que procurar residência numa zona mais barata.

⁴⁶ Em alguns casos relata-se que distribuiriam pertences pessoais, tais como móveis, por dois pisos – dois andares consecutivos ou um terceiro andar e uma água-furtada. Escusado será dizer que este desafogo de espaço está ligado a uma família de grandes rendimentos e a um estatuto social reconhecido. Contudo as grandes figuras das elites económicas não se encontram em S. Nicolau. Estes procuram instalar-se nas margens da baixa, sem deixarem as vizinhanças da Alfândega ou da Bolsa de Lisboa, para beneficiarem da proximidade com a Praça da Ribeira – local de desembarque de produtos que abastecem a cidade.

As diferenças ocupacionais dos edifícios dão-se por influência à ocupação dos espaços. Se na Rua Augusta as rendas das lojas estão elevadas – factor relacionado com a função comercial distinta – nas outras ruas, as lojas fazem parte de uma classe mais baixa. O que estes edifícios proporcionaram foi a vivência de vários tipos de classes sociais no centro comercial da cidade. O trabalhador tem o seu negócio aberto no piso térreo e, terminado o dia de trabalho, fecha a loja e recolhe à residência.



Página seguinte

Acima:

Ilustração 34 | Fotografia *Salão Diniz*, [191-], Rua Augusta, Joshua Benoliel
Ilustração 35 | Fotografia *Rua da Prata, 171 – Quiosque Tivoli*

Ao centro:

Ilustração 36 | Fotografia *Afonso de Pinho & Coelho da Silva, casa de novidades*, [191-], Rua Áurea, Joshua Benoliel
Ilustração 37 | Fotografia *Rua dos Sapateiros, 68, Sapateiro*

Em baixo:

Ilustração 38 | Fotografia *Ourivesaria e relojoaria, filial da Casa Mergulhão*, [191-], Joshua Benoliel
Ilustração 39 | Fotografia *Rua de Santa Justa*, [1973], Artur Pastor

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Ilustração 34,36,38 e 39)
Reabilitação Urbana: Baixa Pombalina – Bases para uma intervenção de salvaguarda (Ilustração 35 e 37)

Através dos gráficos seguintes podemos compreender a importância da Freguesia de S. Nicolau e, por consequente, o estatuto que tem enquanto nova freguesia com prédios de rendimento, onde a compra de bens de raiz representa um investimento seguro.

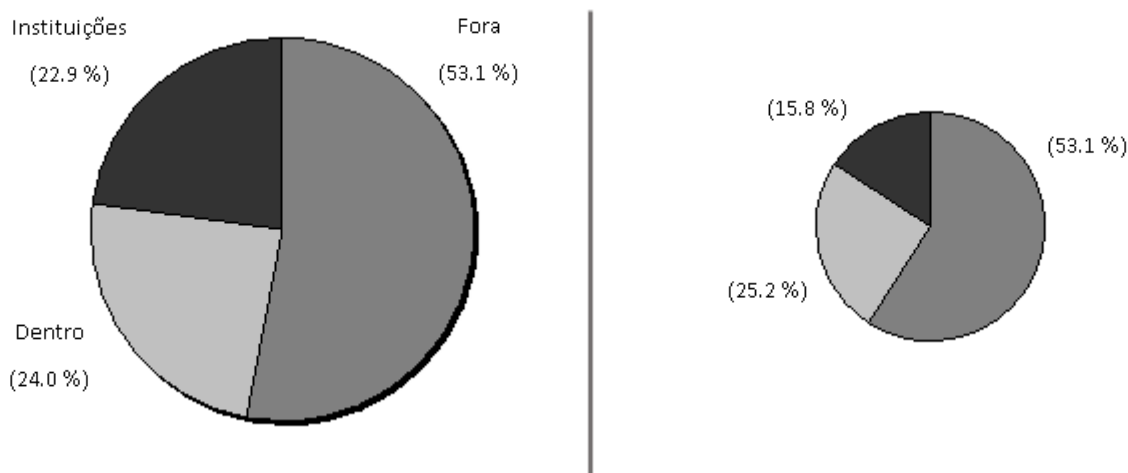


Gráfico 1 | Número de casas por tipo de proprietário – Freguesia de S. Nicolau (Esquerda)
Gráfico 2 | Rendas cobradas por tipo de proprietário – Freguesia de S. Nicolau (Direita)

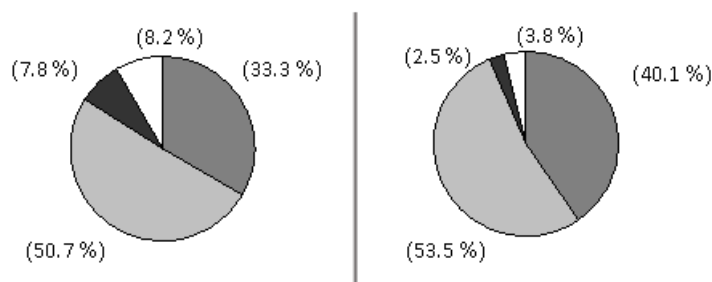


Gráfico 3 | Número de casas por tipo de proprietário – Freguesia de Santa Isabel (Esquerda)
Gráfico 4 | Número de casas por tipo de proprietário – Freguesia de S. Sebastião (Direita)

Ao analisarmos percebemos que na freguesia de S. Nicolau quase 60% dos edifícios e 50% das rendas estão em mãos de pessoas de fora da paróquia. Mas destaca-se de igual forma o forte investimento por parte de instituições, nomeadamente de carácter religioso, que demonstra como a reconstrução não só veio aliciar os particulares a investirem na baixa como também o interesse das ordens religiosas.⁴⁷

⁴⁷ Como foi referido no capítulo anterior, o plano inicial para a baixa acabou por não ser realizado. O fracasso do projecto para o local onde iria ser implantado o novo Palácio Real levou a que a ideia de um enquadramento político no espaço social tivesse fraco alcance. O que acabou por levar a que o rosto da cidade passa-se a ser moldado pela iniciativa particular e não monopolizado pelo poder monárquico.

Denotamos uma grande distinção ao nível dos perfis das três freguesias: por um lado, em S. Nicolau, como foi referido anteriormente, apresenta um forte investimento por parte de instituições religiosas; em Santa Isabel uma participação equilibrada entre o Estado e as ordens religiosas e, por último, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, onde grande parte das habitações estão na posse de particulares.

Esta análise confirma o estatuto destas três importantes freguesias de Lisboa, a destacar o perfil marginal que o terceiro caso apresentado tem em relação à cidade. No caso de Sta. Isabel, o facto de estar à cabeça da lista a Real Fábrica das Sedas como investidora de mais de setenta e sete casas, como bairros dos fabricantes e mestres incorporados, torna-se um elemento dinamizador. Contudo é na baixa que se nota maior tendência para a concentração da propriedade, onde há um interesse repartido, ao contrário das outras freguesias onde surge um maior investimento particular.

A geografia da propriedade torna-se, de certa forma, perante este estudo, um elemento fundamental para a estruturação do espaço social da freguesia. No núcleo de co-residentes, verifica-se que as profissões com maior acesso a estes espaços são de algum modo ligados à região – S. Nicolau composto por negociantes e mercadores; homens sem artifices e ofício em Santa Isabel; sendo os que vivem das suas rendas e os altos funcionários em S. Sebastião.

Apesar de na baixa a maior fracção de residentes serem os artifices, estes não têm acesso à propriedade. Apenas alguns comerciantes e homens de negócio conseguem consolidar a actividade com a habitação. A maioria dos mercadores mantém a sua situação como arrendatários. Se desta forma S. Nicolau é uma freguesia de locatários, Santa Isabel é de proprietários. Há uma clara diferença urbanística nas regiões que demarca desde logo uma desigualdade na distribuição da propriedade. As casas ao serem modestas, simples e baratas, torna-se fácil o acesso à habitação própria de vários estatutos sociais, o que de certa forma, veio a influenciar a geografia social da zona e a fixação das populações. Daí que, não seja de estranhar, que os principais proprietários de Santa Isabel sejam indivíduos «sem ofício».

Com a reestruturação do tecido urbano de Lisboa, após o terramoto, põe-se em prática uma visão pragmática e utilitária no conceito de «cidade», servindo de apêndice às funções da Corte. O espaço passa a ser usado como meio de fixação dos elementos com maior conteúdo político, na procura de criar uma estabilidade entre as relações sociais: o enquadramento da nobreza, a disciplina dos segmentos corporativos através de uma organização propositada com vista ao dinamismo comercial. Apesar da flexibilidade da política de arruamento determinado pelas circunstâncias, veio a reforçar um sistema político-económico que já apresentava sinais de uma desagregação. Isto veio a possibilitar à Baixa, a partir de uma geometria límpida, separar as corporativas em ofícios. Desta forma podemos considerar que foi impregnado com sucesso em Lisboa as estruturas sociais nas espaciais, não pela existência de uma correspondência linear que definia centros e funções económicas, mas porque permitiu relações, encontros, oportunidades e participações no mercado de trabalho. À margem do sistema legal de arruamentos, quer em S. Nicolau, Santa Isabel ou S. Sebastião, desenvolveram-se outros circuitos económicos que podemos chamar de «parasitários», que vieram completar a freguesia, levando a diferenciadas interações sociais e urbanas.

Neste sentido, o Plano veio propor uma vivência em comunidade, onde as desigualdades monetárias entre os inquilinos está organizada pela hierarquia vertical dos edifícios pombalinos, através da atribuição das rendas, integrando-as em vez de as segregar. Este sistema possibilita uma teia de ocupações solitárias, pela forma como as casas estão predispostas, da mesma forma que se organizam os arruamentos, onde a premissa é a flexibilidade. Das lojas que vivem em comunhão com as oficinas e, conseqüentemente, com a habitação, num modelo de partilha do espaço para minimizar os custos, quando se dá a separação da loja e da residência, esse modelo de relação entre o trabalho e a vivência mantém-se debaixo do mesmo telhado

Partindo desta premissa de partilha dos espaços, percebemos que existe toda uma lógica em relação ao modo como a arquitectura se desenvolve nos seus interiores e como todos os factores que os pensadores e teóricos consideraram na concepção da cidade de Lisboa estão igualmente presentes na habitação. Tal como podemos verificar no esquema acima, estamos perante um complexo estudo urbanístico e arquitectónico.

Quer estudemos o projecto urbanístico presente na baixa, quer o prédio de rendimento ou até mesmo o piso ou uma divisão, percebemos como existe um claro esquema de relações, onde estão latentes o conceito de privado e público. Neste sentido, vemos como o comercial e o residencial vivem em comunhão no edifício, da mesma forma que o público e o privado no piso, tal como vamos observar mais à frente.

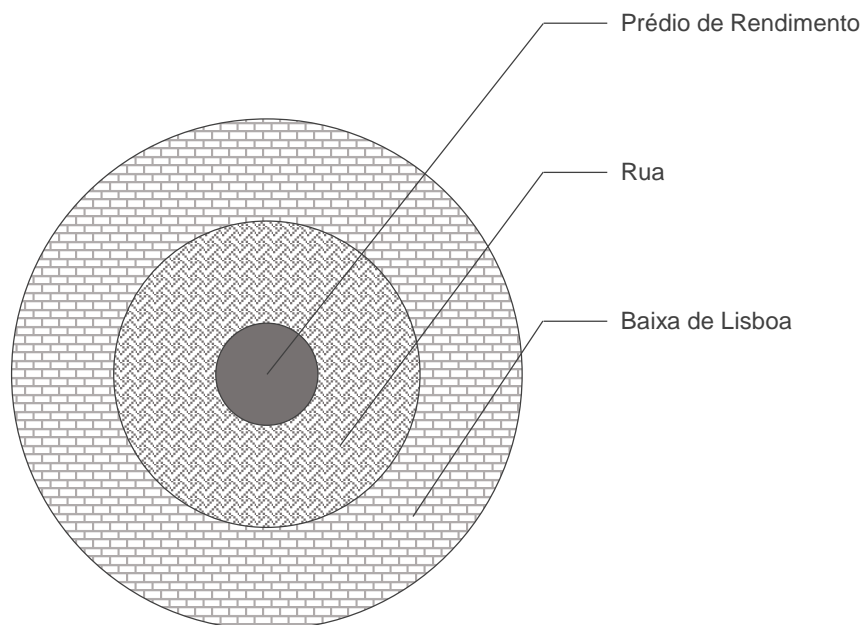


Gráfico 5 | Esquema Organizacional patente na Baixa de Lisboa

Construção

A construção pombalina, não tendo sido decerto uma invenção súbita, quer do Marquês, quer do engenheiro-mor Manuel da Maia, resulta de uma racionalização e, acima de tudo, de uma vontade em precaver uma população de futuros sinistros. Tal como foi referido anteriormente, esta racionalização e este pensamento para um futuro progressivo está presente na definição da métrica das fachadas dos edifícios, dos elementos estruturais predominantes, na forma como estão organizados e no modo como tudo encaixa. É perceptível a lógica de pensamento que levou à integridade do que hoje podemos estudar destes edifícios, onde todos os elementos se subordinam aos padrões de simplicidade e repetibilidade que, segundo alguns estudiosos, espelha monotonia. Desde o período da reconstrução que a arquitectura pombalina é vista como pobre, pela ausência de elementos decorativos pautados nas suas fachadas, contrariamente ao que se verificava em outros pontos da Europa, o que levava a um certo desprezo por parte de olhares estrangeiros, acusando os responsáveis políticos e técnicos de falta de ambição.

Tendo sido desde início mal compreendida, não é de estranhar que todo o pensamento construtivo por detrás do pombalino ficasse em segundo plano, levando a que tardiamente percepcionassem que o acto inovador do pombalino é a sua depuração tecnológica, fruto de um exaustivo estudo do comportamento das estruturas.

O apuramento técnico é tal que não seria hoje possível fazer melhor, com os materiais disponíveis, para alcançar estruturas robustas e duráveis que envergonham, pela sua qualidade, muitos técnicos contemporâneos.⁴⁸

O edifício pombalino representa acima de tudo um sistema construtivo aperfeiçoado e original que alguma vez foi utilizado num País que até então não tinha sido reconhecido pelos seus avanços tecnológicos. Sistema esse denominado por “gaiola” onde a componente principal é a Cruz de Santo André em barrotes de madeira leve, flexíveis e resistentes, em junção com a alvenaria pesada e rígida que asseguram a estabilidade do edifício proporcionando cargas verticais e forças horizontais estabilizadas. Sistema este comprovado sobre a sua resistência e qualidade após 250 anos de negligência e falta de manutenção a que se encontra hoje.

Por norma a superestrutura dos edifícios pombalinos compõem-se por paredes de alvenaria que se localizam na periferia e na envolvente da caixa de escadas e de um sistema misto nas restantes paredes interiores. Contudo, em alguns casos, por serem tardios ou de menor qualidade, as paredes de separação das escadas e do interior podem ser de frontal (mistas). Também ao nível dos andares verificamos como as paredes se alteram ao nível dos materiais e sistemas construtivos.

⁴⁸ APPLETON, João, Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e tecnologias de intervenção, Edições ORION, Lisboa, 2003, p. 300.

Página seguinte

Acima:

Ilustração 40 | Sistema construtivo pombalino, Appleton, 2008
Ilustração 41 | Pormenor de uma parede frontal, Appleton, 2008

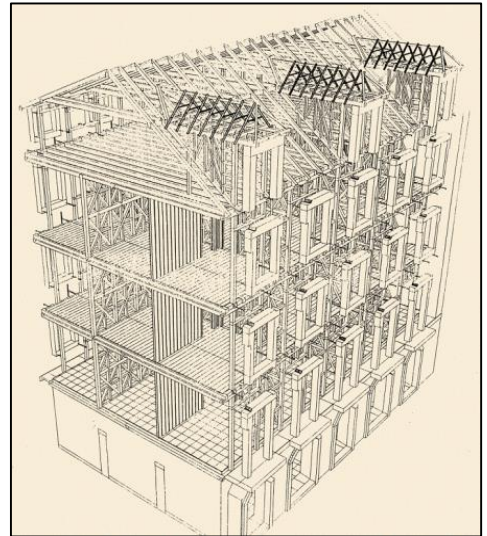
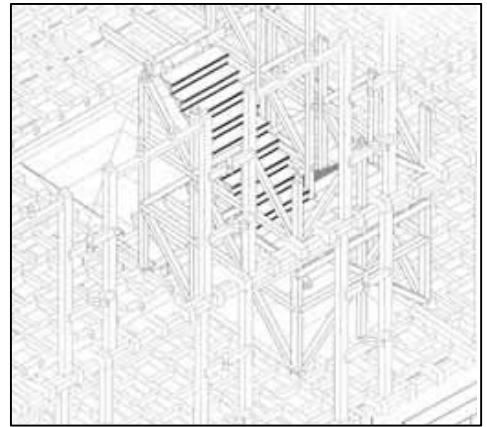
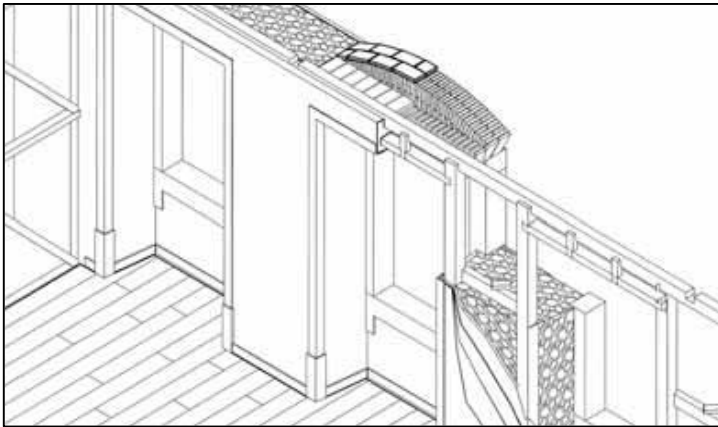
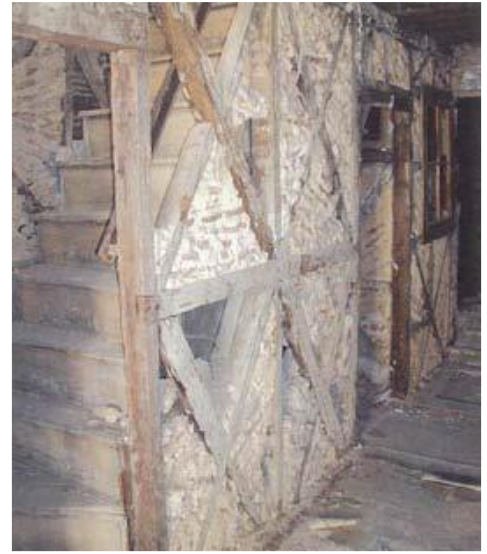
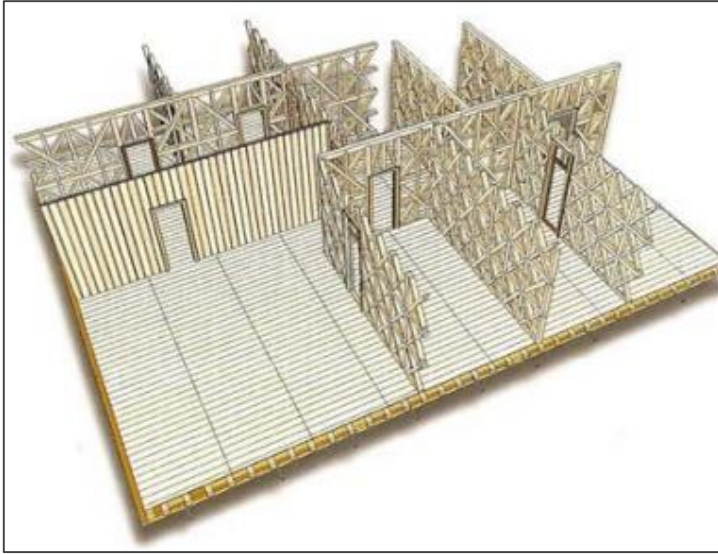
Ao centro:

Ilustração 42 | Corte perspectivado pelo interior de parede exterior.
Ilustração 43 | Perspectiva interior de estrutura de madeira interior.

Em baixo:

Ilustração 44 | Sistema de suporte com pilares e abóbadas de tijolo a cutelo,
Rua Ivens.
Ilustração 45 | Exemplo de construção em gaiola

Fonte: Reabilitação Urbana – Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção
de salvaguarda



Considerando o piso térreo a “fundação do lote”, percebemos a importância que tem em aplicar materiais mais resistentes, para “sustentar” toda a estrutura do edifício. Deste modo, vemos aplicados em grande parte dos casos coberturas com sistemas de sustentabilidade de várias tipologias, desde abobadas de pedra (canhão, etc.), arcos, entre outros. Isto permite descarregar as forças e elevar os andares segundo a tipologia em gaiola. Estas estruturas eram simplesmente rebocadas, em várias camadas, ficando a estrutura de madeira o mais próximo possível da face interior da parede.

Página seguinte

Acima:

Ilustração 46 | Perspectiva do interior do edifício da Rua de S. Paulo
Ilustração 47 | Pormenor do rodapé com tratamento esponjado

Ao centro:

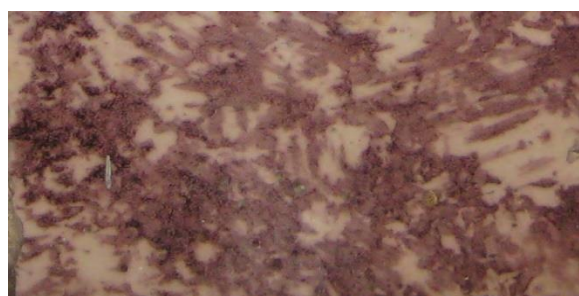
Ilustração 48 | Pormenor do interior do edifício da Rua de S. Paulo
Ilustração 49 | Pormenor da chaminé

Em baixo:

Ilustração 50 | Vista do interior do lance de escadas
Ilustração 51 | Perspectiva do interior de uma sala

Fonte: Reabilitação Urbana – Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda

Vemos ao nível dos paramentos das paredes interiores o uso de tabuado de forro de madeira macheada, ou emboçada, posteriormente esboçada e rebocada, ou em outros casos a aplicação de um revestimento final de estuque de gesso ou pó de pedra. Quando empregues como revestimento, as madeiras seriam sempre pintadas com tintas de base oleosa, não só pelo carácter estético mas também para protecção das mesmas. Nas cozinhas, caixas de escadas e outros lambrins interiores, as paredes eram revestidas a azulejos policromáticos, decorados ou brancos, finalizados por um rodapé em madeira com tratamento em esponjado não vidrado.





Acima:

Ilustração 52 | Fotografia Interior de quarteirão (Rua Ivens, Rua Capelo, Rua Anchieta e Rua Garrett)

Ilustração 53 | Fotografia Saguão, zona de S. Paulo

Ao centro:

Ilustração 54 | Perspectiva da 5ª fachada, zona da Rua da Conceição

Em baixo:

Ilustração 55 | Planta de Implantação da Baixa de Lisboa – Vista Geral, Escala 1:1000

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

Não é de estranhar que, tal como acontece na urbanística da baixa, independentemente do tipo e forma que o edifício pombalino toma, a luz e o ar têm um papel importante na concepção dos pisos. Os acessos às divisões seguem um igual esquema de paralelas e perpendiculares, que possibilitam a ligação das duas fachadas permitindo, por um lado, uma ventilação cruzada e um maior aproveitamento da luz, tanto nas divisões localizadas nas extremidades como no interior do plano arquitectónico do piso – os quartos interiores. A orientação das ruas na Baixa de Lisboa assegura, quer ao nível do espaço público, quer ao nível dos interiores, um controlo da incidência e, por consequente, um aproveitamento das horas de sol nas várias estações. Embora nos dias de hoje a carência de luz natural nas habitações seja algo impensável, vemos como em pleno século XVIII os arquitectos portugueses procuraram responder a essa necessidade. Os edifícios foram concebidos para que nos pisos inferiores fosse destinado para o comércio, privilegiando os pisos superiores para as residências, usufruindo do máximo de luz. O mesmo se aplica ao nível da ventilação, contudo, é de salientar o facto de nem sempre ser assim. É possível identificar edifícios onde o sagão não toma as dimensões necessárias para esse fim ou, por vezes, o tardoiz é comum com outros edifícios, impossibilitando a existência de saguões.

Organização

Após termos percebido quais as razões que levaram ao aparecimento do prédio de rendimento e as suas características, falta-nos entender como é que este se organiza. Desde logo, com os estudos já realizados, percebemos como o prédio pombalino veio trazer consideráveis alterações, quer ao nível construtivo como urbanisticamente, porém, constituiu uma alteração considerável ao nível da habitação colectiva em meio urbano, no modo como se organizam e relacionam os espaços.

Antes de partirmos para o estudo mais aprofundado das diversas edificações pombalinas, temos que considerar primeiro, para não cairmos em premissas erradas, que o que os engenheiros portugueses propuseram não foram vários modelos tipológicos pombalinos, mas sim uma tipologia, do qual desenvolveram estudos de fachada e condicionaram certos parâmetros construtivos para que os empreiteiros, consoante a área do lote, elevassem o edifício em questão. Deste modo, podemos perceber o porquê de não existir uma planta-tipo, visto que não seria plausível considerar áreas de construção iguais para cada lote na baixa. Contudo, é-nos possível perceber que existiu uma linha condutora repetitiva de três soluções de planta a considerar, atendendo às suas particularidades.

1ª Solução – denominado “gaveto”, este edifício que localiza-se no cruzamento/ perpendicular de duas ruas, forma uma planta em “L”, cujas dimensões podem variar consoante o local.

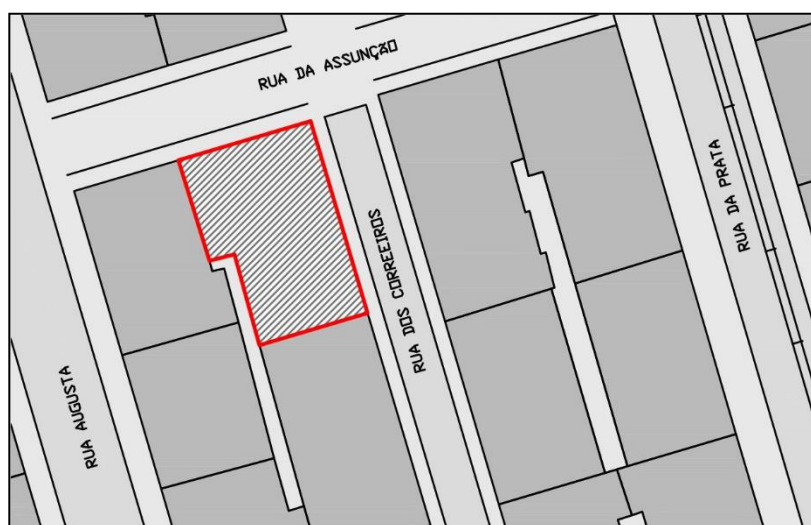
2ª Solução – edifício de pequena dimensão, cuja caixa de escada pode ser central ou lateral – o que demarca uma organização dos fogos de forma distinta, consoante os casos, podendo ser de um ou dois fogos por lote.

3ª Solução – edifício longitudinal, composto por um corpo comprido com uma sistematização de vãos que vão dar resposta à necessidade de uma repetição de habitações num segmento de rua.

Partindo da denominação proposta anteriormente para a organização das diversas plantas que o pombalino apresenta na baixa, torna-se importante percebermos as dinâmicas sociais interiores de cada modelo através do estudo de casos específicos. Para tal, proponho o estudo dos casos apresentados no artigo da autoria da Dr.ª Maria Helena Barreiros para a revista Monumentos N.º 21 – “Casas em cima de casas”, dos lotes da Rua dos Correeiros, da Rua dos Sapateiros, e, do caso de estudo para fins de projecto de interiores, da Rua dos Fanqueiros.⁴⁹

Para representação da primeira solução – ‘gaveto’ – é exemplo o lote localizado na perpendicular da Rua da Assunção, N.º. 49 a 55, com a Rua dos Correeiros, N.º. 131 a 143. A sua forma em “L” é uma solução para a ocupação dos lotes em esquinas, que, consoante as áreas, as suas fachadas divergem de dimensões, não havendo dois edifícios iguais.

Esta tipologia permitia aproveitar ao máximo as áreas, criando uma situação contínua ao nível do comércio e da estética das ruas. Em vez de haver um rompimento por se tratar de uma esquina, há uma clara preocupação em criar um sistema rítmico que se prolonga por todas as ruas, mantendo uma uniformidade.



**Planta de Implantação da
Baixa de Lisboa**

Localização do lote N.º. 49 a 55
– 131 a 143
Escala 1:5000

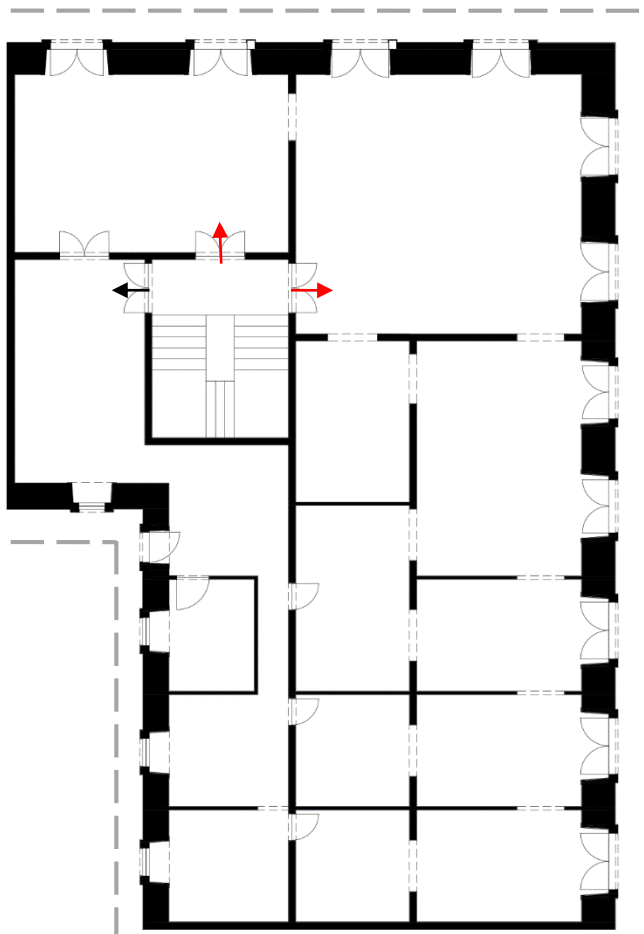
⁴⁹ Para que a identificação dos três casos fosse possível, foi necessário a partir do levantamento em CAD da Baixa de Lisboa, cruzar a informação da localização dos edifícios com as dimensões dos desenhos representados na revista Monumentos N.º.21.



Alçado sobre a Rua dos Correiros

Escala 1:200

Numa primeira leitura e observando a planta do primeiro piso na página seguinte, percebemos que o lado exterior é representativo de um dos lados da fachada principal, cujos vãos são duplos e abrem de forma ritmada, o que ao nível dos espaços interiores vai determinar, de certa forma, o sectionamento dos mesmos. Ao nível da planta vemos demarcados dois “L”, um maior que dá para a via pública e um menor abre para um saguão comum com outros edifícios.

**(1) Edifício da Rua dos Correeiros**

Planta do Segundo andar (estado actual – Levantamento de 2004)

Escala 1:200

Tal como é referido no estudo da Dr.^a Maria Helena Barreiros, este edifício de apenas um fogo, seria de uma família abastada, porventura burguesa, que tendo tido a possibilidade de reconstruir a sua habitação, embora segundo os novos parâmetros construtivos vigentes, apresenta uma planimetria do espaço interior relativamente 'livre' à semelhança de uma casa aristocrática. Embora querendo, de certa forma, manter o estilo de vida a que estariam habituados, é perceptível a justaposição dos valores e características arquitectónicas e construtivas impostas pelos engenheiros portugueses com os valores de comodidade e de bem-estar que começaram a surgir nesta época.

Embora hoje possa apresentar algumas alterações em relação ao que seria originalmente, percebemos que o piso apresenta na sua organização quatro zonas distintas, que determinam o grau de privacidade e a sua função. Observando a Planta de Zonamento, percebemos como a escada delimita de imediato a zona da serventia e a zona habitacional. Há uma clara preocupação com o 'status', na medida em que, deparamo-nos na entrada com duas divisões de grandes dimensões (A) que teriam como função o aparato, servindo como recepção de convidados, com um terceiro acesso para a zona de serventia (B) que não se mistura com a entrada dos convidados, mas que tem um acesso a uma das salas para quando necessário.



As salas seguintes, paralelas à fachada maior, ao qual designamos como (C), pela sua localização, mantêm um certo grau de importância, mas mais ao nível do privado. Estes espaços antecedem a zona das alcovas (D), pelo que funcionam como antecâmaras. Tratam-se de espaços de passagem que, com a abertura dos quartos, proporcionavam uma amplitude de espaço. Não é de estranhar que os quartos fossem de pequenas dimensões, visto que, quando já não servissem para o seu propósito, com a abertura das portas para as antecâmaras, aumentavam a sua dimensão, tornando-se quase como um espaço unitário. Esta característica é um dos novos valores que o projecto pombalino veio trazer, onde há uma clara preocupação com a comodidade e a funcionalidade dos seus interiores. Embora observemos uma multiplicidade de divisões, as várias ligações entre estas, proporcionam situações de conforto bastante distintas. Por um lado, a amplitude do espaço privado, por outro, a possibilidade de a serventia ter acesso aos quartos, mantendo a privacidade que o usuário pretende, sem que seja visto por terceiros.

À medida que entramos no piso percebemos como há um decrescer do espaço público para o privado. O piso organiza-se de modo a que as interligações entre indivíduos sejam propositadas, daí que na maior parte das situações, as divisões tenham mais que uma entrada, adaptando-se às demais situações, permitindo uma maior privacidade ou não, consoante as necessidades. Desta forma, as

relações quer dos convidados, dos residentes e da serventia, foram estudadas ao nível do planeamento do piso para que não hajam interações indesejadas. Não é de estranhar que a zona das visitas se encontre isolada do espaço íntimo da casa. Da mesma forma que no caso da serventia, o acesso a todos os espaços seja feita por entradas distintas, na zona mais recolhida do piso. Por fim, na zona maior da fachada, deparamo-nos com, ao centro, o espaço mais íntimo do piso (quartos de vestir, de criança, ou de dormir), que estando delimitado pelas antecâmaras do lado direito, proporciona uma maior comodidade a quem reside, usufruindo da ligação directa para a fachada.

Esta organização torna-se importante quando determinado o tipo de utilização dada aos pisos, pois demarca um total controlo da dinâmica da vivência dos espaços, através das ligações, que poderiam ser de acesso directo ou por via de antecâmaras consoante as funções e o nível de privacidade das divisões.

Partindo de um projecto de alteração para este edifício, no segundo piso, cujo requerente se intitula 'Oficina de Calçado Pinguim Lda.', datado pelos Arquivos de Lisboa como sendo de 1962, deparamo-nos como no mesmo piso da situação anterior a disposição das divisões, tendo sido adaptadas para um comércio, pouco ou nada se alteram ao nível estrutural. Tendo em conta que era habitual já no século XVIII a justaposição de funções no mesmo edifício, não é de estranhar que dois séculos depois, o mesmo piso se adapte a uma nova função – o comércio. Neste período, os pisos superiores eram usados como extensões das lojas e, portanto, a sua adaptabilidade não é posta em causa séculos depois.

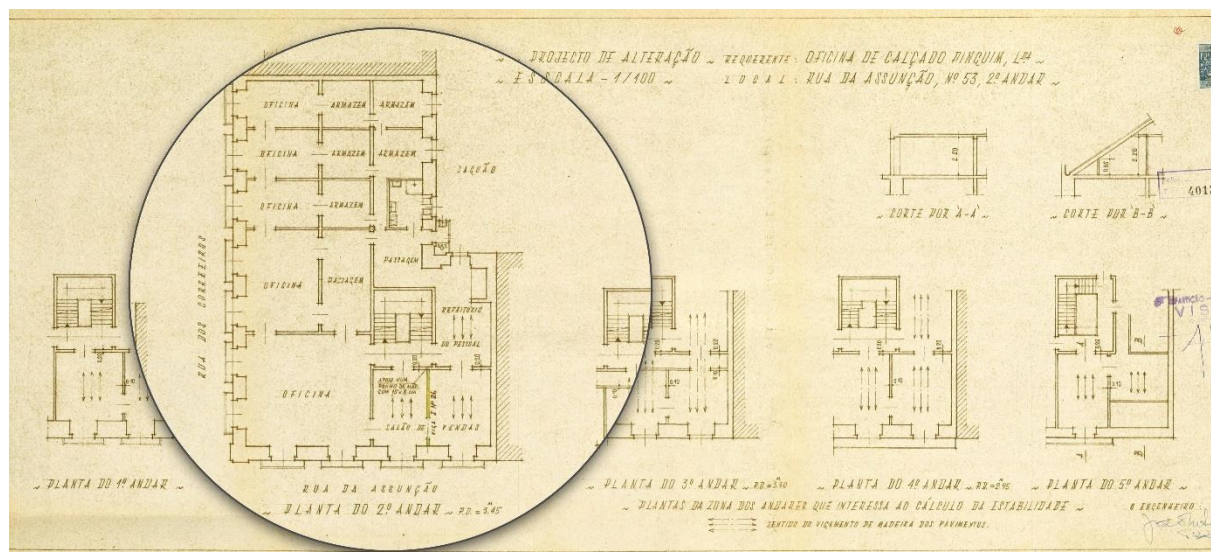


Ilustração 56 | Obra 8498 - Proc 4012-DAG-PG-1962
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

As comodidades outrora residenciais são, neste caso, adaptadas para o comércio, em que a escada mantém o seu carácter estruturante e organizacional. O visitante ao subir a escada depara-se com um salão de vendas, do qual percebemos que houve alterações estruturais – foi criada uma parede a dividir a sala em dois. Neste caso o carácter de recepção manteve-se, derivado à sua localização privilegiada, mas para um propósito diferente, o acompanhamento do cliente ao artigo em venda. Por outro lado, podemos observar como as oficinas foram segmentadas, usufruindo da multiplicidade de divisões da estrutura pré-existente, outrora antecâmaras, criando uma clara zona de trabalho na fachada maior, usufruindo na totalidade da entrada de luz e de circulação de ar, não esquecendo que as anteriores alcovas, pelo seu carácter privativo, neste caso, transformaram-se em armazéns.

Neste contexto vemos o mesmo tipo de organização que observamos no estudo anterior, onde a zona de serventia mantém, de certa forma, a mesma função – um refeitório para os funcionários e, perante as necessidades da época, as instalações sanitárias.

Para representação da segunda solução que observamos aplicada na baixa pombalina temos como exemplo o edifício localizado na Rua dos Sapateiros, Nº 123 a 127 e o edifício localizado na Rua dos Fanqueiros, Nº 183 a 189. Damos como exemplos estes dois lotes pela particularidade que apresentam – ambos seguem a mesma lógica organizacional, ao ponto de podermos considerar que o edifício da Rua dos Sapateiros corresponde, de certa forma, à metade do edifício da Rua dos Fanqueiros.



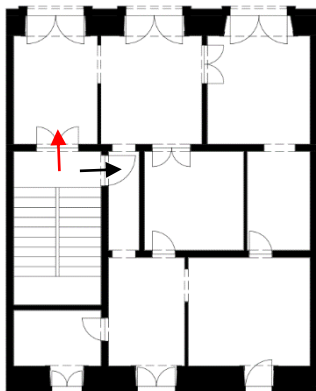
Plantas da Implantação da Baixa de Lisboa – À esquerda localização do lote da Rua dos Sapateiros; À direita localização do lote da Rua dos Fanqueiros.
Escala 1:500



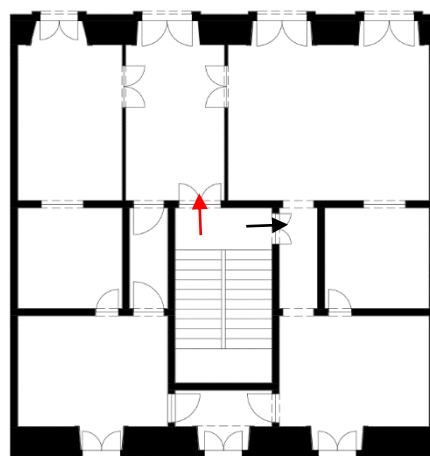
Vistas da fachada principal – lote da Rua dos Sapateiros (direita) e Rua dos Fanqueiros (esquerda)

O que os distingue é a localização da escada que determina não só o modo como os residentes entram no piso, como também, o vivenciam. Ambos apresentam duas entradas, sendo que a primeira (seta vermelha) dá para a sala de “aparato”, e a segunda (seta preta) para um corredor, por ventura, para a serventia.

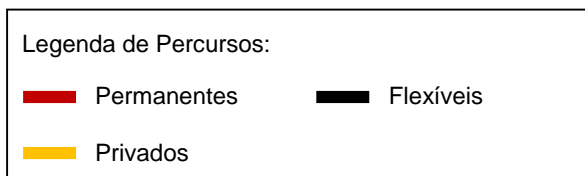
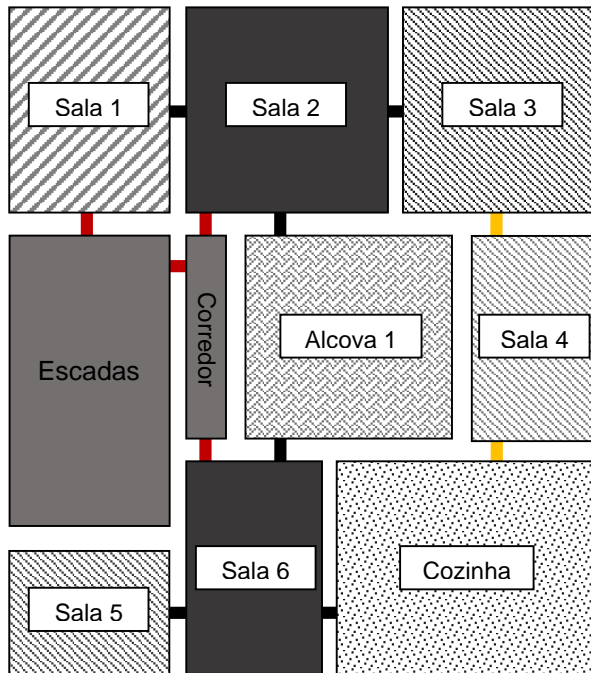
Embora no primeiro caso – Rua dos Sapateiros – seja mais modesto, ao nível do seu dimensionamento e número de divisões, observamos que segue um discurso muito semelhante ao que observamos no edifício da Rua dos Fanqueiros. Na fachada principal (A), ambos apresentam três divisões de alguma dimensão, da qual a mais pequena direciona o percurso a seguir.



(2) Edifício da Rua dos Sapateiros
Planta do Terceiro andar (estado actual – Levantamento de 2004)
Escala 1:200



(3) Edifício da Rua dos Fanqueiros
Planta do Segundo andar (estado actual – Levantamento de 2004)
Escala 1:200



Edifício da Rua dos Sapateiros

Em Cima

Planta de Zonamento (Escala 1:200)

À Direita

Estudo de Percursos

No caso do edifício da Rua dos Sapateiros, a sala de onde parte todo o percurso do espaço interior encontra-se mas à esquerda, na zona da fachada principal, o que obriga a que o percurso do piso seja feito pela direita, criando um escalonamento do nível de privacidade pelas sucessivas divisões. Tratando-se da zona da fachada principal, esta relação gradual entre as três divisões permite estabelecer, entre si, ligações às demais divisões interiores, de forma individual, directa ou indirectamente. Isto é, partindo do esquema de percursos acima ilustrado, percebemos como, a Sala 2 e 6 possibilitam o indivíduo aceder a zonas distintas por via de corredores ou pequenas salas interiores – a primeira sala pela zona da fachada principal e a segunda sala pela zona tardo do piso. Ambas demonstram uma clara flexibilidade, onde de um mesmo espaço podem existir três percursos diferentes, com graus de privacidade completamente distintos. Nestes dois casos referidos, vemos representado a vermelho um percurso fixo e directo, através de um pequeno corredor, delimitando o indivíduo apenas a um espaço. Ao contrário das linhas a preto que permitem aceder a outras divisões, mas que culminam no mesmo ponto que o caso anterior.

Esta diferenciação de percursos leva-nos a considerar utilizações díspares, consoante o indivíduo e a sua intenção. Desta forma, percebemos que o tipo de portada determina qual a importância do acesso das diversas divisões. No caso das portas duplas, estando estas localizadas na

zona principal da habitação (A), leva-nos a considerar que se tratam de percursos para espaços com algum requinte vivenciados pelos residentes e, porventura, convidados. Neste caso particular, o edifício da Rua dos Sapateiros, podemos considerar que a Sala 1, 2 e 3 são espaços individuais que, quando necessário, podem se abrir entre si ampliando o espaço de estar através da percepção visual dos interiores. Desta forma, vemos como a repetição de janelas de igual composição por toda a fachada unificam os espaços de onde, através das portas de acesso altas e com uma bandeira de vidro, prolongam a luz e permitem a extensão dos tectos.

O mesmo acontece com espaços como a Alcova ou a Sala 4 que para além de serem espaços utilitários podem ser espaços de passagem. Contudo, verificamos que no caso da Alcova o seu acesso, para além de ser feito pela Sala 2 por via de uma porta dupla, pode ser feito a partir do tardo da habitação por uma porta única que, em princípio, poderia ser para a serventia dar apoio aos senhores, sem passar pela zona principal. Isto leva-nos a considerar que todos os acessos ligados por portas simples seriam para o uso da serventia ou para o acesso de zonas restritas como a cozinha.

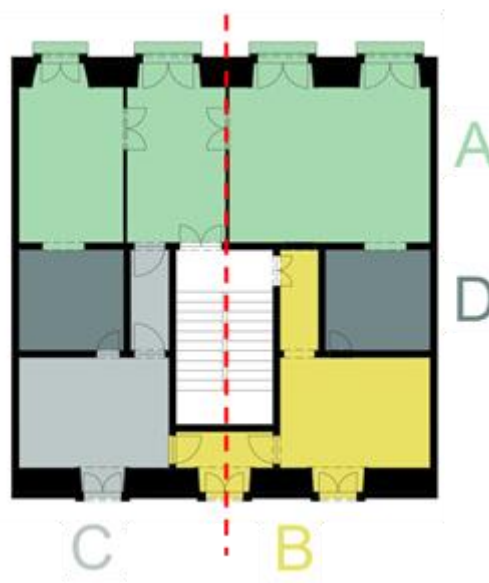
Tal como verificámos nos edifícios anteriores, no caso da Rua dos Fanqueiros percebemos como o local por onde se entra delimita de imediato qual o estatuto do indivíduo e qual o grau de intimidade que este tem perante os residentes. Esta multiplicidade de divisões presente nos edifícios pombalinos e, por consequente, as suas aberturas, permitem uma pluralidade de relações que são triadas, quer pelas divisões subjacentes, quer pelo princípio da organização do piso, que é desde logo determinada pela localização da escada.

Edifício da Rua dos Fanqueiros

Planta de Zonamento

Escala 1:100

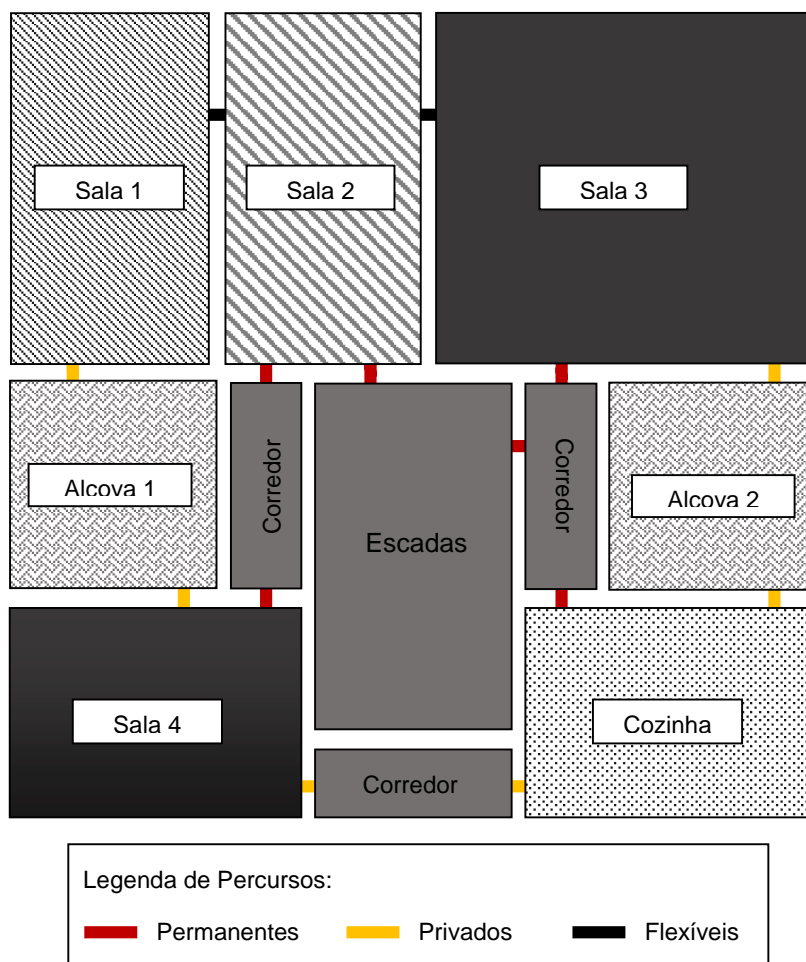
A	Público / Semi-público
B	Serventia
C	Semi-privado
D	Privado



Neste caso vemos que a escada ao localizar-se no centro permite desde logo uma divisão dos espaços em duas partes. Tal como podemos observar na planta de Zonamento, a organização do piso segue um eixo central (a vermelho), que separa do lado direito a área mais pública da habitação – a sala de aparato, a zona de serventia – e do lado esquerdo a área privada – alcovas e antecâmaras. Contudo ao nível da serventia vemos como o circuito é rotativo, incidindo na zona central do piso, através de corredores, de forma a percorrer todas as áreas onde é necessária. Desta forma, e tal como observámos nos outros dois casos anteriores, vemos como as divisões localizadas na fachada principal são consideradas as salas mais importantes (A), ou ditos de aparato, com níveis de privacidade bastante distintos que são determinados pela sala ao centro, ao qual intitulamos de ‘recepção’ (Sala 2). Este espaço delimita o grau de intimidade dos convidados perante os residentes, direcionando-os à direita para a sala de ‘status’, caracterizada pelo seu dimensionamento, e que se localiza no mesmo lado da cozinha e da zona da serventia (B), ligados por meio de um corredor ou por uma alcova; e à esquerda, seguindo a mesma planimetria de divisões, que dá para uma sala mais pequena, que estando localizado no lado mais privado da habitação, poderia anteceder um quarto de dormir, podendo ser uma sala de aposentos.

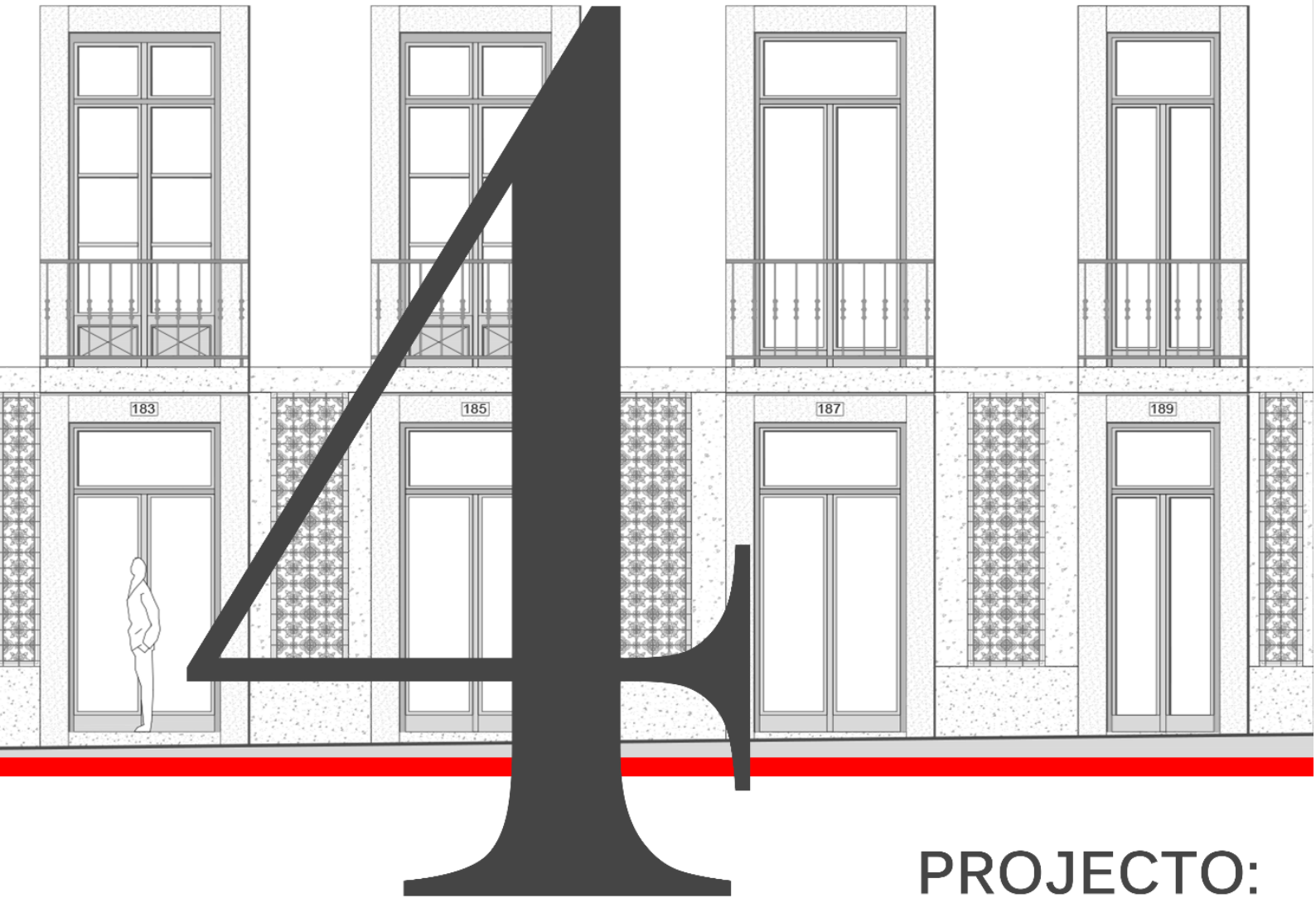
Edifício da Rua dos Fanqueiros

Estudo de Percursos



Desta análise, poderiam partir muitas outras pois, consoante o caso, vemos como as divisões são flexíveis ao nível da função, o que nos leva a considerar que não existe uma única hipótese ou programa que seja repetido pelos vários lotes na baixa. Cada proprietário é livre de definir quais as funções a determinar em cada divisão, onde muitas vezes, a mesma sala teria múltiplas funções, o que dificulta a sua delimitação a um só nome. Contudo é possível identificar algumas divisões pela sua localização. O facto de existir um traço comum ao nível dos percursos, como foi possível identificar em três edifícios, percebemos como há claramente uma conciençialização aquando o estudo e planeamento dos diversos espaços na habitação pombalina. Desta forma, é-nos possível entender que tipo de percurso o residente, a serventia e o convidado têm. Em todos os casos apresentados, o circuito da serventia é permanente, estando os convidados limitados a percorrer a habitação pelos percursos flexíveis ou, por ventura, pelos caminhos privados se for caso disso.

Neste sentido, podemos considerar que existem restrições ao nível dos interiores que são aplicados, dentro do possível, aos vários tipos de lotes, do qual podemos considerar que a terceira planta pode ser, por ventura, o mais próximo da planta-tipo para a construção destas habitações, visto que, engloba todas as características que fomos enumerando ao longo deste estudo.



PROJECTO: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

MEMÓRIA DESCRITIVA | 4.1

O EDIFÍCIO | 4.2

O PROJECTO | 4.3

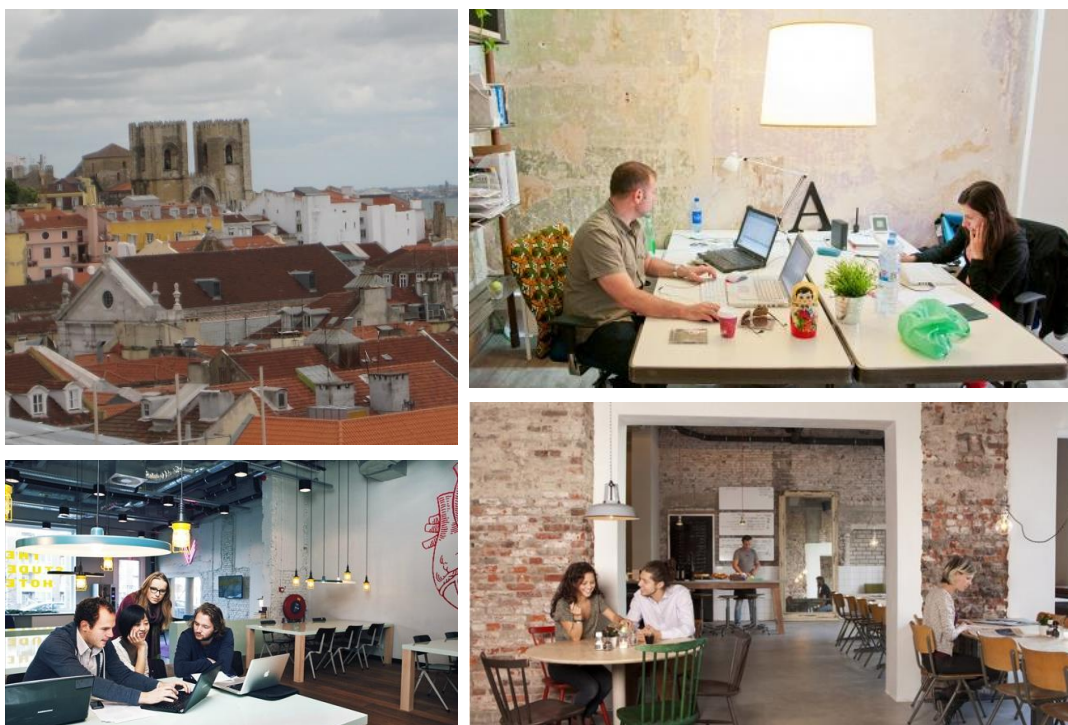
4.1 | MEMÓRIA DESCRITIVA

O Conceito

Partindo do estudo já realizado nos capítulos anteriores sobre a Baixa de Lisboa e o edifício pombalino, pretendemos com este projecto desenvolver um modelo de Unidade de Habitação para jovens em início de carreira, propondo espaços residenciais e de trabalho, segundo um conceito de comunidade, onde o público e o privado convivem em harmonia num mesmo edifício, de forma autónoma. Desta forma propomos uma solução para reabilitar e viabilizar a malha económica da Baixa Pombalina, que permanece até ao momento ao abandono, com a introdução de uma faixa etária escassa no local.

Perante um mundo digital e virtual, vemos como o emprego se torna algo independente e individual, necessitando de poucas condições no espaço de trabalho. Hoje os jovens procuram reduzir os custos para exercer o seu trabalho de forma rentável, necessitando de espaços pequenos, mas funcionais.

Partindo da concepção original do edifício pombalino, procuramos demonstrar como, sem praticamente alterações, é possível adaptar estes edifícios às vivências e lógicas actuais, incentivando a reabilitação urbana deste centro histórico, como tem vindo a ser assumido na última década por toda a Europa. Através do estudo da planimetria e da organização dos pisos e das divisões interiores outrora realizado, propomos a criação de regras programáticas adaptadas ao público-alvo com vista a uma compatibilidade com as necessidades e o edifício.



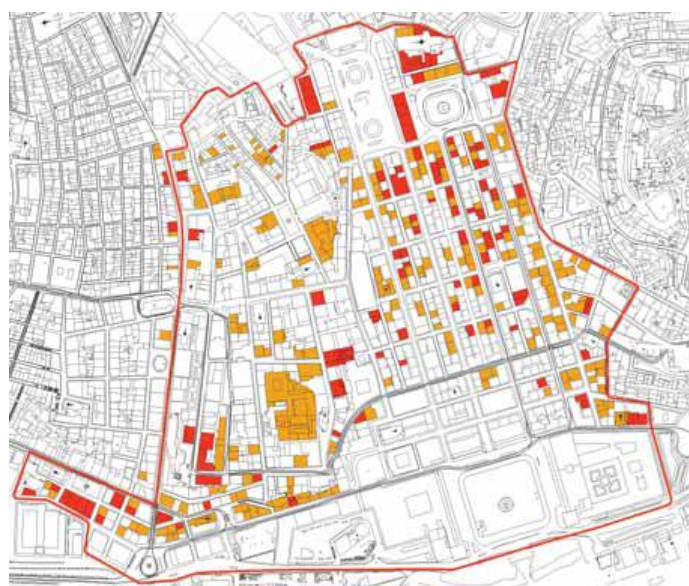
Tendo em conta que não poderia criar uma solução individual para cada edifício presente na malha urbana, o que propomos é desenvolver um modelo através de um edifício com uma planimetria-tipo, que possa ser aplicado e adaptado aos diversos edifícios. Desta forma, o edifício escolhido para o desenvolvimentos deste modelo localiza-se na Rua dos Fanqueiros, portada nº.183 a 189, dentro da malha da Baixa Pombalina, estudado no capítulo anterior.



Esta zona carece da reinserção de uma faixa etária mais jovem, pois neste momento permanece ao abandono ou, em alguns casos, como habitação arrendada a idosos. Estes edifícios pelas suas características peculiares – pé direito alto, seccionamento das divisões e custo elevado – não respondem às necessidades habitacionais do residente comum, dificultando a possibilidade de permanecer como habitação de privados como outrora acontecia, levando a que estes lotes sejam menosprezados, atingindo níveis de extrema degradação.

Por outro lado, a zona, por si só, cresce ao nível do comércio devido à grande fluência do turismo, mas que, por consequência, aumenta o surgimento de unidades hoteleiras ligadas à curta permanência, menosprezando o residente lisboeta e o comércio tradicional característico desta zona histórica. Consequentemente vemos alterações extremas, ao ponto de a estrutura original ser retirada e substituída por vigamentos metálicos ou de betão, descaracterizando a essência dos edifícios pombalinos, sem muitas das vezes se ter a consciência dos efeitos negativos que essas alterações terão, por se procurar criar espaços mais amplos.

Porém, o abandono e consequentemente a degradação dos edifícios espelham um centro outrora cosmopolita que cada vez mais carece de intervenções cuidadas e que promovam o funcionalismo que tanto caracterizavam esta construção.



Legenda:

Mau Muito Mau



Ilustração 57 | Estado dos edifícios relativamente à conservação arquitectónica em 2002
Fonte: 'Reabilitação Urbana – Baixa Pombalina' CML

Hoje a percepção que se tem da ocupação dos edifícios da Baixa é a de que no piso térreo se localiza o comércio, no primeiro andar armazéns ou oficinas ligadas às lojas, o segundo andar, eventualmente, ocupado por serviços, os dois pisos seguintes na grande parte desocupados e, os últimos andares, com habitação. Embora inicialmente o edifício pombalino fosse composto por um rés-do-chão, três pisos corridos e águas furtadas, este nunca chegou a ser totalmente cumprido. O certo é que a partir da segunda metade do século XX dá-se conta de grandes alterações pela necessidade de aumentar a rentabilidade da baixa, ao ponto de assistirmos acrescentos até três novos pisos aos cinco iniciais.

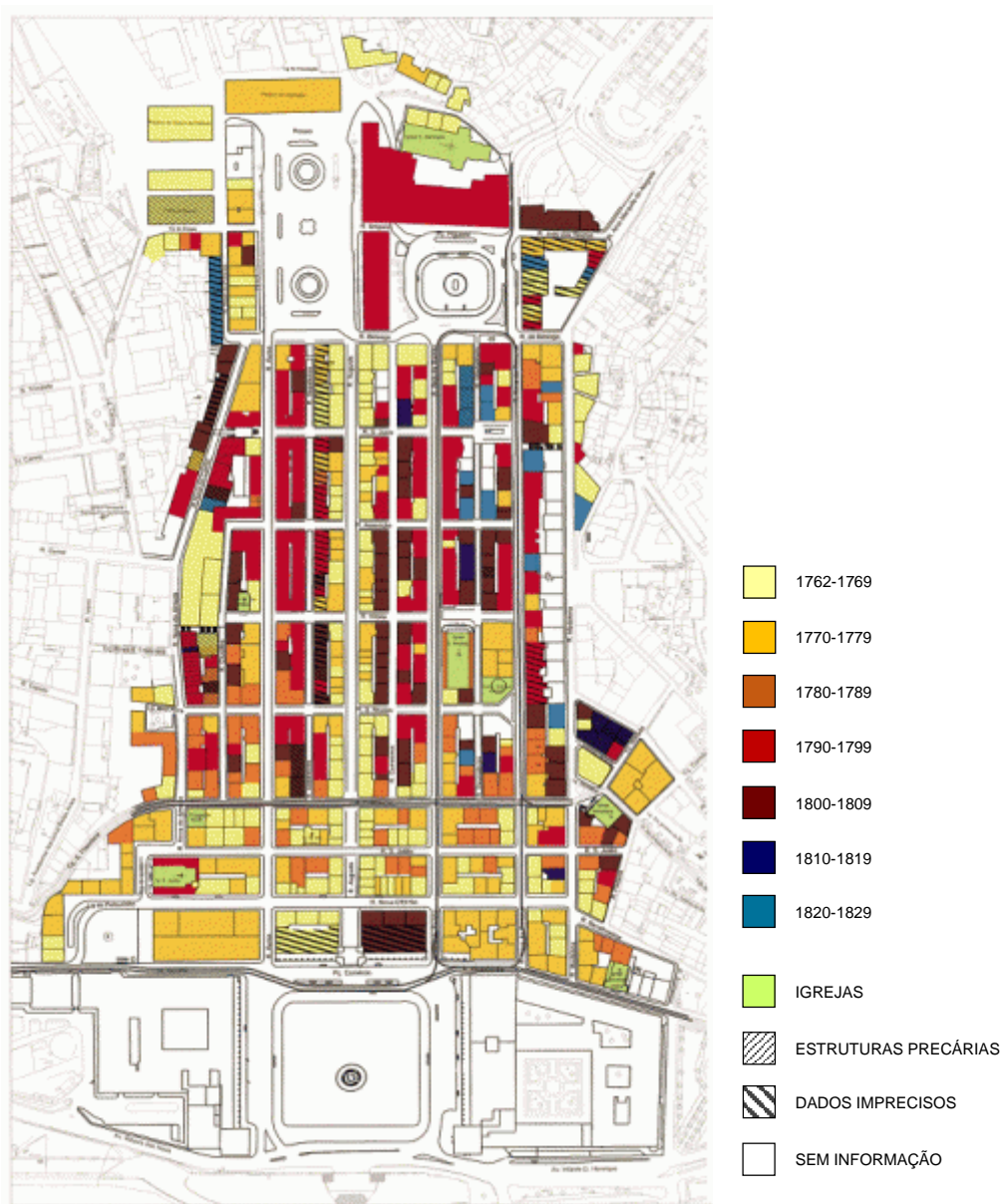


Ilustração 58 | Inventário do Património Arquitectónico: conjunto urbano da Baixa Pombalina – Datação da reconstrução (1762-1834)

Fonte: Revista Monumentos N.º 21

Localização

Fazendo ligação entre a Praça da Figueira e a Rua da Alfândega, a Rua dos Fanqueiros caracteriza-se por ser um arruamento com pouca alteração ao nível do edificado, por se encontrar na extremidade da baixa lisboeta.

Conhecida inicialmente por Rua Nova da Princesa, com o decreto de 5 de Novembro de 1761, nela fixam-se desde a sua abertura os mercadores de fancaria, lençaria e mercadores de quinquilharia. Certamente, por esta razão posteriormente a artéria iria ser conhecida pelo nome a que hoje lhe chamamos, que acabou por ser oficial.

Sem dúvida que é uma rua pombalina. Esta ainda mantém praticamente intactos os seus edifícios, embora bastante degradados, mas que por se tratar de uma artéria secundária não houve tanta incidência de alterações, como aconteceu na Rua Augusta ou na Rua do Ouro, por influência do movimento bancário.

Não é de todo uma rua com um espaço público largo e amplo, com edifícios detalhados e guarnecidos, mas mantém ainda hoje um carácter pitoresco, através da azulejaria presente em algumas fachadas que iluminam e conferem cor aos lotes. Aqui ainda podemos observar uma rua que mantém os seus traços originais, onde ainda se dedica quase no seu todo ao negócio da venda de tecidos e produtos ligados ao real termo, «fancaria».



A baixa é hoje vista como uma zona com grande movimento turístico pelas suas atrações, como também pela centralidade que contém, podendo circular para zonas menos conhecidas como Alfama, Mouraria ou Bairro Alto. Ao nível dos transportes, as opções são diversificadas, podendo optar por autocarro, metro ou elétrico. Ao longo dos últimos anos a baixa lisboeta tem se tornado um local de grande interesse cultural, pela sua diferenciação e diversificação, que tem atraído curiosos de todas as idades. Este pluralismo cultural de que Lisboa é conhecida tem trazido um novo impulso jovem que dá a conhecer novas formas de conhecer a cidade e, por consequente, reconstruir a identidade da baixa. É por esta razão que diversas unidades hoteleiras têm surgido, uns dirigidos a um público economicamente mais estável – Hotéis de Charme – e outros para um público explorador e aventureiro – Hosteis.

Lisboa tem-se renovado e inovado, procurando recriar tradições e costumes através a implementação de espaços de lazer, tais como cafés e lojas. Vemos um impulso emergir dentro de uma cidade cada vez mais na moda, onde o antigo e o tradicional ganham cada vez mais dinamismo, quer para o turista, quer para o habitante.



4.2 | O EDÍFÍCIO

Levantamento

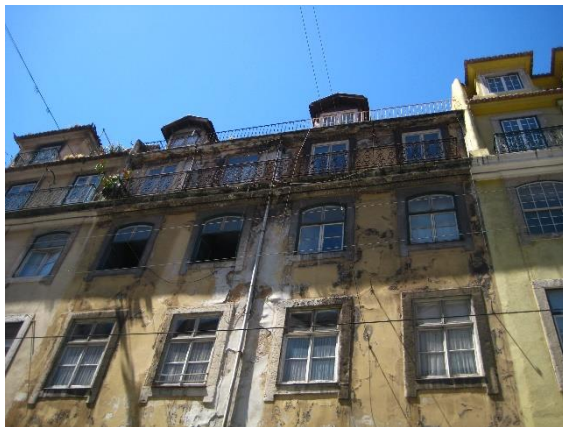
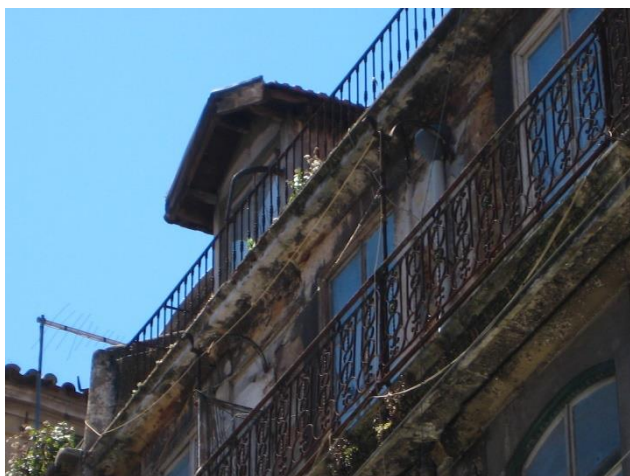
O edifício em estudo é composto por um Rés-do-chão, quatro pisos mais uma água-furtada. Encontra-se praticamente ao abandono, tendo apenas um morador e as duas lojas em funcionamento.

Actualmente apenas se sabe da existencia de um morador no segundo piso, uma senhora na casa dos 80 que sempre viveu no presente local. Agora reformada, na sua juventude fez trabalhos de costureira na sua habitação, onde aproveitou a grande sala para abrir o seu atelier, juntamente com outros empregados que contratou.

Tendo tido apenas acesso às lojas, à caixa de escada e, particularmente, ao segundo piso, foi desenvolvido um exaustivo levantamento destes espaços para que fosse possível calcular metricamente todo o edifício. Contudo, pela falta de acesso poderão existir aspectos que não correspondem à realidade. Os desenhos técnicos apenas servem para aludir e compreender o objecto em estudo, ao qual procurei ser o mais fiel possível às informações que me foram passadas.



Do exterior, o edifício apresenta-se bastante degradado. Os azulejos, embora estejam completos e intactos, apresentam um forte desgaste. Este localiza-se no Rés-do-chão, a ladear as



entradas e montras, numa composição de 4 x 17, segundo um padrão floral estilizado com lintelo. A emoldurar os azulejos e revestindo toda a parede do piso inferior, foram aplicados dois tipos de lajes – uma primeira, de superfície inteira, a ocupar a fachada a 74 cm de altura; sob esta e emoldurando os azulejos, foram colocados lajes de pedra de pequenas dimensões. Através das imagens percebemos como todo o revestimento em pedra se encontra degradado, apresentando desgaste e pigmentação, derivado às intempéries.

Ao nível dos vãos exteriores, na sua maioria são originais, onde apenas os dois vãos de sacada, do lado direito do primeiro piso foram substituídos por janelas laminadas. Tirando este caso, os outros vãos são compostos por estruturas em madeira pintadas a branco.

No primeiro e quarto pisos, bem como nas águas-furtadas, temos vãos de sacada, com portadas duplas interiores. Nestes três casos, observamos o uso de pequenas varandas compostas por guarda-corpos em metal. No primeiro piso e nas águas-furtadas, as varandas apresentam-se de forma individualizada correspondendo cada uma a um vão diferente, sendo que o desenho do primeiro piso é mais trabalhado e o das águas-furtadas mais estilizado. Já no quarto piso, este apresenta-se longitudinal, ocupando todo o comprimento da fachada, tendo uma separação vertical entre vãos – guarda-ferros, em que o desenho segue a mesma linguagem apresentada nas varandas do primeiro piso.

Página anterior

Acima:

Ilustração 59 | Pormenor das águas-furtadas
Ilustração 60 | Pormenor da fachada

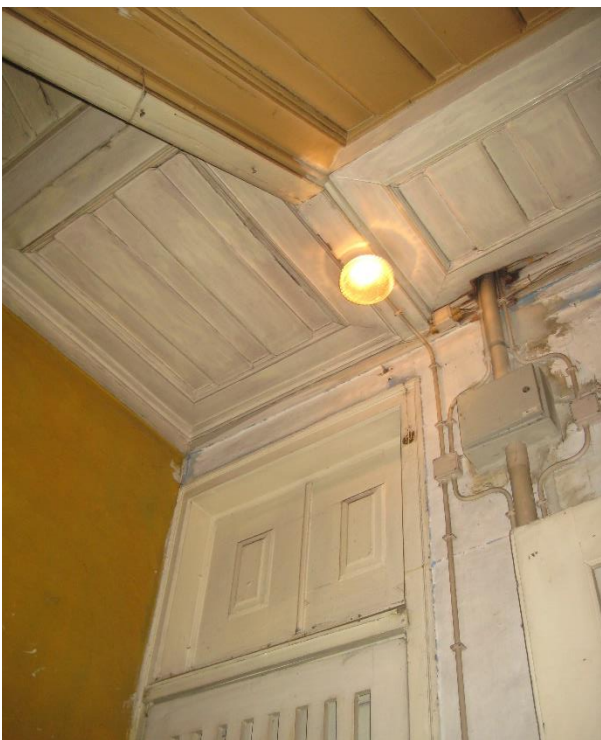
Ao centro:

Ilustração 61 | Vista da Fachada
Ilustração 62 | Pormenor dos vãos alterados do piso 1

Em baixo:

Ilustração 63 | Pormenor do conjunto de azulejos da fachada
Ilustração 64 | Pormenor do guarda-corpos

Fonte: Levantamento fotográfico do objecto em estudo (exterior)



Ao entrarmos no interior da caixa de escadas, percebemos um vestíbulo que se apresenta alterado – tecto em *pladur*, não permitindo a observação do estado em que se encontra. Ao depararmos com o primeiro lance de escadas, observamos que este apresenta degraus em pedra de mármore vermelho, desgastados, que culmina com um patamar em soalho, em que se encontra um pequeno vão, ao nível dos pés, que se abre para o saguão, repetindo-se por todos os entre-pisos ao longo dos lances, contudo, nos outros casos estes estão sobrelevados por um estrado em madeira e de dimensões diversas.

Ao longo dos lances de escada observamos como existe um lambrim que o percorre à direita, composto por azulejos de época de 14 x 14 cm, mas que derivado à ocorrência de furtos foi necessário preencher as faltas e ocultar a existência dos azulejos pintando-os.

Ao nível dos tectos, vemos uma contínua repetição do modelo de camisa e saia com tábuas sobrepostas, que segue o discurso ascendente ou descendente de quem percorre as escadas, onde a cada rotação o tecto apresenta uma almofada quadrada simples.

Em cada piso encontramos duas portas de acesso ao interior da habitação em locais diferentes, mas que seguem a mesma linguagem. A primeira, apresentando-se à direita de quem acaba de subir as escadas, dá acesso a um corredor. O que nos permite considerar que se tratava de uma porta secundária, para o uso da serventia. Já a segunda porta, estando esta localizada na parede em frente de quem sobe, dando acesso a uma sala, seria, por ventura, para o uso dos residentes e convidados.

Página anterior

Acima:

Ilustração 65 | Pormenor do tecto da entrada

Ilustração 66 | Vestíbulo visto do primeiro lance das escadas

Ao centro:

Ilustração 67 | Tecto em madeira da caixa de escadas em modelo 'camisa'

Ilustração 68 | Primeiro lance das escadas vista do vestíbulo'

Em baixo:

Ilustração 69 | Modelo do azulejo oculto no lambrim

Ilustração 70 | Pormenor do corrimão

Ilustração 71 | Pormenor do lambrim de azulejos revestidos

Fonte: Levantamento fotográfico do objecto em estudo (caixa de escadas)



Ao nível do detalhe, vemos como existe uma linguagem coerente, onde o pormenor estilizado e linear, quer das almofadas das portas ou do remate do corrimão, confere à caixa de escadas uma pureza, onde apenas os azulejos atribuem alguma riqueza ao espaço, embora estes sejam igualmente simples.

Contrariamente ao que acontece no primeiro lance de escadas, todos os outros degraus são em madeira, igualmente desgastados. Verificamos como no segundo e terceiro piso a janela do saguão já tem dimensões bastante mais reduzidas, mas segundo a mesma linguagem estilística. Todos estes vãos, excepto o do primeiro lance, estão sobrelevados por um patamar em soalho, revestido à frente com os mesmos azulejos presentes na escada. Sobre o vão do saguão está um tecto rebaixado de saia e camisa, como temos vindo a verificar em toda a caixa de escada.

No quarto piso, vemos como o acesso ao interior do andar apresenta três entradas distintas. Não tendo acesso ao piso, mas considerando que ao nível da planta há uma repetição dos fogos, percebemos como no meio a entrada dá acesso a uma sala que seria usufruída pelos residentes, sendo que a porta à direita seria para o uso da serventia. Contudo, sobra-nos uma terceira porta, à esquerda, que visto se tratar de um lote com quatro piso mais uma água-furtada e estando nós no último piso da caixa de escadas, leva-nos a considerar que esta entrada daria acesso a um outro lance de escadas que liga às águas-furtadas. Tendo sido o quinto piso um acrescento não é de estranhar que não haja um acesso directo como temos vindo a verificar ao longo dos vários pisos.

Página anterior

Acima:

Ilustração 72 | Pormenor do corrimão
Ilustração 73 | Janela do saguão

Ao centro:

Ilustração 74 | Pormenor da entrada para o 4º piso

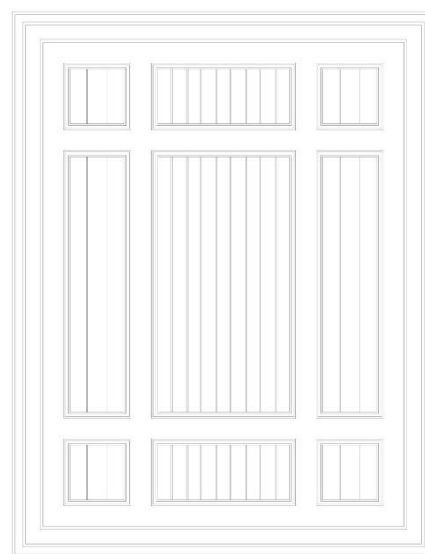
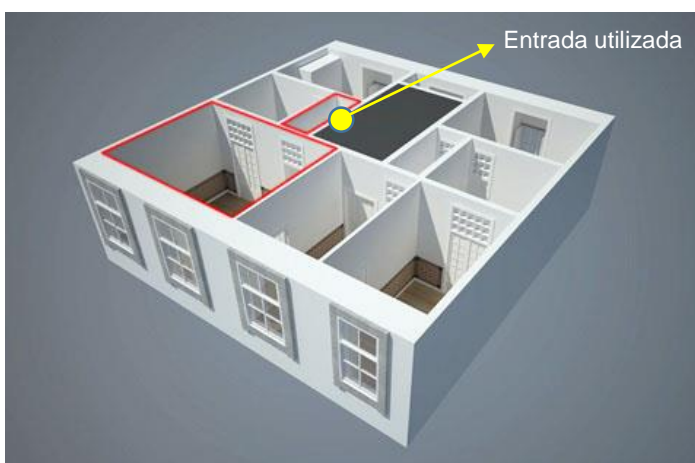
Em baixo:

Ilustração 75 | Pormenor da entrada do 2º piso
Ilustração 76 | Pormenor do lambrim de azulejos em mau estado de conservação

Fonte: Levantamento fotográfico do objecto em estudo (caixa de escadas)

Ao visitarmos o segundo fogo do edifício, entramos pelo vão à direita dando acesso a um corredor. A partir deste, ao entrarmos fomos dar à maior sala do fogo, apresentando-se à esquerda, onde actualmente a inclina a utiliza como *atelier* de costura. Em todos os espaços o chão não é o original, estando este coberto por um revestimento.

PERSPECTIVAS E PORMENORES DO CORREDOR E SALA PRINCIPAL



O corredor apresenta-se com um tecto rebaixado, segundo o modelo saia e camisa, como tem sido recorrente ao longo do edifício. Neste espaço verificamos a existência de um lambrim de azulejos de 14 x 14 cm, composto por duas fileiras sobre um rodapé com um tratamento esponjado a imitar o mármore. O azulejo aqui aplicado é composto por um desenho estilizado, simples, de tons azuis e brancos, presente em todos os corredores, na cozinha e na caixa de escadas do lote.

Na sala grande, esta apresenta todos os elementos originais, desde vãos, tectos e azulejos. Sendo esta a sala com maior relevância ao nível do fogo, tanto os tectos como os azulejos aplicados na parede são mais detalhados. O tecto apresenta um desenho com uma divisão em caixotes quadrados e rectangulares, em saia e camisa, como é possível observar no esquema anterior. Ao nível dos azulejos, estes são compostos em conjuntos, ocupando a parede até ao nível da cintura. Estes conjuntos podem variar no número de azulejos, contudo, seguem um esquema de emolduramento com uma fileira de azulejos segundo uma temática náutica, com um desenho estilizado onde uma corda o vai contornando. Ao centro, totalizando em altura quatro azulejos de 14 x 14 cm, apresentam um desenho em padrão que se vai repetindo, e que segue uma temática floral estilizada, bastante coloridos – de tons azul, amarelo, roxo e verde.

Ao nível dos acessos, esta divisão tem presente três tipos de portas, duas das quais seguem a mesma linguagem. A primeira, à esquerda, que sendo porta dupla, dá acesso a uma alcova, e a segunda, à direita, por onde entrámos dá acesso à cozinha, no tardo do fogo. Estes vãos apresentam uma bandeira seccionada em 3 x 5 ou 3 x 4 vidros para passagem de luz. A terceira porta, localizada na parede perpendicular, à esquerda de quem entra, apresenta dimensões bastante mais reduzidas, numa linguagem semelhante à porta por onde entrámos no fogo, e que seria por onde os residentes entrariam nesta grande sala.

Página seguinte

Acima:

Ilustração 77 | Vista do corredor de entrada
Ilustração 78 | Pormenor do lambrim do corredor

Ao centro:

Ilustração 79 | Pormenor da janela da Sala principal
Ilustração 80 | Pormenor do tecto da Sala principal
Ilustração 81 | Pormenor do azulejo da Sala principal

Em baixo:

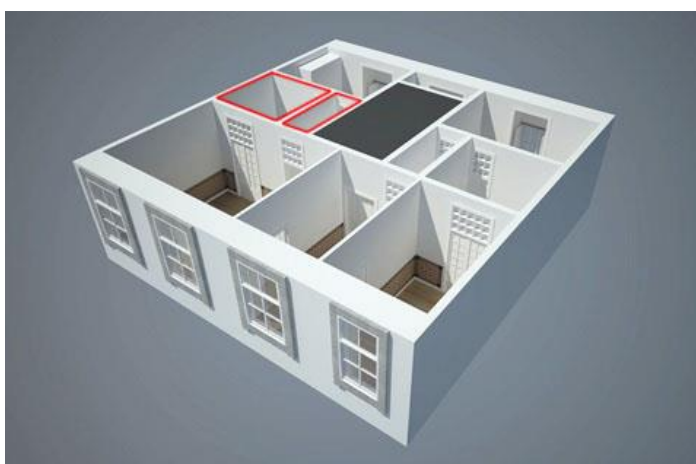
Ilustração 82 | Vista da porta da Sala principal de acesso a uma alcova
Ilustração 83 | Vista da porta da Sala principal de acesso a outra sala

Fonte: Levantamento fotográfico do objecto em estudo (caixa de escadas)



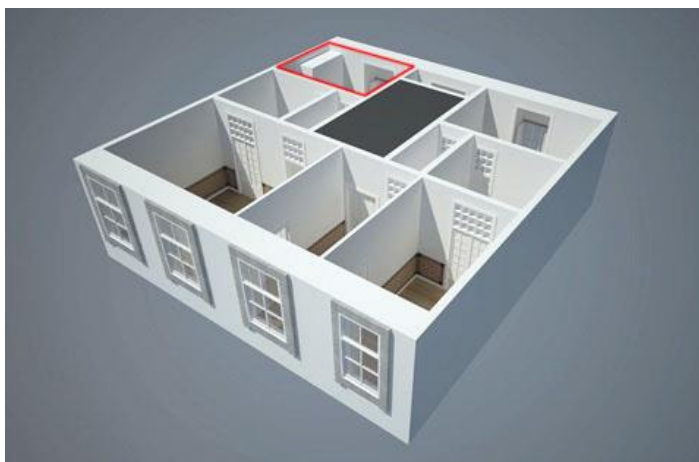
Quer seguíssemos novamente pelo corredor por onde entrámos, quer fossemos pela alcova, ambos os percursos iriam dar ao tardo do fogo, mais especificamente à cozinha. A alcova sendo um espaço pequeno e com pouca importância ao nível dos interiores, apresenta um interior bastante simplista, com um tecto na lógica que temos vindo a observar – saia e camisa – com um lambrim a ocupar todas as paredes, segundo o mesmo esquema do corredor. Não tendo iluminação natural directa, ambos os acessos a este espaço são vãos altos, com a bandeira envidraçada.

PERSPECTIVAS E PORMENORES DO CORREDOR E ALCOVA



Ao entrarmos na cozinha observámos que esta apresentava algumas alterações em relação ao que seria originalmente – a extensão da varanda e o revestimento parcial das paredes e chaminé. Embora este espaço apresente um lambrim de azulejos brancos nas paredes, manteve-se uma fração inferior original – os azulejos compostos por duas fileiras, que temos vindo a referir existir em espaços secundários. O mesmo se mantém ao nível do rodapé, onde este se apresenta com o efeito esponjado.

PERSPECTIVAS E PORMENORES DA COZINHA



Pela fotografia podemos perceber a intensidade de luz que provém da sala anterior. Embora a inclina tenha tapado a bandeira dos vãos com cortinas, percebemos como eram vantajosos estes elementos para a iluminação de espaços intermédios como é o caso do corredor e das alcovas.

A cozinha apresenta-se com um pé direito alto, que, contudo, é controlado visualmente pelos vãos e pelo tecto em madeira lacada em saia e camisa. Temos como elemento principal deste espaço a chaminé que ocupa mais de metade da parede lateral, estando no restante espaço um armário alto em madeira, onde percebemos que houve a preocupação em ligar este elemento com o tecto através de um rodetecto.

A destacar temos as portadas duplas que originalmente seriam fechadas, tendo apenas uma janela de peito. Trata-se de um acrescento semelhante a uma marquise para arrumos, de onde surge, à esquerda, uma instalação sanitária.

Da cozinha temos também acesso a uma pequena alcova, cujo vão segue o mesmo tratamento dos vãos que iremos verificar presentes nas ligações aos espaços interiores do fogo. Este espaço, no presente momento, é utilizado pela inclina como um pequeno quarto de dormir. Também a partir da cozinha temos um pequeno vão que dá para um corredor de acesso a outras salas do fogo.

Página seguinte

Acima:

Ilustração 84 | Pormenor das portas de acesso na cozinha ao corredor e à alcova

Ilustração 85 | Pormenor da junção do armário com o tecto

Ilustração 86 | Pormenor do tecto

Ilustração 87 | Pormenor do vão de acesso à *marquise*

Em baixo:

Ilustração 88 | Vista da chaminé

Ilustração 89 | Vista do vão de acesso à *marquise*

Ilustração 90 | Vista da porta de acesso a um corredor

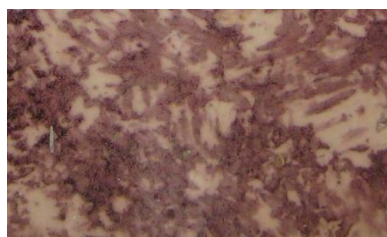
Fonte: Levantamento fotográfico do objecto em estudo (caixa de escadas)



Partindo da cozinha prosseguimos por um pequeno corredor, com um pé direito bastante baixo. Daí que na cozinha a porta de acesso a esta sala seja bastante mais pequena que as que se encontram no mesmo espaço. Esta altura de pouco mais de dois metros é uma solução comum em todos os pisos, como um aproveitamento do espaço entre dois lances de escada. Partindo do **Corte BB**, percebemos que entre cada patamar, por onde se abre uma janela para o saguão, localizam-se estes pequenos corredores em cada fogo que dão acesso a uma sala no tardo, actualmente utilizada como sala de jantar.

Ao nível dos detalhes, não se tratando de uma sala principal, optou-se por um tratamento simples, onde vemos o mesmo tipo de tecto que a cozinha, em saia e camisa, e o uso de um lambrim com o azulejo estilizado, de 14 x 14 cm, com um rodapé com um tratamento esponjado, tal como verificámos nos corredores e na cozinha.

A partir desta sala, e tal como acontecia na cozinha, temos uma repetição do esquema de vãos. Dois vãos altos com bandeira, um primeiro de porta única e estreita para o corredor de acesso directo à fachada principal, e um segundo vão, de linguagem semelhante mas com porta dupla de acesso a uma alcova, actualmente, quarto de dormir. Tal como a outra alcova, este espaço tem também um outro vão do lado oposto que vai dar acesso a uma sala, neste caso a uma sala de dimensões mais pequenas, na fachada principal, que serviria como antecâmara.

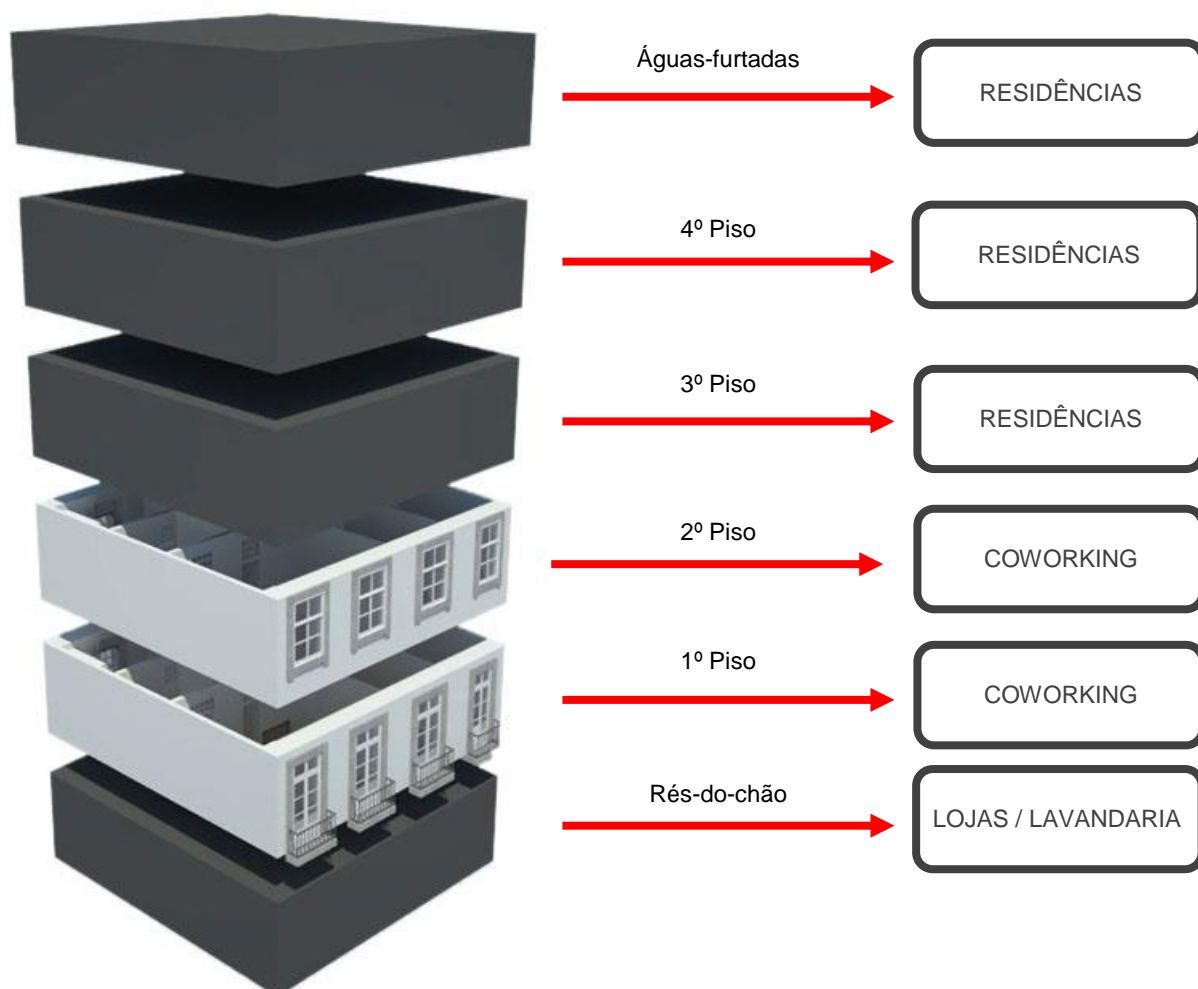


4.3 | O PROJECTO

O Modelo

Tal como temos vindo a perceber ao longo do estudo, quer seja através da historiografia, quer pelo levantamento *in situ*, o prédio de rendimento tem um carácter muito próprio. A forma como organiza e conjuga a vertente comercial com a residencial, leva-nos a procurar desenvolver uma proposta onde essa organização entre pisos se adapte aos valores e necessidades actuais.

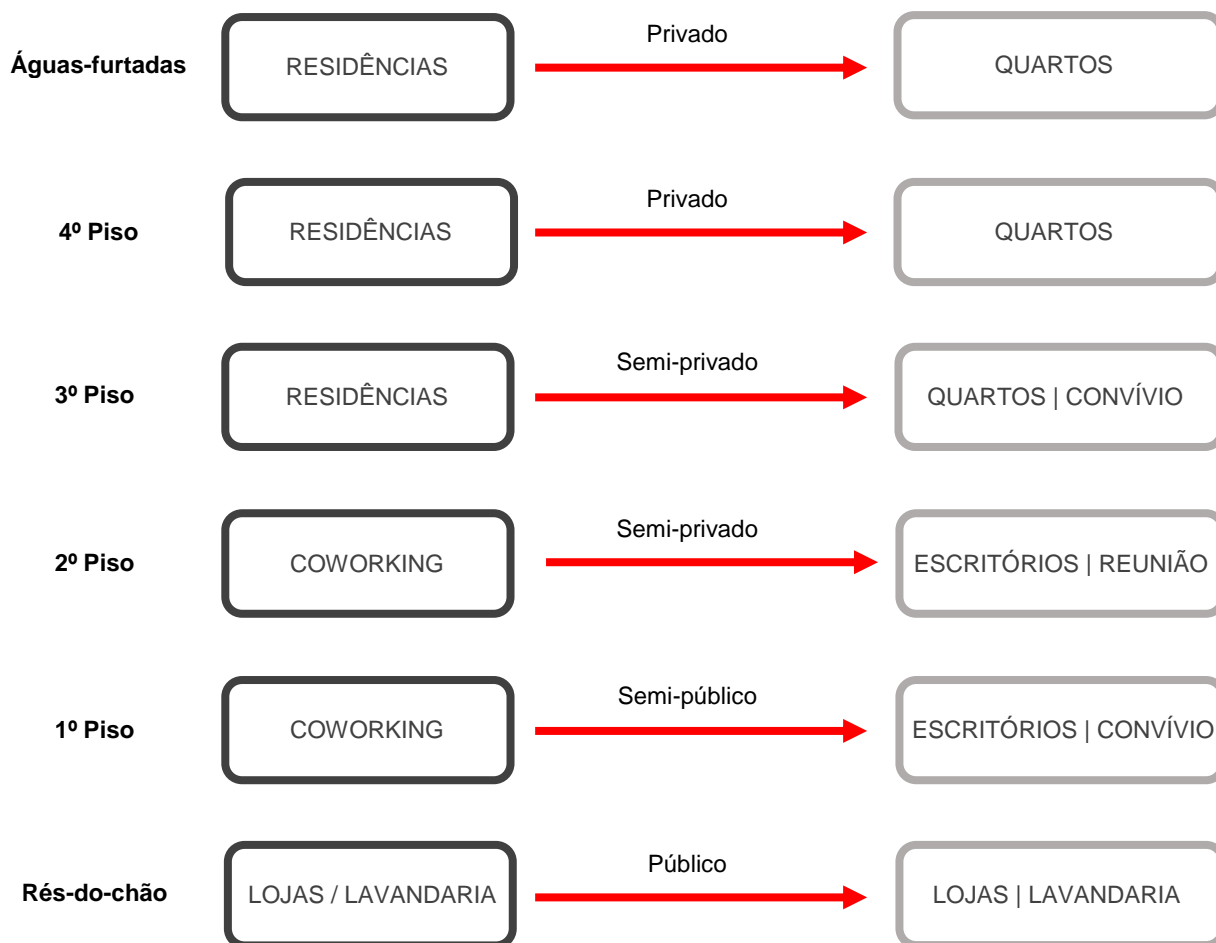
Dentro deste princípio, o que se propõe é recriar uma organização submetendo a edificação a um escalonamento do público para o privado através da divisão dos próprios pisos. O mesmo acontece na Baixa Pombalina onde esta compreende núcleos de privatização – a baixa, a rua e o edifício; em que vemos aplicada esta organização ao nível dos edifícios – o prédio, o piso e a divisão. Desta forma, permite-nos determinar uma função para cada piso, dentro de uma perspectiva vertical, com graus de privatização ascendentes, de onde temos o piso mais público – as lojas – para o mais privado – as residências.



O facto de fracionarmos o edifício pombalino permite-nos torna-lo numa unidade autónoma, em que cada piso é independente, mas que permite estabelecer relações externas através da caixa de escada. Nesta perspectiva, a escada vai ter um papel unificador de todas as unidades verticais, permitindo ao individuo a utilização do edifício tanto para a habitação como para o trabalho.

Considerando o edifício como um todo verificamos, à medida que subimos as escadas e entramos nos vários pisos, um grau de privatização maior que o piso anterior. O mesmo acontece no interior do fogo, em que os percursos filtram as áreas privadas das públicas, tal como iremos observar.

Embora cada piso tenha uma função distinta, podemos verificar um elo comum entre os pisos anteriores e posteriores. Isto permite uma transação menos rígida de piso para piso. Observando o esquema seguinte percebemos que do primeiro piso para o segundo, embora a função seja ligada ao *Coworking*, o grau de privacidade difere, pelo facto de no primeiro caso ser escritórios comuns e no segundo caso, embora tenha uma sala de *Coworking*, as outras requerem maior privacidade por se tratar de salas para reuniões. Contudo, essas salas mais privadas podem ser utilizadas, quando necessário, para trabalho.



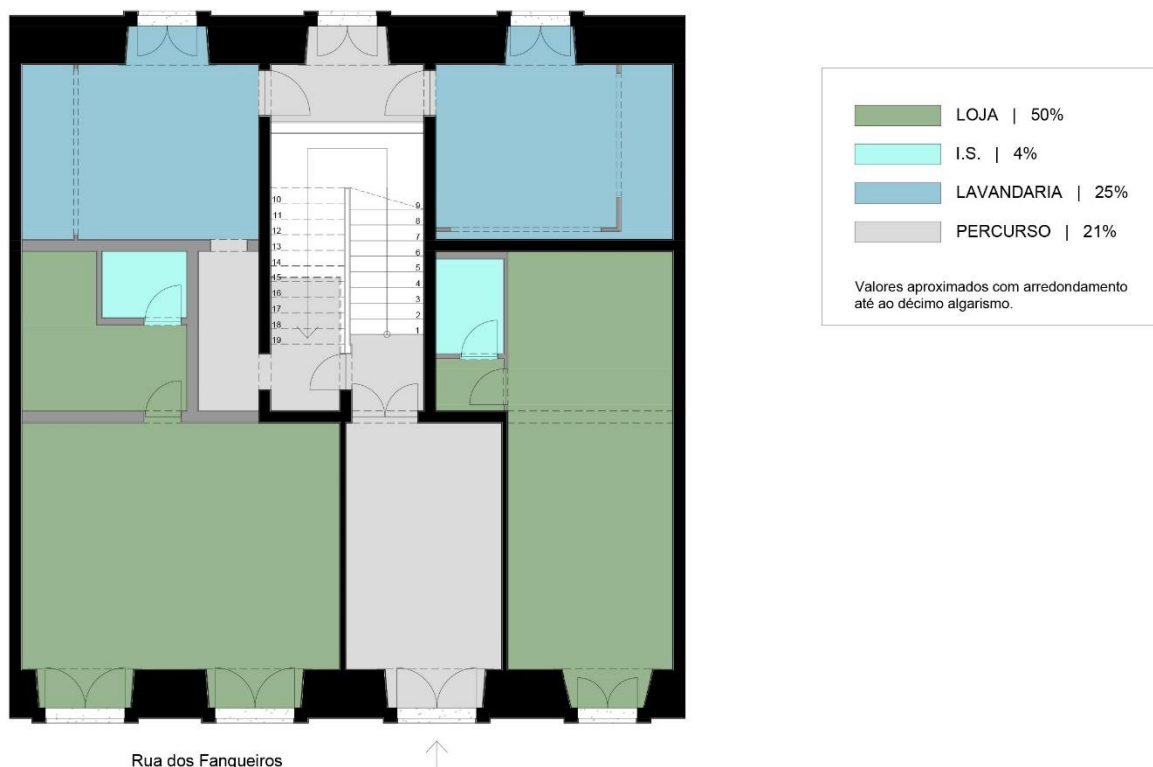
Para cada piso foi desenvolvido uma proposta espacial partindo do modelo organizacional vertical para o edificado. Através de manchas de cor vamos percebermos como se organiza as várias divisões interiores e, conseqüentemente, as relações e acessos às mesmas.

Rés-do-Chão

Actualmente estão ao activo as duas lojas localizadas no R/C do edifício, onde há um total aproveitamento do piso com o espaço de venda e, no tardo, com os respectivos armazéns.

Percebendo a importância que estes espaços têm na caracterização, quer da rua, quer do conceito do edificado, propomos manter as lojas nos seus locais originais, diminuindo a sua área, com o propósito de criar um terceiro espaço, localizado no tardo, para serviços aliados às residências. Neste sentido, cada uma das lojas compreende um pequeno espaço de armazém ou cacifos e uma instalação sanitária.

No tardo, através de uma pequena divisão já existente, por debaixo das escadas, propomos abrir um vão de acesso a um corredor, que vai ligar às zonas da lavandaria e engomadoria, para o uso dos residentes. Embora seja um piso ligado à área comercial, e por conseqüente, público, podemos perceber ao nível da planta que existem diferentes graus de privatização. Estando do lado da fachada principal as lojas, apenas só quem se encontra dentro do edifício poderá aceder ao tardo.



1º Piso

Este piso caracteriza-se por ser dentro do edificado o mais público. Os espaços interiores têm como função responder às necessidades de trabalho dos seus residentes. Contudo, tratando-se de áreas de *Coworking* é possível a utilização destes espaços por profissionais exteriores ao edifício. Neste sentido, podemos observar salas partilhadas localizadas nas arestas do fogo, o que permite uma total fluidez dos espaços, tirando partido dos corredores e das ligações já existentes. Desta forma, propomos a utilização das diversas salas como forma de criar espaços de trabalho distintos, mas que ainda assim não deixam de ser partilhados. Cada sala pode albergar entre duas a três pessoas, cada uma com o seu espaço de trabalho – uma secretária.

O facto de cada indivíduo ter o seu próprio espaço, a partilha não deixa de existir. Contudo, isto só acontece se a pessoa em questão estiver disposta a tal. As secretárias tornam-se assim núcleos privados que têm a possibilidade de acolher uma segunda pessoa para discussão de trabalhos.



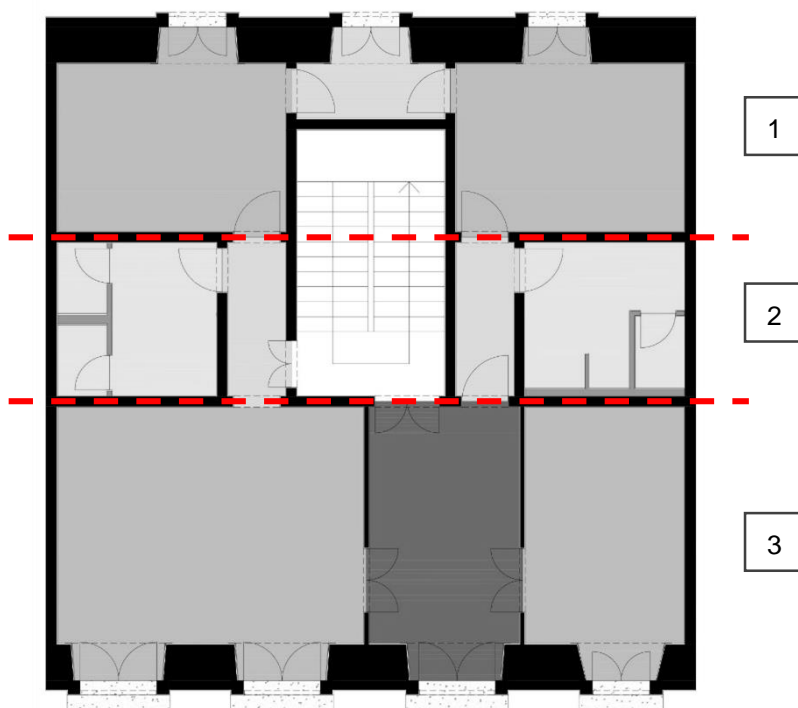
Observando a planta seguinte percebemos uma divisão do fogo em três partes. A primeira e terceira divisão são ocupadas por espaços onde existe uma interação propositada:

- **Escritórios** - a interação é limitada. Os indivíduos controlam com quem se encontram;
- **Sala de convívio** - o próprio espaço obriga ao encontro entre indivíduos. O indivíduo não tem qualquer controlo.

No caso dos escritórios percebemos como estes se encontram nas extremidades do piso, estando opostas, usufruindo da privacidade que estes pontos conferem. Entre estes estão localizados pontos de interação (corredores), que permitem o cruzamento entre indivíduos de espaços de trabalho diferentes. Contudo, no lado da fachada principal, os dois espaços de trabalho apenas podem interagir, fora deste, na sala de convívio.

Neste fogo, os elementos unificadores são os corredores e a sala de convívio que para além de separarem espaços de trabalho permitem um sistema de percurso circular unindo o tardo e a zona frontal do piso.

Ao centro temos localizados as áreas mais privadas do fogo – as instalações sanitárias – que estão divididas em dois, em direcções opostas, separando os géneros.



2º Piso

Tal como foi referido anteriormente, este piso embora tenha a mesma função que o primeiro piso, o grau de privatização já difere. Neste fogo vemos transposto do piso anterior a sala maior, que se mantém como espaço de trabalho (*Coworking*). As duas outras salas localizadas à direita do fogo, mais precisamente nas extremidades, embora possam ser utilizadas como espaços de trabalho têm como função salas de reunião, onde os indivíduos possam usufruir de um espaço fechado e privado, que delimita a entrada de terceiros.

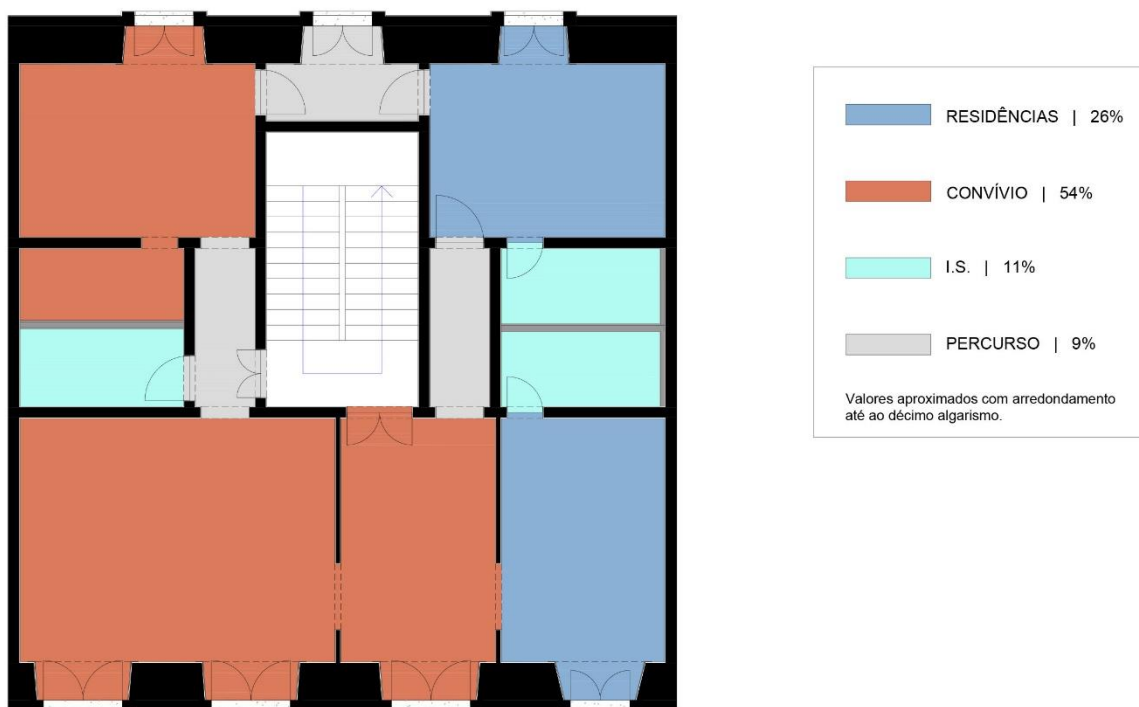
Tendo dois espaços de convívio – sala e copa – permite que os indivíduos usufruam de dois espaços de encontro onde se possam relacionar. Estes espaços antecedem as áreas de trabalho, tornando-se ponto de encontro e de estar. Da mesma forma que o caso anterior, as instalações sanitárias, divididas em género, localizam-se em pontos opostos da linha central do fogo.

Neste piso verificamos o facto de a percentagem referente aos espaços de convívio aumentar em relação ao caso anterior, contudo há um claro equilíbrio em relação ao espaço de trabalho, visto este ser o meio de rentabilidade do piso.



O terceiro fogo em relação aos casos anteriores já delimita, dentro do contexto do edifício, o começo das áreas mais privadas. Neste piso vemos como o público e o privado se relacionam, sem entrarem em conflito. Observando a planta seguinte percebemos que existe uma separação central transversal que delimita, do lado direito, as residências, e, do lado esquerdo, as áreas de convívio. Através das percentagens podemos verificar que o convívio prevalece neste fogo. O que é proposto neste piso é o uso por parte dos residentes e trabalhadores do espaço de cozinha, sala de estar e jantar, sem que isso perturbe os residentes que habitam neste fogo. Para tal a sala de convívio que já vem a ser utilizada nos outros pisos como espaço de encontro, neste caso antecede a residência localizada na fachada principal, sendo utilizada como antecâmara separando as áreas mais frequentadas da área dos residentes.

A maior sala serve como ponto central de convívio, compreendendo as áreas de estar e jantar. A sua localização privilegiada permite um maior aproveitamento da luz, bem como da sua ligação por via de um corredor à cozinha (com armazém), a uma instalação sanitária comum e à entrada do fogo.



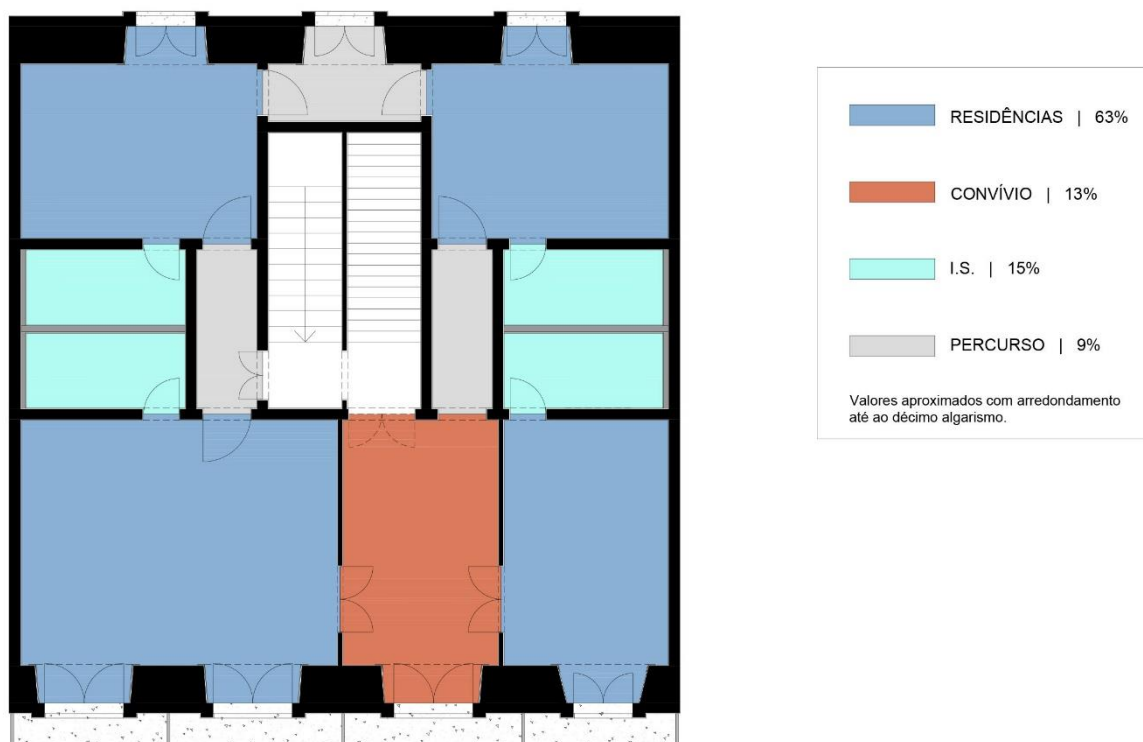
Rua dos Fanqueiros

4º Piso

Este piso e as águas-furtadas são os fogos de todo o edificado com maior privacidade, por um lado por se tratar dos últimos pisos, mas essencialmente por se tratarem fundamentalmente de residências. Não tendo acesso às águas-furtadas apenas podemos considera-lo hipoteticamente. Desta forma, propomos em ambos os casos um aproveitamento de praticamente todas as divisões para residências e correspondentes instalações sanitárias.

Nestes dois pisos as residências podem ser de camas de casal, camas duplas ou até mesmo triplas. Tratam-se de espaços isolados nas extremidades do fogo ligados por corredores ou, no caso das residências localizadas na fachada frontal, antecedidas por uma saleta que faz ligação com a escada. Aqui a saleta tem como propósito o percurso e a ligação entre residências que propriamente espaço de estar e convívio, contudo pode servir como tal.

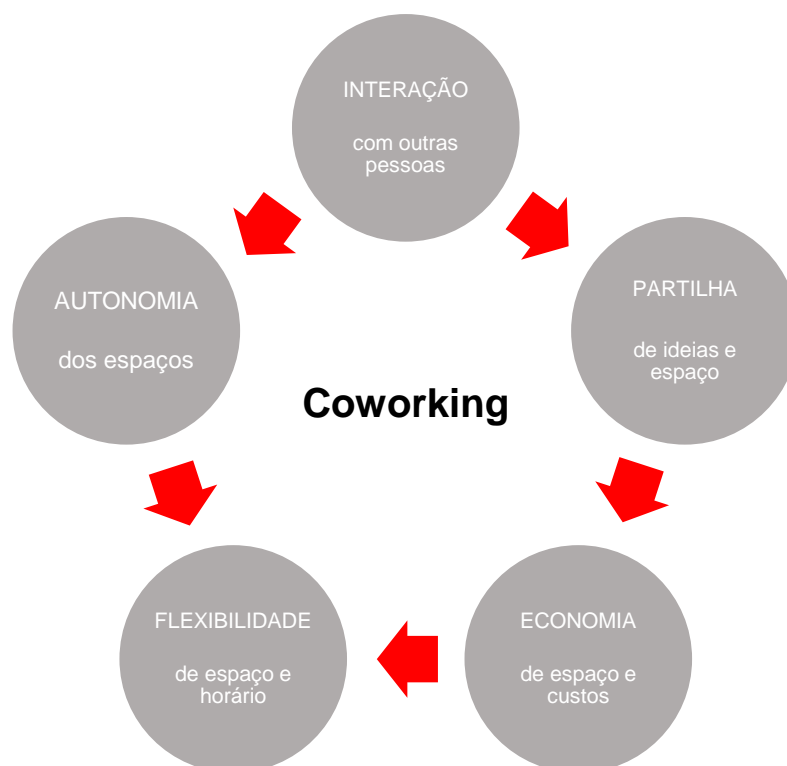
Particularmente no Piso 4, vemos que cada vão exterior da fachada principal dá acesso a uma pequena varanda privada, que permite uma maior fruição da entrada de luz e ar, tornando-se uma pequena zona de convívio.



Áreas de Intervenção – Piso 1

Após o estudo dos vários pisos percebemos como os espaços de *Coworking* estabelecem percursos e relações que se tornam fundamentais entender. Neste sentido, propomos analisar mais detalhadamente a área de *Coworking*, mais precisamente o piso 1, pelo facto de podermos observar neste fogo vários níveis de privatização, por se tratarem de espaços onde o limite entre o trabalho e o convívio é bastante ténue, mas que sem uma ou outra não funciona.

Por definição, o *Coworking* trata-se de espaços onde podemos encontrar jovens empreendedores que pretendem iniciar um projecto próprio, sozinhos ou em conjunto, mas a um custo reduzido, por não terem possibilidades económicas para arrendar ou comprar um espaço de trabalho. Este conceito tem como principal fundamento a comunidade autossustentável, onde todos os indivíduos que façam parte dela partilham valores, socializam e criam parcerias.



O que se propõe é um total uso das divisões, criando espaços autónomos, onde cada individuo pode trabalhar na sua própria área, num espaço onde a ambiência proporcione a produtividade e a comunicação pela flexibilidade do mobiliário existente. Embora cada individuo tenha uma área de trabalho determinada, não deixa de possibilitar que este circule pelas várias divisões do fogo e se

relacione com outros trabalhadores que não estejam na sua divisão de trabalho. Desta forma, percebemos como há uma clara compatibilidade entre o conceito de *Coworking* e o edifício pombalino, em que a organização das divisões interiores ajustam-se às necessidades dos *Coworkers*.

O piso organiza-se por dois espaços distintos – salas de trabalho e convívio. Embora se tratem de espaços comunitários, percebemos pelo modo como o fogo se organiza, que cada sala de trabalho se encontra isolada nos extremos, quer seja na fachada principal, quer seja no tardo, onde a ligação é feita através de corredores ou da sala de convívio, que também funciona como espaço de encontro. Isto permite um percurso circular em todo o fogo.

Ao nível da organização do fogo, percebemos que os corredores servem como ligações entre as áreas de trabalho, criando, de certa forma, alguma privacidade, visto que assim as pessoas não entrariam nas salas sem permissão ou directamente.



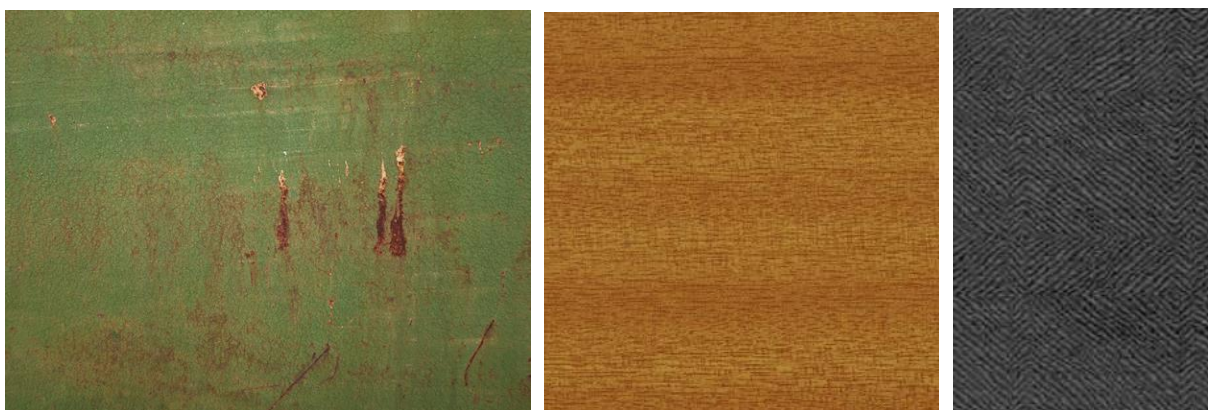
Cada sala de trabalho promove a parceria, organizando os indivíduos em pares ou grupos de três, podendo trabalhar individualmente ou em grupo. Todos os espaços compreendem uma área de trabalho – secretária – com elementos para arrumos de objectos pessoais – cacifos – e uma zona de apoio para documentação. Para o caso de haver necessidade de acrescentar um lugar para um colega, amigo ou cliente, as salas estão equipadas com cadeiras que dão a possibilidade de se juntar à área de trabalho.

Na parede de ligação com a sala de convívio, propomos retirar, do lambrim para cima, o interior da parede deixando a estrutura de cruz de Sto. André à vista. Este elemento permite observar o interior da divisão através da sala de convívio sem que sejam importunados, afirmando o carácter comunitário.

Proposta de Interiores

Atendendo ao facto de os elementos interiores determinarem o carácter das salas, procurámos manter a traça original. Por essa razão, manteve-se os elementos em madeira, tais como caixilharias, rodapé e tectos, neutralizando-os, de forma a dar relevância às composições de azulejaria e tirando proveito dos detalhes presentes no espaço, através da projecção da sombra e da luz.

Estando estes espaços destinados para um público mais jovem, em início de carreira, é determinante para estes uma estética cativante, que proporcione ambientes dinâmicos e actuais. Neste princípio procurámos aplicar uma mistura de materiais e mobiliários contemporâneos com peças *vintage* ou de carácter industrial. Com a introdução de novos materiais no espaço propomos ligar o antigo com o novo, onde a madeira harmoniza e cria um ambiente mais acolhedor.





Estudo dos Espaços

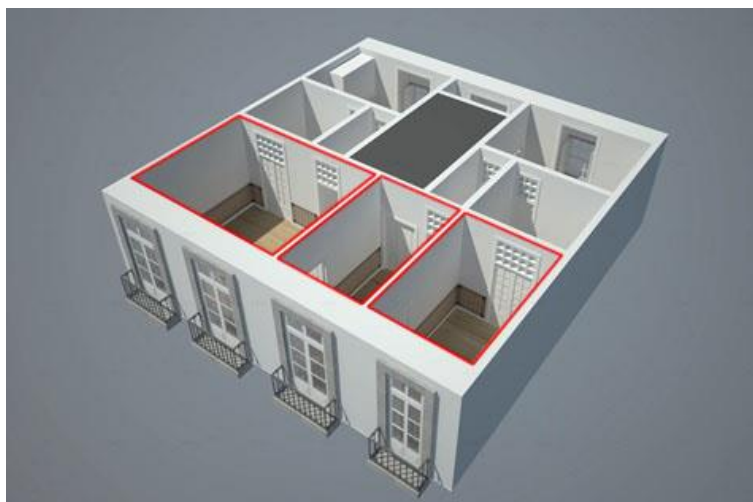
Neste estudo aprofundamos com maior detalhe o Piso 1, pela sua importância ao nível da funcionalidade aliada ao design de interiores. Neste sentido, não iremos estender ao nível do Piso 2, por haver uma repetição de espaços.

Analizamos de forma breve o que seriam os espaços de convívio no Piso 3, visto que este piso poderia ser utilizado tanto por residentes, como por trabalhadores.

PISO 1

Para uma maior compreensão da proposta para os vários espaços do piso 1, aproveitámos o seccionamento que a própria planta já demonstra e delimitámos em três zonas – a fachada principal, o tardoz e as divisões centrais.

Desta forma, o primeiro seccionamento é representativo da fachada principal que compreende duas divisões de trabalho e uma de convívio.



Sala 1

Localizado no extremo esquerdo da fachada principal, esta sala é composta por uma única entrada através da sala de convívio. Tem como entrada de luz natural uma janela de sacada com acesso a uma varanda individual. Este espaço é todo ele preenchido por um lambrim de azulejos de época e um tecto em saia e camisa.

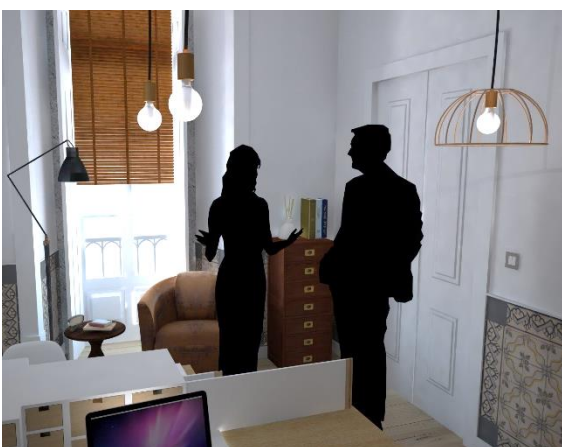
O que se propõe para este espaço é a criação de duas áreas de trabalho individuais, colocadas de forma oposta, criando uma privatização ao nível do trabalho, contudo, possibilitando o contacto visual entre os utilizadores. Foi criado uma zona de conforto para recepção ou mesmo para descanso dos trabalhadores, apoiado por uma mesa e candeeiro de carácter industrial.



Na parede oposta vemos um aproveitamento do anterior acesso à alcova, em que este é fechado e transformado em estante com prateleiras e um móvel em metal enferrujado que confere ao espaço mais arrumação. A sala tem também um cacifo para os dois trabalhadores puderem arrumar os seus pertences.

Ao nível da iluminação, cada espaço de trabalho é iluminado por uma lâmpada simples, sobre a secretária, de forma a criar uma luz directa que proporciona uma maior qualidade no trabalho.

Uma das paredes da sala compreende uma composição de vários quadros, desde mapas antigos a imagens contemporâneas e gráficas, como forma de tornar estes espaços mais apelativos.



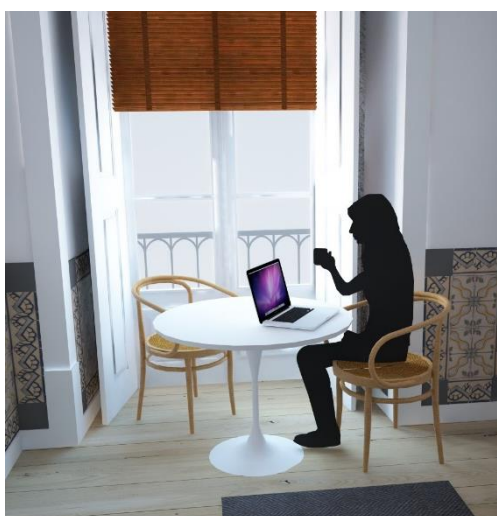
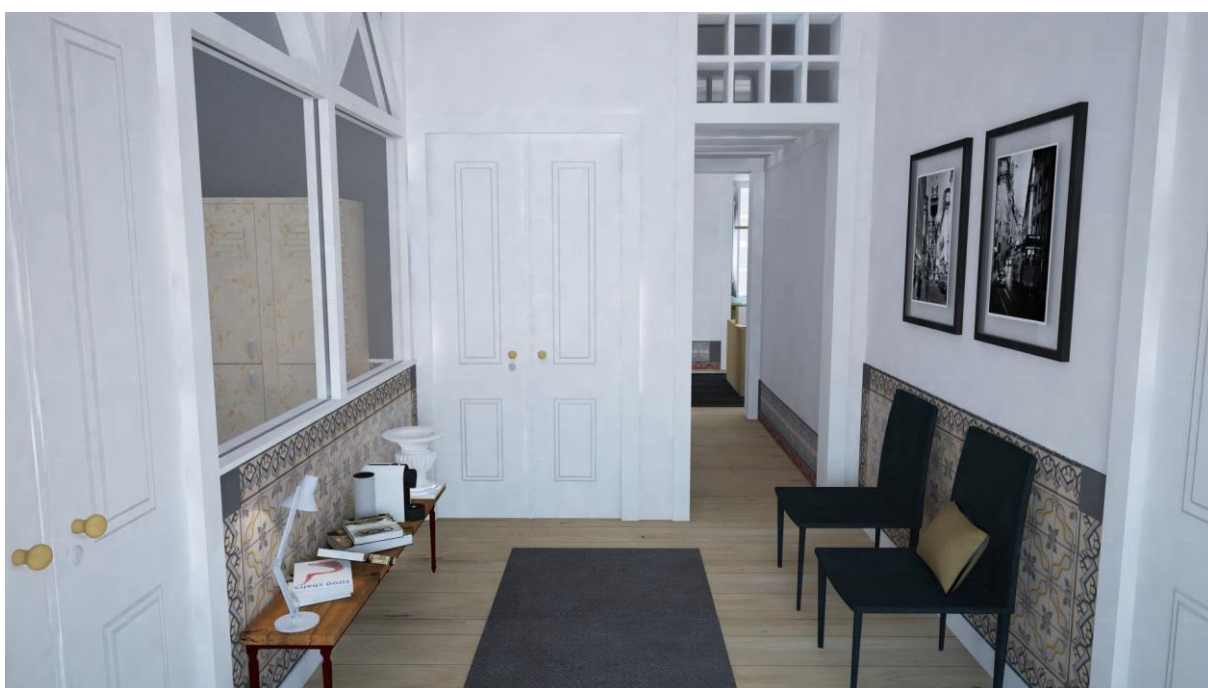
Sala 2

Por se localizar entre duas salas e por se tratar de uma espaço de passagem da caixa de escadas para as salas localizadas no tardo do fogo, este espaço ganha um carácter organizacional e flexibilidade em relação a qualquer outra divisão.

O que se propõe é a adaptação deste espaço para várias funcionalidades, ao qual definimos como sala de convívio. Este espaço vai, desta forma, tornar-se num ponto de encontro entre os *Coworkers* e pessoas vindas do exterior (clientes, colegas, amigos, entre outros).



Ao nível da organização do espaço propõe-se a criação de um espaço de espera composto por dois cadeirões em pele de linhas simples, contemporâneas, com uma mesa na parede oposta dando a opção de se poder tomar um café ou ler uma revista. Junto à janela de sacada estão duas cadeiras Thonet em verga com uma mesa contemporânea que, para além de fazerem a passagem do *vintage* para o contemporâneo, convidam ao convívio. Esta zona poderá ser utilizada para um diálogo entre amigos ou até mesmo para fins de trabalho.



Sala 3

Localizada no extremo direito da fachada, a sala 3 é a maior de todo o fogo, tendo três áreas de trabalho com capacidade máxima para seis pessoas. Esta sala é composta por duas entradas, uma de acesso à sala de convívio e a segunda a um corredor de acesso à caixa de escadas. É um espaço que recebe bastante luz, por ter duas janelas de sacada com acesso a uma varanda individual. Ao nível do existente, a sala é preenchida em quase todas as paredes por um lambrim de azulejos de época.

O que se propõe é uma organização do interior de modo a criar as condições necessárias para a sua função – espaço de trabalho. As secretárias estão organizadas em “L” de forma a criar uma certa privacidade de trabalho para quem possa circular no espaço. Por outro lado, promove-se a comunicação entre os seus utilizadores. Entre as secretárias, procurou-se aproveitar este espaço com um móvel para arquivamento.



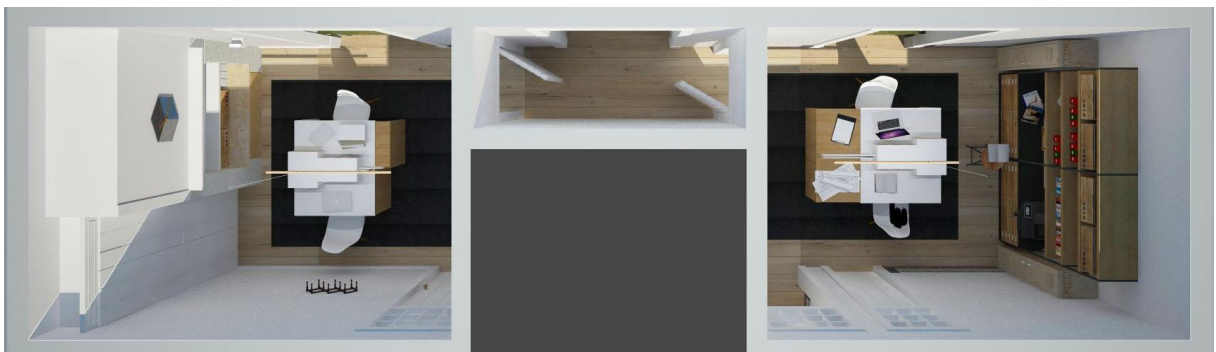
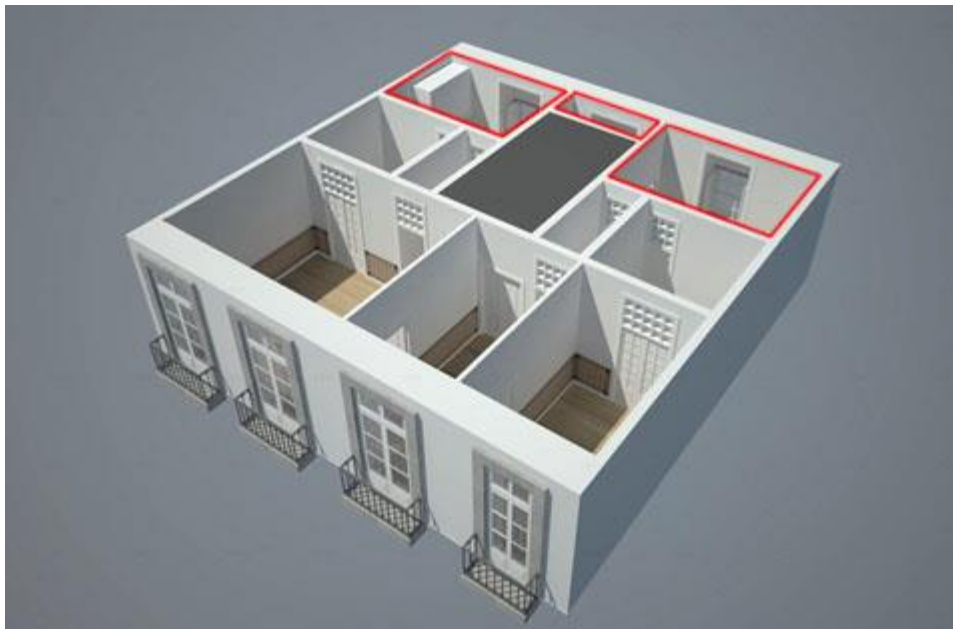
Na parede ao fundo procurou-se criar uma composição com vários elementos, desde cartazes, painéis, revistas antigas, entre outros, tornando-o num ponto de destaque.

A sala está equipada com vários móveis para arrumos, a destacar o nicho onde foram colocadas prateleiras para arrumo de documentos e livros, criando um apoio para a área de impressão que se encontra ao lado. No caso do móvel com a impressora, procurou-se criar um tampo em madeira que faz a ligação entre o azulejo com o móvel industrial.

Junto às zonas de circulação para as outras salas estão colocados cacifos individuais para arrumos de objectos pessoais com a capacidade máxima para seis pessoas.



O segundo seccionamento é representativo da parte tardoz do fogo. Nele estão localizadas duas salas de trabalho cujo acesso não é directo, tendo que percorrer, para ambas as divisões, um corredor. Uma das salas trata-se da anterior cozinha, onde se procurou adaptar à nova função aplicada no fogo. A unir estes dois espaços está um pequeno corredor que poderá ser utilizado para o convívio entre os trabalhadores.



Sala 4

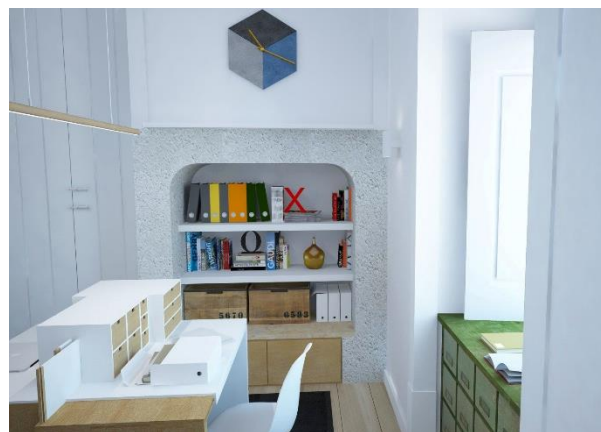
Localizada na antiga cozinha, o que se propõe é integrar os elementos pré-existentes à nova função. Tratando-se de um espaço com pouca arrumação, procurou-se aproveitar o antigo armário localizado ao lado da chaminé, reproduzindo-o, e tornando-o num móvel de corpo inteiro para arrumos de objectos pessoais. A chaminé, por sua vez, propõem-se adaptá-la como móvel de arrumação, aplicando-lhe prateleiras e gavetas. Para arrumo de arquivos e outros documentos, propõe-se a criação de um móvel de carácter industrial, localizado por baixo da janela, usufruindo da luz natural.

Ao nível da iluminação, optou-se por peças simples, de linhas contemporâneas, e que fossem funcionais. Desta forma, vemos aplicado um tubo em cobre do qual projecta luz a incidir sobre as secretárias.



Neste espaço de trabalho vemos a colocação das mesmas secretárias que vimos aplicadas na sala 1. Devido às dimensões reduzidas da divisão e à limitação de circuito, estas secretárias permitem utilizar o espaço da melhor forma, possibilitando que quando necessário a área de trabalho possa aumentar, colocando mais uma cadeira ou não.

Como elemento de destaque foi aplicado uma composição fotográfica de cenas da vida quotidiana em Lisboa – desde os engraxadores, às lojas de mercearia, às casas de fado, entre outros.



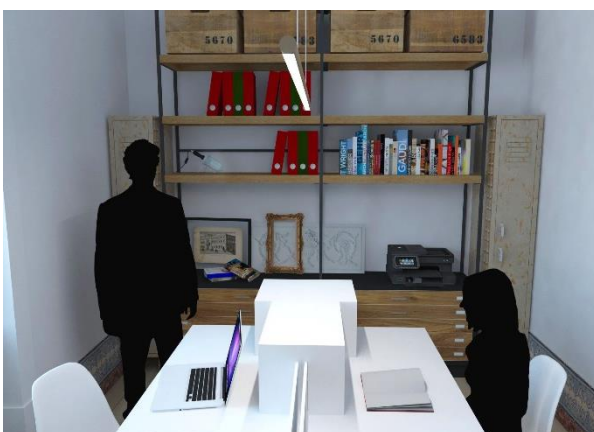
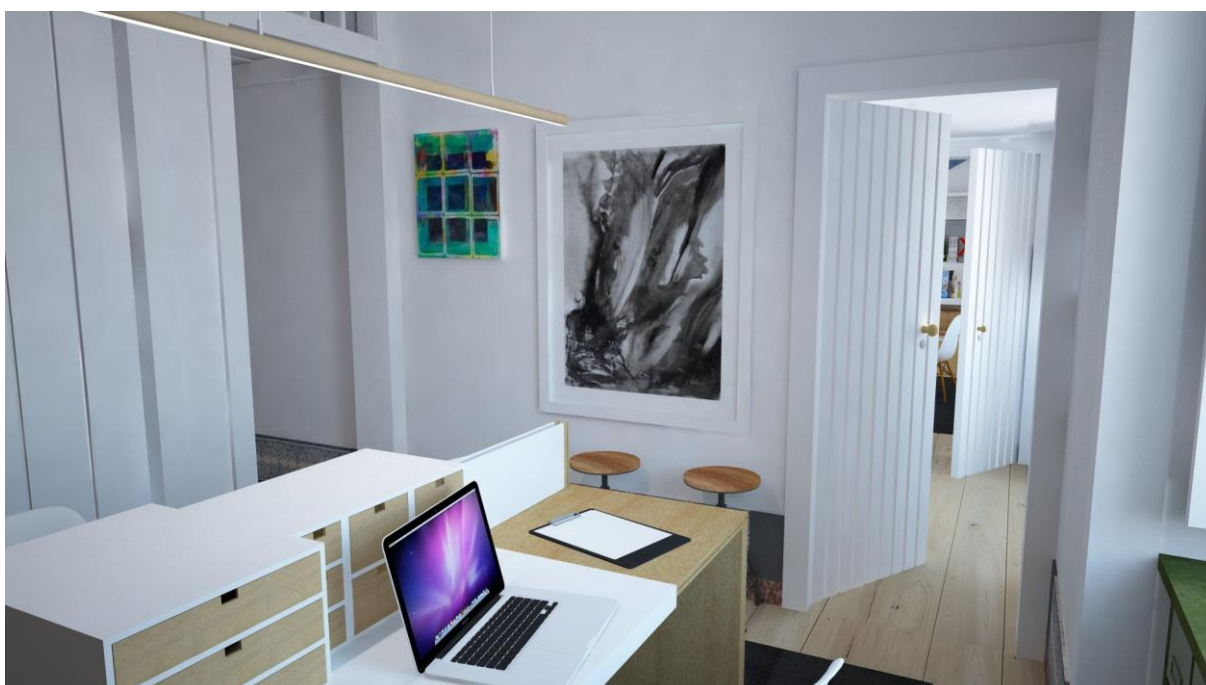
Sala 5

Partindo da sala anterior e passando pelo corredor localizado no tardo do fogo, deparamo-nos com uma outra sala de trabalho, esta localizada no extremo oposto. Esta apresenta-se de dimensões modestas, à semelhança da anterior. Desta forma, o seu aproveitamento é bastante semelhante, onde vemos aplicado o mesmo tipo de secretária, pela sua versatilidade. Nestes espaços vemos sempre a possibilidade de estarem a trabalhar mais do que duas pessoas, daí estarem sempre colocados dois bancos industriais reguláveis de apoio.



A destacar está o móvel de carácter industrial, com estrutura metálica, composto por gavetas e prateleiras para arrumos vários. Neste móvel vemos colocado uma zona de impressão, que poderá ser utilizado tanto pelos trabalhadores desta sala, como da anterior. Isto leva a que as pessoas entrem no conceito de comunidade e de partilha, quer do espaço, quer dos elementos nele existente.

Para além deste elemento, estão também colocado nos dois lados opostos cacifos para arrumos de objectos pessoais. Tal como aconteceu na sala anterior, vemos o aproveitamento do espaço debaixo da janela com a colocação de um móvel de arquivo.



Instalações Sanitárias

Tendo como programa a repartição em género das instalações sanitárias por se tratar de um piso de trabalho, usufruímos do seccionamento que o próprio fogo já continha. Desta forma, as anteriores alcovas, localizadas em lados opostos, permitiram encaixar, de certa forma, esta necessidade, dando a privacidade que estes espaços necessitavam. Neste sentido propõe-se dentro da alcova criar uma cabine que, no caso de ser para o género masculino, acresce de uma zona com urinol.

Ao nível do programa procurou-se manter a traça original, onde o azulejo mantém-se em parte, conjugado com outros materiais. Desta forma, sugere-se a utilização de materiais tais como o mármore e o inox, de forma a fazer a transição do azulejo para o novo programa, não o descaracterizando. O mobiliário de linhas simples, mistura a madeira e o lacado branco criando pequenos detalhes, mas sem sobrepor-se ao espaço envolvente.

Para resolver a questão dos tectos, visto se tratar de um espaço onde o pé direito compreende-se baixo, solucionou-se através de um sistema de placas de gesso cartonado, mantendo intacto os tectos originais.

PISO 3
Espaços de Convívio

Ao nível dos outros pisos mantem-se o mesmo tipo de linguagem, onde se procurou misturar elementos clássicos e contemporâneos, em que o detalhe segue ou contrasta com as tonalidades do azulejo presente nos espaços. O que se propõe é que os elementos contemporâneos façam a transação dos vários elementos decorativos, industriais ou *vintage*, onde os elementos presentes no espaço - trabalho das madeiras e dos azulejos – se adaptem à nova ambiência.

As peças de mobiliário escolhidas têm como propósito não só o uso das mesmas, mas também a fruição enquanto objecto de design. Assim, a arte e a função vivem em comunhão, tal como o próprio espaço interior.

Para o piso 3 propõe-se espaços ligados ao convívio com algumas divisões para residências. Trata-se de um piso com um grau de privacidade maior que os anteriores, onde se procurou estabelecer espaços comuns a uma habitação – sala de estar, jantar e cozinha.

Comum a todas as outras plantas está a sala intercomunicativa, que torna-se um mediador entre os quartos e as salas de convívio. Através desta sala pretende-se, por um lado, criar um percurso mais restrito que leva aos quartos, mas também adaptá-lo como espaço de passagem para a sala de estar e jantar. O que se propõem é a ligação destes dois, ao nível visual, que se alcançou ao pôr o sistema construtivo da parede em comum às duas salas à vista, retirando todo o reboco existente.



A sala grande do fogo aglomera o espaço de estar e de jantar por se tratar de uma divisão com uma localização privilegiada, onde há uma ligação directa com a antecâmara e a cozinha. Os seus interiores proporcionam uma vivência em comunidade podendo adaptar-se a várias situações, desde espaço de leitura, lazer, refeição, entre outros. Tal como foi proposto no piso 1, a parede a meias entre esta sala e a sala intercomunicativa encontra-se vazada usufruindo do carácter que os elementos estruturais compreendem, criando pontos de contacto visual entre ambas.



Estudo do mobiliário

Em grande parte das salas de trabalho onde se verificam dois postos de trabalho, está presente uma secretária projectada para o uso destes espaços. O que se pretendia era criar uma peça de mobiliário que fosse autónoma, funcional e flexível, pela necessidade que estes indivíduos têm para rentabilizar o seu trabalho. É uma peça com linhas simples, retilíneas, composta por duas bases – das quais uma é amovível/ extensível, aumentando o espaço de trabalho, podendo ser utilizada fechada ou aberta quando necessário. Sobre a base estão colocados quatro módulos de gavetas para arrumos de objectos de escritório que de dentro saí uma aba que pode ser puxada para criar uma maior privacidade para quem está a trabalhar. O primeiro módulo de gavetas compridas tem como propósito o arquivamento de folhas, ao ponto que os outros módulos, divergem de dimensões, podendo arrumar pequenos materiais de escritório.

Os materiais que compõem a secretária é a madeira tola e MDF lacado branco com pouco brilho que proporcionam ao espaço alguma contemporaneidade.

Esta peça, para além de ser um objecto de trabalho, permite organizar o espaço, limitando o seu utilizador.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

5

5.1 | CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como principal objectivo a criação de um modelo conceptual que respondesse às necessidades dos jovens de hoje em dia, de forma a rentabilizar os edifícios pombalinos sem os descaracterizar. Esta procura por uma solução que não fosse o de desenvolvimento de unidades hoteleiras, como tem vindo a surgir na baixa de Lisboa, leva a que possamos ver a baixa como um possível centro cosmopolita, como outrora já foi, para além de um centro turístico.

Neste sentido, com a realização de levantamentos dos espaços a que tivemos acesso e com o estudo da historiografia sobre o Plano, foi possível traçar um modelo autónomo e flexível, onde o comércio e a residência estão aliados, revitalizando a génese do edifício pombalino.

Para tal, através do estudo das relações e percursos interiores, verticais e horizontais, foi possível entendermos o programa que o edifício pombalino compreende, adequando o projecto proposto em vez de o alterar. Desta forma, foram criadas regras programáticas para cada fogo, aplicando funções específicas que estariam delimitadas a cada piso, segundo um esquema de privatização que a própria organização do edifício já continha.

Desta forma, podemos considerar o projecto proposto como viável, pelo facto de não pôr em causa a estrutura do edifício, mas procurar adaptá-lo a um novo conceito, tendo em conta as suas particularidades. Houve uma preocupação em trazer para o centro de Lisboa um público mais jovem, criando uma nova dinâmica social e económica. Por essas razões, percebemos que o edifício pombalino é muito mais que um elemento histórico da cidade e, portanto, a estrutura organizacional que o caracteriza ainda hoje pode ser adaptada a novos conceitos.

5.2 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV. (1997). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AAVV. (2004). *Monumentos Nº21*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- AAVV. (2005). *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*. Lisboa : Câmara Municipal e Lisboa.
- AAVV. (2007). *O Terramoto de 1755 - Impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Appleton, J. G. (2009). *Biografia de um Pombalino - Um caso de Reabilitação na Baixa de Lisboa*. Alfragide : Orion.
- França, J. A. (1976). *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- França, J. A. (1977). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand.
- Gama, H. D. (2005). *Baixa Pombalina - A luz obscura do Iluminismo*. Lisboa: Caminho.
- Madureira, N. L. (1992). *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mateus, J. M. (2004). *A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial: Jornadas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Santos, M. H. (2000). *A baixa pombalina: Passado e Futuro*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vale, T. L. (2008). *A cidade pombalina: História, urbanismo e arquitectura - os 250 anos do Plano da Baixa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.